

MEMÓRIAS DE VILA VIÇOSA

Padre Joaquim José da Rocha Espanca



Cadernos Culturais
da
Câmara Municipal
de
VILA VIÇOSA

Procurando recuperar aspectos da cultura tradicional alentejana e promovendo obras actuais, os cadernos culturais fornecerão aos leitores em geral e aos Calipolenses em particular um melhor conhecimento do contexto histórico e social da actual geração.

NA CAPA:

Igreja da Santa Casa da Misericórdia - Fachada da Praça da República e Fonte da mesma praça, antigamente chamada do Carrascal

NA CONTRACAPA:

Palácio dos Duques de Bragança - Aspecto geral do jardim do Buxo

MEMÓRIAS
DE
VILA VIÇOSA

NOTA IMPORTANTE

A presente publicação é cópia in-
tegral do texto do manuscrito de
AS MEMÓRIAS DE VILA VIÇOSA, ten-
do-se unicamente procedido às ac-
tualizações ortográficas que as
circunstâncias justificavam.

MEMÓRIAS
DE
VILA VIÇOSA

CAPITULO XIII

Santa Casa da Misericórdia, Hospital e Igreja do Espírito Santo

Buscai, se púderdes, encontrar no longo catálogo das misérias humanas uma única enfermeida de da alma ou do corpo para a qual a religião não haja fundado um lugar de alívio ou um hospício.

(Chateaubriand - Génio do Cristianismo)

I

Chegou a vez de tratar deste pio instituto de onde tantos benefícios têm resultado para os vivos e para os mortos.

Nunca no mundo se invocara a Caridade ou o amor dos homens por amor de Deus senão quando o Divino Salvador a implantou na terra, constituindo-a base de toda a moral Evangélica. Até então falava-se em humanidade e clemência como os modernos racionalistas falam em filantropia...

Mas que é a filantropia?... O amor do homem pelo homem!

Como, porém, acontece não serem sempre os homens dignos de amor e até não o serem na sua maior parte, quais por um motivo, quais por outro, o nosso coração recusa-se a cada passo a dispensar-lhes amor e benefícios e portanto nunca a filantropia racionalista poderá ser remédio bastante para curar as misérias humanas.

A caridade cristã, sim. Essa quer bem aos homens por amor de Deus e portanto nada importa que os homens sejam ou não dignos de misericórdia, uma vez que Deus é infinitamente digno de ser amado e exige de nós em prova desse amor sem limites que acudamos às necessidades do próximo sem excluir os nossos mais encarniçados inimigos.

Segundo este princípio da moral Evangélica, o cristão diz muitas vezes: - Pedro não merece dó, mas faço-lhe bem por amor de Deus. E faz-se, pondo somente os olhos nas divinas recompensas.

E antes de Jesus Cristo vir ao mundo não se procedia da mesma sorte, pa-

gando-se aliás o amor com amor e o ódio com ódio... Foi por isso que só o Cristianismo deu no mundo o exemplo de fundar-se um hospital para curativo de enfermos e tratamento de inválidos. Fabiola, matrona Romana e cristã de grandes virtudes, foi quem abriu o primeiro na Cidade Eterna, correndo o século III na nossa Era.

Deixando, porém, estas reflexões que nos levariam muito longe, restrinja mo-nos ao nosso Portugal. Todos sabem que houve aqui desde a fundação da Monarquia: 1º - *albergarias* que eram casas destinadas a dar pousada a peregrinos e pessoas abandonadas, fornecendo-lhes pelo menos casa e luz com algumas tarimas ou enxergas de palha; 2º - *hospitais* para curativo de enfermos pobres; 3º - *confrarias de caridade* com títulos diversos que tomavam a peito socorrer enfermos e impossibilitados indigentes nas suas casas, enterrar mortos e acudir ao próximo em qualquer aflicção. (1)

As Casas de Misericórdia vieram mais tarde e tiveram o cunho de instituição originalmente Portuguesa. Com efeito, o Religioso Trino, Frei Miguel de Contreras, de nação espanhol mas residente em Lisboa e confessor da Rainha D. Leonor, viúva de El-Rei D. João II, fundou na mesma cidade em 15 de Agosto de 1498 a primeira *Santa Casa de Misericórdia* com o auxílio da sua Real confessada e de outras pessoas piedosas que voluntariamente se lhe associaram para levar a cabo esta empresa que não visava meramente a tratar da cura dos enfermos pobres e do seu enterro como o Hospital de Todos os Santos fundado por El-Rei D. João II, mas a desempenhar todas as obras de caridade que fossem compatíveis com os recursos da Confraria a que deu o título de Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia, exarando logo no primeiro capítulo do seu compromisso as sete obras de misericórdia corporais e as sete espirituais para que os confrades nunca se esquecessem delas.

Assim, pois, o novo instituto propôs-se fazer o mesmo que faziam as albergarias e hospitais e além disso criar enjeitados, filhos pobres de parto duplo ou triplo ou de mães pobres sem leite ou crianças de leite sem mãe, do tar donzelas, socorrer viúvas bem procedidas, cuidar do livramento dos presos desprotegidos promovendo a sua soltura e pagando as despesas de solicitadores e advogados. Enfim, propôs-se o instituto das Misericórdias fazer bem, muito bem, todo o bem possível aos pobres e miseráveis que padecessem

(1) Nos testamentos de El-Rei D. Dinis e sua mulher a Rainha Santa Isabel mencionam-se diversas albergarias e hospitais a que deixaram mandas.

qualquer aflicção remediável no todo ou em parte.

Logo em Dezembro do seguinte ano de 1499 se instalou a Misericórdia de Evora e assim pouco a pouco se foi propagando pelo Reino tão caridoso instituto, o que se não tornou muito difficil tanto porque nessa época vigorava em todas as classes o espirito de religião e caridade achando-se rico o país com o comércio da India, como porque, tendo as Casas de Misericórdia um fim amplo que abrangia o dos hospitais e albergarias, foi fácil obter Breves Apostólicos e Decretos Reais para a fusão dos últimos com as primeiras nomeadas.

Esclarecidos já, pois, os leitores sobre esta matéria vou entrar na história particular da Misericórdia da nossa terra prevenindo-os porém de que nada encontrei escrito ainda em letra redonda sobre ela. Moraes, que lhe dedicou um capítulo⁽¹⁾ no seu manuscrito do *Parnaso de Vila Viçosa* e em seguida outro sobre o anexo *hospital de boubas*, pouco avança em noticias históricas podendo aliás fazê-lo porque ou os sabia de conhecimento pessoal ou por tradição dos seus pais e avós, mas não quis: o que ele e os mais escritores de noticias de Vila Viçosa entenderam realizar não foi a história desta vila, mas o seu panegírico...

Na Casa também não houve diligência em arquivar ao menos um sumário da sua erecção e progresso em livro especial e apenas se encontram uns prólogos históricos muito sucintos nos Tombo ou Livros de Bens renovados em 1770 e 1824.

E mania velha que dura hoje ainda nos gerentes de qualquer instituto o olharem com desdém para os livros e papéis velhos, dizendo: - Isto é velho, já não serve, e por consequência destróiem-nos quando pouco peso davam guardados numa arca ou numa estante.

Ainda assim observarei que a Misericórdia é a única associação religiosa da nossa vila que tem montado o seu arquivo numa casa própria e guardados com recato os seus livros e papéis dos últimos dois séculos.

Já vêem, pois, os leitores que vou abrir um caminho inteiramente novo e que portanto este meu trabalho não pode sair-me com o esmero que desejava. Fui consultar o dito arquivo algumas vezes e, apesar de não ler quantos livros e documentos ali se guardam, logrei esclarecer muitas noticias.

(1) L. 2, capítulos 25 e 26.

II

A Confraria da Misericórdia de Vila Viçosa começou a existir no princípio do século XVI. Lê-se no prólogo do segundo compromisso feito em 1661 que esta confraria data do ano de 1516, porquanto no primeiro compromisso ou primitivo da confraria estava apenas um Alvará de El-Rei D. Manuel, com data do ano referido, comunicando à mesma confraria os privilégios da Misericórdia de Lisboa. Mas isto não é verdadeiro. Embora só no dito ano de 1516 se passasse o dito Alvará a favor da Santa Casa de Vila Viçosa, é certo que ela funcionava já desde alguns anos antes.

Com efeito, achei no cartório da Casa em deplorável estado uma folha de papel cortada já pela dobra do meio e muito cerceada que eu pude ler na sua maior parte e vi que era um Alvará de D. Jaime de 29 de Dezembro de 1509 outorgando à confraria da Misericórdia a administração do Hospital do Espírito Santo que é mais antigo. Ei-lo aqui:

"Eu, o Duque, etc., faço saber a quantos este meu Alvará virem que a mim aprez e hei por bem e serviço de Deus que os bens e rendas do hospital desta vila se aproveitem e arrecadem e dispendam pelos oficiais da Misericórdia e eles tenham cargo do dito hospital e coisas dele. E as despesas farão segundo por bom custeamento lhes bem parecer. Porém eles farão cargo apartado dos ditos bens e rendas e assim da receita e da despesa para que as coisas do dito hospital se não possam alhear por nenhuma maneira. E por isto mando a quaisquer oficiais a que isto pertencer que aos ditos oficiais da Misericórdia façam acreditar (?) os ditos bens e rendas como dito é. E isto que muito me bem parece e por certidão dele lhe mandei dar este presente alvará em Vila Viçosa aos XXIX (?) dias de Dezembro de 1509. Diogo de Negreiros o fez".

Em baixo lê-se esta confirmação do Duque D. Teodósio I:

"Hei por bem e mando que se cumpra este alvará acima do Duque meu Senhor que Deus tem, assim como nele se contém. Isto enquanto aprover e o contrário não mandar. António de Gouveia o fez em Vila Viçosa a XXVI de Maio de 1544".

No verso da primeira folha está a seguinte declaração:

"Aos XXVIII dias do mês de Dezembro de 1510 anos na casa da Santa Misericórdia estando aí juntos o Provedor e Irmãos e sendo aí presente Jaime Fu seiro, contador do Duque nosso Senhor, e por ele foi dito que porquanto nes

te alvará do dito Senhor diz que se fará receita e despesa da renda do hospital, que ele falara com o dito Senhor acerca da despesa do dito hospital que se não podia fazer apartadamente e que portanto se não podia fazer a despesa sobre si, e que o dito Senhor disse que os ditos oficiais fizessem esboço (?) da receita da conta e que quanto era a despesa que se fizesse assim como se faz da conta da dita confraria e que não houvesse mais conta da despesa dos bens do hospital da que há dos da dita confraria. E por lembrança disto o dito contador assinou aqui. - João Fuseiro. 1510". Maço 15.

Fica pois demonstrado que a Misericórdia já existia no ano de 1509 e tomava conta da administração do hospital do Espirito Santo em Dezembro daquele ano.

Achei mais uma certidão dos privilégios da Misericórdia de Lisboa passada a 22 de Setembro de 1508 pelo escrivão público da confraria e assinada pelos Irmãos da Mesa daquele ano. Está no maço 16 sob o nº 1. Tem por fora esta nota de letra mais moderna: "Privilégio de El-Rei D. Manuel concedido aos Irmãos da Misericórdia. E é o mesmo compromisso". O que quer dizer igual ao que estava apenso ao compromisso velho ou primitivo que já não existe no cartório.

E pois certo que a nossa confraria da Misericórdia teve princípio ao menos em 1508. Começou a correr com a administração do hospital em Janeiro de 1510 com a condição de escriturar apartadamente as receitas e as despesas do mesmo hospital e não as confundir com as suas próprias, mas naquele mesmo ano foi dispensada pelo Duque a confraria de fazer tal apartamento que os confrades alegavam não se poder fazer talvez por a Misericórdia não possuir mais do que a colheita de esmolas que se confundia com a colheita a favor do hospital. Que a Misericórdia era nova ainda em 1522, etc. e sem existência bem estabelecida prova-se com testamentos do primeiro Tombo em que dizem os testadores que no caso de se dissolver a confraria ficassem os bens ao hospital do Espirito Santo.

III

Mas em que tempo teria princípio o hospital do Espirito Santo? Este ponto é que eu não posso aclarar. Vimos que em 1509 funcionava já com regularidade na rua do Espirito Santo e que a confraria da Misericórdia se foi ali

estabelecer ficando fundidos num só os dois institutos: coisa que D. Jaime obteve para todas as Misericórdias do seu ducado.⁽¹⁾

É provável, pois, que o hospital fosse ali fundado no século XV, constando dele de duas casas grandes no andar alto, as quais deveriam servir: a primeira para enfermaria de homens e a segunda ou interior (onde agora está o púlpito) para mulheres. Mais adiante em cima e no andar rasteiro seriam as oficinas e é certo que na traseira do edificio havia um pequeno quintal.

Se a história deste hospital estivesse escrita, seria até muito curiosa. É provável que desde tempos remotos houvesse na nossa vila alguma albergaria e casas de caridade e que o hospital da rua do Espírito Santo fosse já fruto de anexação de bens de outros estabelecimentos desta natureza porque os Calipolenses eram cristãos e algumas providências haviam de ter para os enfermos e mortos ao abandono como sucedia noutras partes.

Ao fundirem a Misericórdia com o Hospital possuía já este muitos bens de raiz e ónus reais, sendo um desses bens a herdade de S. Romão dividida hoje em pequenos chãos que a Misericórdia aforou posteriormente e rendia antigamente 115 alqueires de trigo, 5 de cevada, etc.

Do exame que fiz dos tombos da Casa, colhi que são conhecidos pelos documentos ali registados todos os bens legados à Misericórdia com encargos ou sem eles e que, pelo que respeita a bens de origem desconhecida mas de posse imemorial (como a sobredita herdade), é de supor que todos esses bens pertenciam ao hospital do Espírito Santo e vinham de longa data pois não há clarezas algumas de bens deixados ao hospital antes da sua fusão com a Misericórdia. A adjudicação dos bens do eremitério da Piedade, fundado pelo Padre Álvaro Fernandes, feita pelo Papa Leão X no Breve "Licet Nobis" de 13 de Novembro de 1514,⁽²⁾ é já posterior a essa fusão.

IV

Reunidos os dois institutos em 1509 começou a Santa Casa a medrar. Ainda no tempo de D. Jaime pensou-se em alargar o hospital que era apenas como atrás o descrevi e tratou-se portanto de ir comprando os prédios vizinhos.

(1) *História Genealógica*, Tomo 4, prova nº 118.

(2) *Crónica da Província da Piedade por Frei Manuel de Monforte*, pág. 143.

A 25 de Fevereiro de 1518 comprou o Provedor Pedro Afonso por 5:500 réis as casas que limitavam com o hospital pelo oriente na rua do Espírito Santo on de hoje é o Consistório ou casa das sessões da confraria, e é provável que então fossem casas rasteiras. O Dr. Fernão de Moraes comprou em 11 de Junho de 1524 por 7:000 réis na rua de Três um quintal ao Padre Jerónimo Fernandes para o dar logo à Misericórdia. A 17 de Março de 1530 faz troca o Provedor Gonçalo Guerra de umas casas do hospital na rua das Vaqueiras por um quintal de Inês Eanes Chamorra que tinha contíguo ao hospital. A 7 de Março de 1531 arremata D. Jaime por 6:100 réis um quintal da rua das Vaqueiras que partia com as casas da Chamorra e pertencia ao executado Gonçalo Pe res Carniceiro e dá-o também à Misericórdia. Com estes elementos já podia alargar-se o hospital.

V

Foi já em tempo de D. Teodósio I que se efectuou esse alargamento e, segundo a *História Genealógica*, ele fez à sua custa af por 1540 duas enfermarias grandes que foram a que se estende ao longo da rua de Três por cima da porta que passou a ser a principal e da botica e a outra que corre através (do poente para o oriente), a qual em 1830 e tantos foi partida em duas for mando-se-lhe no meio o corredor que vai das varandas à Igreja, hospital antigo e consistório. A metade do poente passou então a servir de enfermaria de cirurgia, ficando a outra para "aposentadas". Esta última foi ainda sub dividida af por 1865 destinando-se uma parte para quarto reservado de pensionistas e a outra para casa de receituário e operações cirúrgicas.

A enfermaria da rua de Três sempre tem servido para doentes do sexo mas culino.

A citada *História Genealógica*, mencionando a construção das duas enfermarias grandes, nada mais adianta, mas isso basta para sabermos que já então ficou o pátio organizado com as oficinas que ali se encontram nos lados nor te e poente.

Foi D. Teodósio I quem pôs a Santa Casa numa situação já bastante satis fatória.

Não havia Igreja ainda então, é verdade, mas o Capelão dizia missa no al tar da Senhora da Visitação que estava na enfermaria das mulheres, hoje da

cirurgia, que foi mudado cerca do ano de 1825 para a enfermaria actual das mulheres sendo provedor Provedor ou Tesoureiro o cónego António Calado da Silva. Foi primeiro Capelão o Padre Manuel Cavaleiro e dizia já o anal de missas instituído nessa época por Tomé Lobo como adiante particularizei.

D. Isabel de Alencastre, primeira mulher do mesmo D. Teodósio I, que muito favorecia os doentes do Hospital mandando-lhes doces e mimos, deixou à Misericórdia um legado para sustento de dois meninos órfãos confiados à direcção do Capelão-mor; e, deixando seu marido outro legado para criação de mais quatro, assim se formou o *Colégio dos Meninos Órfãos*, de que tratarei em capítulo apartado, ficando tudo sob a administração da Misericórdia.

Finalmente D. Teodósio I deixa à Santa Casa por sua morte uma esmola de duzentos mil réis e diz mais em apêndice ao seu testamento: "*Encomendo a meu filho que ajude tudo o que pudér este hospital daqui para que se curem neste todos os doentes, como eu agora faço*".⁽¹⁾ Quer isto dizer que suprisse as faltas da Casa em ordem a não deixarem de ser curados todos os pobres que a ela recorressem. Há no cartório um livro de receita e despesa do tempo deste Duque. É do ano de 1544. Deste se vê que a Casa se sustentava principalmente com peditórios de pão e dinheiro na vila aos domingos e quartas-feiras, de sorte que esse pão chegava para os doentes, para os servos e para pensões a pobres recolhidos. Além destes peditórios bi-semanais, faziam-se outros anuais de trigo no fim das colheitas e com o andar do tempo chegaram a pedir borregos, mosto, azeite, etc. Outra receita grande que a Misericórdia tinha e teve até ao século XVIII era a dos enterros. Tinha privilégio para acompanhar todos os defuntos da vila recebendo taxas segundo as posses das famílias dos finados, de sorte que as outras confrarias só podiam enterrar os seus frades e ninguém mais.

A Santa Casa era então servida gratuitamente ou quase de graça. Apenas tinha seis empregados com remuneração e eram: o capelão, o médico, o cirurgião, o hospitaleiro, a hospitaleira (ordinariamente mulher do anterior) e o requerente. O primeiro vencia dez alqueires de trigo por ano; o segundo quinze; o terceiro doze e o sexto dezasseis, e nada mais. O hospitaleiro recebia vinte e quatro alqueires de trigo por ano, um de azeite, uma vestimenta, um balandrau e calçado. A hospitaleira contentava-se com dez alqueires de trigo, dois de azeite, uma fraldinha, um safnho e mantilha, duas camisas, duas beatilhas e umas sapatas. Nada mais se dispndia então com os

(1) *Provas da História Genealógica, Tomo 4, nº 175.*

ordenados.

E contudo a Misericórdia, além de curar enfermos dentro e fora do hospital, dava esmolas semanais e mensais em pão, trigo e dinheiro a pobres recolhidos e inválidos ou desamparados; sustentava os presos pobres e pagava-lhes as despesas do seu livramento.

A escrituração era feita pelo Escrivão da Mesa eleita em 2 de Julho de cada ano. Não havia servos da maca nem do esquife: quem transportava os doentes e os defuntos eram os Irmãos da confraria. O cargo de sacristão era exercido mensalmente por um Irmão chamado Mordomo da capela. Por isso, repito: naquele tempo ou desde a fundação da Misericórdia e por todo o século XVI ela servia quase gratuitamente. Cresceram depois aqueles honorários e introduziram-se outros de novo já nos séculos XVII e XVIII. Não havia botica por conta da Casa, nem a houve até este século XIX. Os remédios eram fornecidos por um terço do seu custo e a Casa pagava-os mensalmente.

VI

Parece que a Igreja foi edificada por morte de D. Teodósio I e porventura com os 200\$000 réis que ele deixou à Misericórdia, contribuindo também para isto outros benfeitores incluindo o Duque D. João I, razão por que lhe ficou pertencendo a capela-mor. Nos suportes do púlpito lê-se o ano de 1568 e esta data significa apenas que ela já então era acabada, pois no livro da escrituração de 1564 e seu primeiro termo que é o da eleição está: *"em a capella da Igreja da Casa da Santa Misericórdia de Vylla Visosa se ajunta - rão, etc. a 2 de Julho "*.

Quanto a ter a Casa a sua capela, isso remonta a tempos mais antigos pois acho noticia de se eleger em 1544 mordomo da capela.

A Igreja feita, logo se transferiu para ali provisoriamente a Paróquia de S. Bartolomeu como atesta Moraes. Este podia explicar-nos bem tudo isso, mas não quis...

Não constam benefícios especiais do Duque D. João I, tanto por ser curta a sua vida como embaraçada com a expedição de Alcácer-Quibir e as subsequentes questões da sucessão da Coroa do Reino. Mas em testamento recomenda a seu filho e sucessor que proteja a Misericórdia e cumpra o testamento de seu tio D. Constantino de Bragança de quem fôra testamenteiro e que deixara mil pardaus⁽¹⁾ para se fabricar uma enfermaria nova nos quintais ao longo da rua das Vaqueiras com uma varanda no cabo para os convalescentes tomarem ali sol. Como os ditos mil pardaus não chegavam para tamanha obra, lembra a seu filho D. Teodósio II que conserte antes a "enfermaria que corre ao longo da rua de Três", que se achava destelhada, e faça "uma varanda na quadra (pátio) da parte do poço com pilares e arcos de ladrilho".

Creio que assim se fez logo, ficando então o pátio ladeado com edificios pelas três bandas.

No tempo de D. Teodósio II houve uma ampliação no edificio depois de se comprarem no ano de 1599 três moradas de casas da parte da rua das Vaqueiras. A razão disto foi resolver o dito Duque entregar à Misericórdia o hospital dos males (venéreo, boubas, etc.) fundado por D. Teodósio I, creio que no Paço ou na Ilha, dando à Santa Casa 20\$000 réis de juro anual pelas obras a realizar com as enfermarias novas e o necessário para o custeio do dito hospital nos meses de Abril e Setembro que era somente quando funcionava. Este contrato foi registado no livro do compromisso velho que já não existe, mas vê-se de vários documentos que a Casa de Bragança ficou dando à Misericórdia pelo custeio do hospital dos males 120\$000 réis em dinheiro, 7 moios de trigo, 24 alqueires de azeite e toda a roupa e cobertores para o provimento destas enfermarias, assim como o vestuário do obregão ou enfermeiro que vinha de Lisboa.

A enfermaria de males para as mulheres era a que hoje serve ao sexo feminino em cima e a de baixo servia aos homens. A esse tempo (1611) já existia a cozinha actual do lado oriental assim como o quarto dos enfermos pensionistas que hoje serve ao enfermeiro. Mas a Misericórdia já tinha o hospital dos males ao menos desde 1609 posto que o padrão de juro de 20.000 rs. que o Duque lhe passou a favor das obras fosse passado a 23 de Junho de 1611.

(1) Dinheiro da Índia.

Vê-se, pois, que o edificio do hospital ficou nesta época já ampliado como hoje se encontra, salvos pequenos melhoramentos. Nos nossos dias têm-se feito os seguintes: em 1852 passou a ser fashado o tecto da enfermaria de S. José e o da outra de cirurgia. Nos anos seguintes fez-se o mesmo à enfermaria nova das mulheres acrescentando-a com um quarto de banhos e moradia da enfermeira. Em 1885 e anos seguintes anexou-se um prédio da rua das Vaqueiras para ser por ali o despejo do lixo da Casa e desfez-se o pequeno cemitério criado em 1610. E já esta Casa não carece de mais ampliamentos porque tem as comodidades precisas.

A casa do despacho foi adquirida como dito é em 1611 para servir de enfermaria de Religiosos e pessoas envergonhadas e de respeito.

VIII

Vou agora dar noticia das doações feitas à Misericórdia mediante uma Relação que possuiu escrita em 1840.

A maior parte dos bens vieram à Misericórdia com encargos, isto é, formando-se capelas de missa e outros encargos pios sob a sua administração e ficando com os resíduos dos rendimentos. Já se vê, pois, que havendo nos rendimentos alguns desfalques, inevitáveis com o correr dos muitos anos, forçoso foi à Misericórdia recorrer à Santa Sé para lhe reduzir os encargos de muitas capelas.

Deviam os Governos ter olhado por esta matéria com a devida circumspecção regulando a duração das capelas de missas *in perpetuum* por pessoas particulares visto serem injuriosas à divindade e nocivas à sociedade civil, mas nunca tal fizeram. O doido e feroz Marquês de Pombal apenas soube mandar confiscar para a Coroa as capelas de instituição posterior a 1640 e os Ministros de Estado posteriores a ele continuaram no seu trilho chegando até a adoptar o sistema das denúncias em prémio do denunciante, de sorte que me contam os antigos ver-se o Príncipe Regente obrigado a denunciar para si os bens de todas as Misericórdias para lhos doar depois livres de encargos. E adiante veremos que assim foram à nossa as capelas de D. Josefa Vicência de Torres Penalvo e seu marido.

Hoje apenas cumpre à Misericórdia uma capela de missa quotidiana que é a de D. Francisca de Noronha, transferida nos nossos dias da Igreja da Santa

Cruz, e melhor seria que fosse antes aplicada por todos os benfeitores da Casa.

É minha opinião que se devia conceder liberdade ampla para qualquer instituir capelas, contanto porém que os seus encargos não durassem mais de um século, ficando então os bens livres e desembaraçados para os seus administradores.

Eis um resumo das que tem administrado a nossa Misericórdia.

1. - *Capela de Mor Alves Arouca.* - Ano de 1539.

Encargos: 90 missas da esmola de 20 réis e, não havendo quem as diga, repartir-se-ão pelos pobres os 1\$800 réis.

Dotação: duas moradas de casas no adro de S. Bartolomeu, aforada cada uma em 5\$000 réis, e a herdade do Atalho, no termo do Redondo, aforada em 4\$800 réis.

Aqui observo eu já que o sistema de aforar prédios, especialmente rústicos, a numerário foi um erro gravíssimo e ruinoso para a Casa que era uma instituição de carácter permanente e devia durar séculos. Assim pois, ao mesmo tempo a Misericórdia estava agora recebendo apenas 14\$800 réis dos foros desta capela: só a herdade do Atalho, avaliada em 1:200\$000 réis na Relação que tenho à vista, devia render 60\$000 réis!

E o que se dá nesta capela dá-se na maior parte das seguintes, por cuja razão me abstenho de mais reflexões em tal sentido, observando apenas que se os Governos Centrais e os Irmãos da Casa olhassem pela sua prosperidade com séria madureza, ela podia ter hoje o décuplo do rendimento actual e matar muitas mais necessidades ao próximo indigente.

2. - *Capela de Tomé Lobo.* - Ano de 1551.

Segundo referências do testamento de D. Teodósio I, Tomé Lobo deixou à Misericórdia 1:500 pardaus equivalentes a uns 400\$000 réis em dinheiro para se comprarem algumas fazendas. E, com efeito, ela comprou a maior parte de uma herdade em S. Romão que depois se ficou chamando *Herdade da Capela* e que rendia 56\$400 réis. Recebia-os o Capelão-mor pela pensão de uma missa quotidiana.

3. - *Capela de André Dias.* - Ano de 1553.

Encargos: uma missa cantada no dia de Nossa Senhora da Conceição. Dotação: um olival no sítio do Seixo Branco, termo de Borba, que foi aforado em 400 réis (!).

4. - *Capela de António Dias.* - Ano de 1570.

Encargos: duas missas anuais. Dotação: uma morada de casas na rua de

Santa Luzia que se aforou por 2\$400 réis.

5. - *Dita de Gaspar Delgado*. - Ano de 1570.

Encargos: cinco missas anuais. Dotação: herdade de Vale da Ursa com a pensão de 4\$166 réis.

6. - *Dita de Margarida Afonso*. - Ano de 1571.

Encargos: 200 missas. Dotação: um quinhão de 10:800 réis na herdade de Santa Ana (8ª parte). As ditas missas foram por fim reduzidas a três.

7. - *Capela de Joana Gançosa*. - Ano de 1576.

Encargos: 5 missas anuais. Dotação: metade do que rendesse a herdade do Zambujo e eram ultimamente 30\$000 réis e 3 galinhas, e um olival à estra da Augustinha no termo de Borba, aforado em 3\$000 réis.

8. - *Dita de Violante Nunes*. - Ano de 1583.

Encargos: duas missas cantadas. Dotação: uma morada de casas na rua de Três aforada em 2\$500 réis, outra na rua dos Caldeireiros aforada em 800 réis, uma vinha aos Cobres e uma estacada no mesmo sítio aforado tudo em 500 réis.

9. - *Capela de Isabel de Andrade*. - Ano de 1579.

Encargos: missa quotidiana. Dotação: herdade de Vale de Carneiro no termo de Monforte aforada em 7\$000 réis, um olival no sítio dos Coutos, uma vi nha às Fontainhas e um prédio de casas na rua dos Caldeireiros, tudo aforado em 1\$200 réis; a horta do Troca junto ao Polme no termo de Borba aforada em 1\$100 réis, um olival ao Porto de Elvas em 1\$500 réis, três courelas de vinha ao Carvalho em 1\$900 réis.

10. - *Dita de Genebra Mendes*. - Ano de 1588.

Encargos: 13 missas anuais. Dotação: herdade de Carvalhais aforada em 60 alqueires de trigo. Se fôra aforada em numerário, não renderia mais do que 4\$000 réis.

11. - *Capela de António Correia e sua mulher Maria Fernandes*. - Ano de 1593.

Encargos: missa quotidiana. Dotação: duas moradas de casas no adro de S. Bartolomeu aforadas em 10\$000 réis, uma dita na rua das Vaqueiras em 3\$000 réis, outra na mesma rua em 1\$500 réis, a herdade de Cascalhais no termo de Juromenha com o quinhão de 12 alqueires de trigo e a azenha do Boticário ou da Misericórdia em Bencatel aforada em 25 ditos.

12. - *Dita de Joana Mendes de Vasconcelos*. - Ano de 1598.

Esta pertencia propriamente ao Colégio dos Meninos Órfãos. Encargos: uma missa por mês. Dotação: a herdade do Freixo com a pensão de 57 alqueires

de trigo.

13. - *Dita de Gaspar Fernandes.* - Ano de 1600.

Encargos: 10 missas anuais. Dotação: a herdade do Ciborro no termo de Elvas aforada em 35 alqueires de trigo e 4 de cevada e um quinhão de 26 e meio de trigo e 11 de cevada na herdade dos Castelos Velhos.

14. - *Capela de António Gançoso.* - Ano de 1600.

Encargos: 14 missas anuais. Dotação: herdade de Santa Helena ou da Misericórdia em Pardais aforada em 13\$000 réis e a herdade das Pinas no termo de Estremoz em 1\$400 réis.

15. - *Dita do Padre Frei João Franco.* - Ano de 1601.

Encargos: 30 missas anuais. Dotação: uma morada de casas na rua de António Homem aforada em 4\$000 réis, um forno na rua dos Caldeireiros em 100 ditos, outra morada na rua dos Gentis em 2\$400, outra na rua das Vaqueiras e outra na do Espírito Santo, cada uma em 1\$250 réis.

16. - *Dita de Constantino de Cáceres e sua mulher Isabel Vaz.* - Ano de 1601.

Encargos: 3 missas e uma vela. Dotação: a horta das Laranjeiras, sita à Carreira das Nogueiras, aforada em 8\$000 réis; uma vinha à Portela, uns quarteirões ao Alamo e um farrageal ao Paúl, tudo aforado por outros 8\$000 réis.

17. - *Capela de Domingos Coelho.* - Ano de 1602.

Encargos: missa em todos os dias santos. Dotação: a herdade dos Bace-los, no termo de Juromenha, aforada em 120 alqueires de trigo. Creio ser esta a capela da missa das onze horas que dantes era satisfeita no Colégio.

18. - *Dita de João Gramacho.* - Ano de 1604.

Encargos: 4 missas anuais. Dotação: uma morada de casas na rua das Cortes aforada em 3\$000 réis, uma vinha à Portela em 2\$000, um prédio de casas na Carreira das Nogueiras em 1\$000, três courelas de vinha aos Vieiros em 2\$200, um olival a Santo André em 750 réis.

19. - *Dita de Maria Alves Fagunda.* - Ano de 1606.

Encargos: duas missas anuais. Dotação: uma pensão de 34 alqueires de trigo e 16 de cevada na herdade da Capela, termo desta vila.

20. - *Capela de D. Maria da Guerra.* - Ano de 1609.

Encargos: missa quotidiana que depois foi reduzida por Breve Pontificio a 204 missas anuais. Dotação: uma morada de casas na Praça que se davam ao Procurador; outra no mesmo sítio aforada em 7\$200 réis e outra, idem, em 4\$800.

21. - *Dita de Beatriz Vaz.* - Ano de 1612.

Encargos: uma missa anual. Dotação: a herdade da Misericórdia no reuengo de Fatalão aforada em 75 alqueires de trigo.

22. - *Dita de Maria Vicente.* - Ano de 1614.

Encargos: 50 missas anuais. Dotação: herdade de Seivacedo (a quarta parte ou 36\$250 réis ultimamente).

23. - *Capela de Úrsula Borges.* - Ano de 1621.

Encargos: 15 missas anuais. Dotação: duas courelas de vinha ao Nabarro aforadas em 2\$700 réis, uma morada de casas na rua da Freira em 2\$000, a herdade da Granjinha com a pensão de 910 réis e 7 alqueires de trigo.

24. - *Dita de Luísa Correia.* - Ano de 1629.

Encargos: meio anal de missas e um alqueire de pão mensal aos presos da cadeia. Dotação: a herdade do Salpicão no termo de Portel aforada em 54\$000 réis; a herdade das Ferrarias no mesmo termo aforada em 180\$000 rs.; 16 alqueires e meio de trigo na herdade da Cabeça do Cardo; 19 e meio de trigo e 9 de cevada na herdade do Monte Arriba; 72 de trigo e 36 de cevada na herdade da Rosquinha; a herdade do Monte Negro aforada em 57\$600 réis, tudo no termo de Portel; 21 alqueires de trigo na herdade do Poço Seco termo da vila de Cuba; 4 de trigo e 2 de cevada na herdade da Soalheira, termo de Portel; um farrageal nos subúrbios da mesma vila aforado em 1\$000 réis; uma courela, idem, em 500; uma morada de casas em Portel em 500 rs.; outra, idem, na rua das Canastras, em 300 réis; o Moinho da Faia no mesmo termo em 200 réis; a azenha do Pisão em Pardais com terras anexas, tudo aforado em 11\$200 réis e 40 alqueires de trigo.

Vê-se, pois, que esta capela deixava muito interesse à Misericórdia.

25. - *Capela do Padre Afonso Peres Sanches.* - Ano de 1629.

Encargos: missas anuais a que chegasse um terço do rendimento. Dotação: um prédio de casas na rua da Torre aforadas em 2\$200 réis; um farrageal no outeiro de Maria Francisca, coutos de Vila Viçosa, em 1\$000 réis; um cerraço de vinha no mesmo sítio em 2\$000 réis; duas moradas de casas na Corredoura de Borba aforadas em 2\$000 réis cada uma.

26. - *Dita de Maria Dias.* - Ano de 1630.

Encargos: 6 missas anuais. Dotação: um olival no sítio de Vale de Judeus, aforado em 9 alqueires de azeite; um prédio de casas na rua de Santo António, em 1\$200 réis; uma vinha a Peixinhos, em 200 réis; um prédio de casas na rua das Cortes, em 2\$800 réis.

27. - *Capela do Padre Manuel Fernandes Molina.* - Ano de 1631.

Encargos: missa quotidiana. Dotação: uma morada de casas na rua dos Gentis, aforada em 1\$200 réis; outra na rua do Espírito Santo; uma vinha à Cocheira e um olival no sítio da Laje, termo de Borba, tudo aforado em 1\$800 réis; uma vinha a Pomar de Filipe, em 4\$000 réis; dois quarteirões no mesmo sítio, em 5\$500; uma vinha com olival no sítio do Carrascal, termo de Borba, em 2\$400; outra vinha com olival à Horta Nova, no mesmo termo, idem; um olival no sítio da Augustinha, idem, em 800 réis; uma morada de casas na Corredoura de Vila Viçosa, em 12\$000; um olival às Fontainhas e outro a Peixinhos, ambos em 4\$000; umas casas térreas na rua do Espírito Santo, 400 réis.

28. - *Dita do Padre Afonso Rodrigues Faleiro.* - Ano de 1639.

Encargos: 20 missas anuais. Dotação: dois olivais no sítio do Magar-reiro, termo do Alandroal, aforados em 3\$000 réis; na herdade de Penedrais um quinhão de 9\$600, tudo no Alandroal.

29. - *Capela de Jácome Rodrigues.* - Ano de 1640.

Encargos: 12 missas anuais. Dotação: uma vinha a Vale do Bispo aforada em 700 réis; outra à Portela, idem; umas casas na rua de Évora, em 4\$000 réis.

30. - *Dita de D. Francisca de Noronha.* - Ano de 1648.

Encargos: missa quotidiana no convento da Santa Cruz. Dotação: diversos foros que pagava o morgado Lobo Infante de Lacerda em Olivença e as quintas dos Paços e Patinhos em Pardais, tudo recebido pelo Capelão. Ficava à Misericórdia o quarto do rendimento da herdade das Bispas. Tem um tomo especial.

31. - *Capela de Manuel de Oliveira.* - Ano de 1649.

Encargos: 35 missas anuais de 50 réis ditas na Igreja de S. Paulo. Dotação: um lagar de azeite no caminho de Elvas que caiu e se perdeu; um farrageal, hipoteca do foro do lagar, aforado em 1\$000 réis é o que restava à Misericórdia.

32. - *Dita de Gregório de Souto.* - Ano de 1651.

Encargos: meio anal de missas. Dotação: um capital de 100\$000 réis a juro; um olival ao Alto da Portela, uma vinha e um olival à Cocheira, tudo aforado por 4\$000 réis; um olival e vinha no caminho de Borba, em 2\$500 réis; duas moradas de casas no Castelo, em 2\$600 réis.

33. - *Capela de Domingos Lourenço*. - Ano de 1654.

Encargos: 30 missas anuais. Dotação: uma morada de casas na rua da Freira, aforadas em 3\$000 réis; um olival atrás do Reguengo, aforado em 12 alqueires de azeite.

34. - *Dita de Francisco Rodrigues de Barros*. - Ano de 1656.

Encargos: 50 missas anuais. Dotação: uma morada de casas na rua de Santa Cruz, aforada em 4\$000 réis; outra na rua de Cambaia, em 2\$300; um farrageal na coutada, em 800; uma vinha ao Alamo, idem; uma morada de casas na rua de Irês, em 1\$500.

35. - *Capela de Maria de Morais*. - Ano de 1681.

Encargos: 200 missas anuais. Dotação: um olival à Portela aforado em 3 alqueires de azeite; outro no sítio dos Coutos, idem; uma vinha a Vale do Bispo aforada em 2\$000 réis; outra à Portela, em 1\$500; a herdade do Covão, no termo de Fronteira, em 120 alqueires de trigo; uma courela na herdade do Terrujo, termo da vila de Seda, em 1\$800; um farrageal ao Paço do Falo, no mesmo termo, em 500; a courela da cabeça de Oleiro, idem, em 1\$000; um farrageal e uma tapadinha no mesmo sítio, em 300; 52 pés de oliveira, dispersos nos coutos de Seda, em 240; um assento de umas casas em 200 réis.

36. - *Dita de João Rodrigues e sua mulher Ana Ribeira*. - Ano de 1701.

Encargos: 50 missas anuais. Dotação: quinta do Cebola aforada em 144\$000 réis.

37. - *Capela de António Martins de Miranda e sua mulher Maria Joaquina*. - Ano de 1790.

Encargos: um officio pelas almas do cemitério. Dotação: quatro moradas de casas no Terreiro de Santo Agostinho, aforadas em 9\$000 réis, 12\$000 e duas em 3\$500 cada.

38. - *Capela do Padre Francisco Rodrigues*. - Ano de 1798.

Encargos: 8 missas. Dotação: uma morada de casas na rua das Vaqueiras aforada em 4\$000 réis.

39. - *Capela de Inácio de Sousa Barbosa e sua mulher D. Josefa Vicência de Torres Penalvo*. - Ano de 1785 e seguintes.

Fizeram testamento de mão comum e nele instituíram duas capelas de missa quotidiana para serem satisfeitas em S. Paulo no altar do Santo Cristo, diligenciando entretanto alcançar licença da Rainha D. Maria I. Como, porém, vigoravam em parte as doutrinas cesário-pagãs do Marquês de Pombal, faleceu ele em 1785 e ela depois sem chegar tal concessão Régia. Neste meio tempo

em que se davam capelas a quem as denunciava, o Príncipe Regente atalhou de algum modo este dano sequestrando para a Coroa os bens de todas as Misericórdias a fim de lhes doar em seguida livres de encargos ou sem carácter de vínculos. Foi desta sorte que escaparam as capelas modernas da Misericórdia e que, indo às mãos do Príncipe as dos sobreditos instituidores, ele as deu à nossa Casa de Caridade em 1798 obrigando-a unicamente a dar 20\$000 rs. anuais e oito alqueires de azeite às Beatas, como tinham disposto os testadores, servindo o azeite para alumiar um oratório deles que as Beatas possuíam já por lho deixarem também e com a cláusula de passar tudo isto para as Freiras da Santa Cruz se fosse extinto o Recolhimento. Foram então os bens avaliados em 8:325\$000 réis e em gratidão a esta valiosa mercê mandou a Irmandade pôr na casa do arquivo um retrato do Príncipe Regente que ainda lá se conserva. Não vi o documento da doação, mas dizem memórias da casa e a tradição que estes bens foram dados para se criar um hospital de convalescença que devia funcionar nas casas da rua de Frei Manuel que são as melhores ali existentes; mas a Irmandade coloriu o cumprimento desta cláusula, affectando ter os convalescentes no próprio hospital do Espírito Santo, e aforou as ditas casas em 20\$000 réis, na forma da lei, ao médico João Bernardino de Sequeira. Os outros bens eram: uma morada de casas nobres na rua das Vaqueiras que foram aforadas em 12\$000 réis (na forma) e hoje estão em ruínas; uma pensão de 70\$000 réis na horta da Cruz; um olival a Peixinhos aforado em 9\$500; uma vinha à Portela aforada em 2 alqueires de azeite; um olival no sítio da estrada da Augustinha em 12 ditos; dois olivais no mesmo sítio e termo de Borba, em 15\$000 réis; mais um olival de três courelas de vinha no mesmo termo, em 30\$000 réis; um olival e vinha ao Casarão na estrada de Borba, em 33\$500 réis; umas casas térreas no Rossio de S. Paulo e um cerrado em Bencatel que se venderam por 600\$000 réis e pondo-se a juro ficaram rendendo 30\$000 réis anuais; um olival no sítio da Barradas que foi aforado em 2\$000 réis; um quinhão de 20 alqueires de trigo e 7 de cevada na herdade da Torrinha em Bencatel; 3\$400 réis em dinheiro, 105 alqueires de trigo e 30 de cevada na herdade dos Charéis, termo de Monsaraz; a horta das Canelas no termo de Borba que por ser foreira aos Paulistas foi vendida e rendeu 600\$000 réis que, postos a juro, ficaram produzindo 30\$000 réis; umas casas na rua de Santa Luzia que foram aforadas em 16\$000 réis; a Quinta do Cebola e uma morada de casas na Corredoura que foram aforadas em 158\$000 réis (tudo na forma da lei). Esta quinta era onerada com alguns encargos e sobre ela houve demanda com o Padre Tomás Xavier de Torres, etc.

Ainda me resta nomear outras capelas antigas das quais se ignora já o ano da instituição. Ei-las:

40. - *Capela de Afonso Ribeiro.*

Encargos: 2 missas anuais. Dotação: um olival ao Escasso, uma vinha às Fontainhas e outra aos Cobres, tudo aforado em 4\$000 réis.

41. - *Dita de Ascenso Lourenço.*

Encargos: 15 missas anuais. Dotação: um quinhão de 12\$000 réis na herdade do Aguilhão, termo do Alandroal; dois ditos na herdade do Figueiredo em S. Romão que rendiam 17\$550 réis; outro de 2\$112 réis na herdade do Sou do, termo do Alandroal; outro de 3 alqueires e $\frac{4}{3}$ de trigo na herdade do Carapinhal, termo de Terena; um olival a S. Bento do Alandroal aforado em 1\$450 réis; uma tapada introduzida na Tapada Grande, subúrbios do Alandroal, aforada em 600 réis.

42. - *Capela de Isabel Alves Louçana.*

Encargos: 37 missas anuais. Dotação: herdade dos Amarelos no termo de Monforte com a pensão de 30 alqueires de trigo; dita do Azinhal no mesmo termo com igual pensão; 1\$000 réis na de Pudanha; a courela de Vale de Escudeiro, aforada em 10 alqueires de trigo; umas casas na rua de Évora, fofeiras em 800 réis - tudo em Monforte.

43. - *Capela de Francisco João.*

Encargos: 10 missas anuais. Dotação: duas moradas de casas à Fonte do Alandroal aforadas uma em 4\$800 réis e outra em 4\$000 réis.

IX

Como tenho à vista uma relação dos bens da Misericórdia feita em 1840 e em breve deixará de os possuir, sendo-lhes subrogados alguns papéis de Crédito Público, passo a mencionar os livros em que não se sabe pertencerem a alguma capela.

Isto mesmo poderia eu fazer com respeito às mais confrarias, mas bastará que o faça em relação a esta que é de caridade para depois ter matéria para discorrer sobre a protecção que devem ao Estado.

1. - A herdade de S. Romão. Com o seu aforamento veio a formar-se esta aldeia do nosso termo. Os assentos de casas e quintais rendiam ao todo 14\$950 réis e as courelas de terra 120 alqueires de trigo.

2. - Herdade dos Galhardos no termo de Estremoz. Rendia 220 réis e 8 alqueires de trigo. Agora é em Bencatel e termo de Vila Viçosa. Chamam-lhe Galharda.

3. - Herdade de Rui Dias ou Marinela de cima, aforada em 83 alqueires de trigo.

4. - Herdade da Maroteira em Bencatel. Tinha ali um oitavo dos seus frutos, reputado em 600 réis (!) e outro tanto pelo que respeitava à Capela do Chicote. (?)

5. - Herdade da Serra d'Aires, termo de Elvas. Tinha ali a sexta parte que rendia 45\$000 réis.

7. - Foros. - De uma courela de vinha no sítio das vinhas velhas, 600 rs.

8. - De uma fazenda ou monte, 1\$200.

9. - De outra, 1\$000.

10. - De outra, 700.

11. - De outra, 500 - tudo no mesmo sítio.

12. - De uma vinha e estacada à Portela e outra vinha com oliveiras a Peixinhos, 3\$250 réis.

13. - De uma vinha no sítio das Vinhas Velhas, 150.

14. - De outra no mesmo sítio, 500.

15. - De outra, idem, 200.

16. - De outra, idem, 120.

17. - De um farrageal, idem, 200.

18. - De umas vinhas e farrageal, idem, 350.

19. - De um pedaço de terra com sua casa em Pardais, 200 réis.

20. - De uma vinha no sítio da Vendedeira, termo de Borba, 500.

21. - De outra às Cortes, 1\$000.

22. - De um farrageal às Vinhas Velhas, 500.

23. - De uma vinha no sítio da Nora, 800.

24. - De um olival a Peixinhos, 1\$000.

25. - De uma vinha ao Paúl, 2\$000.

26. - De outra a Peixinhos, 120.

27. - De duas courelas de vinha ao Nabarro, 350.

28. - Idem às Cortes, 1\$000.

29. - De umas casas na rua da Praça, 2\$250.

30. - De outras no Castelo, 1\$200.

31. - De outras na rua de Cambaia, 4\$300.

32. - De outras à entrada na rua de Três, 100.

33. - De umas na rua de António Homem, 2\$500.
34. - De umas na rua das Vaqueiras, 1\$000.
35. - De umas na rua da Freira, 600.
36. - De uma vinha e olival a Trás-os-Montes, 2\$000.
37. - De um olival ao Penedo Branco, 360.
38. - De um casarão no Castelo, 100.
39. - De dois olivais, um à Portela e outro ao Paúl, 2\$510.
40. - De umas terras com vinha e oliveiras nos coutos de Monsaraz, 5\$500.
41. - De uns casarões na rua da Torre, 200.
42. - De dois olivais na Augustinha, 1\$600.
43. - De um olival e vinha ao Seixo Branco, 700.
44. - De ditos à Portela, 3\$700.
45. - De um colmeal em S. Romão, 800.
46. - De umas casas na rua de Três, subrogadas às do Colégio Velho, 3\$000.
47. - De um farrageal às Vinhas Velhas, 240.
48. - De umas casas na rua da Freira, 200.
49. - De umas casas na rua de Três, 750.
50. - De umas ditas em Monforte, 800.
51. - De uma tapada no Porto de Elvas, 2\$500.
52. - De uma azenha em Bencatel, idem.
53. - De umas casas na rua de Três, 1\$500.
54. - De umas casas na rua do Chafariz, 2\$000.
55. - De umas casas na Praça, 3\$700.
56. - De umas casas na Praça, 4\$400.
57. - De umas casas no Rossio, 1\$600.
58. - De umas casas na rua do Poço, 4\$000 réis.
59. - De umas casas na rua da Freira, 1\$600.
60. - De umas casas na rua da Torre, 1\$000.
61. - De umas casas no Rossio, 2\$000 réis.
62. - De um olival à Portela, 2\$500.
63. - Da quinta do Papa-queijos, 4\$000.
64. - De um olival ao pé de S. Paulo e outro nos Coutos, 4 alqueires de azeite.
65. - De outro com vinha às Cortes, 2 ditos.
66. - De outro olival a Barradas, 1 dito.
67. - De outro olival a Trás-os-Montes, 3\$000 réis.

- Capitais a juro 750\$000 réis que rendiam 37\$500.

Papéis de Crédito Público antigos

- Um padrão do Real Erário de 5:100\$000 réis, passado no 1º de Abril de 1570, que rendia 306\$000.

- Outro para livramento de Presos pobres, passado a 20 de Setembro de 1611, que rendia 100\$000 réis.

- Outro passado a 12 de Fevereiro de 1711 que rendia 10\$000 réis.

Papéis de Crédito Público modernos

- Em 1890 tem de inscrições da Junta de Crédito Público 66:350\$000 réis nominais representando a maior parte dos seus bens com grandes prejuizos na remissão dos foros por preços inferiores ao seu valor real.

As leis do Marquês de Pombal contra a existência de capelas instituídas depois do ano de 1640 não causaram dano à Santa Casa pois conheço denúncia de capelas suas talvez por escrúpulo nos denunciantes.

E de mais: o Príncipe Regente D. João VI, para obviar a tais denúncias em danos das Misericórdias, tomou para a Coroa todos os bens das Misericórdias por decreto de 15 de Março de 1800 e acto contínuo doou-os às mesmas Casas livres de encargos: medida radicalista, sem dúvida, mas necessária e útil naquelas circunstâncias.

Resumo da Receita e Despesa da Santa Casa no ano económico de 1840-41.

	Metal	Papel moeda
Foros	978\$151	7\$400
Pensões	2\$000	
Quinhões	9\$600	
Pitanças	18\$840	
Juros Reais e particulares	307\$750	2\$400
Rendas	111\$700	

.../...

	Metal	Papel moeda
Subsídios de enfermos pensionistas, militares e paisanos, alugueres da tumba, venda de fato e mortalhas, borras de azeite e sal, esmolas (72\$000 réis), laudémios (5:060 rs.) e restituições	115\$525	2\$400
Botica	16\$035	
Capitais destratados	103\$200	
Papel moeda vendido	7\$920	
Cevada vendida	27\$700	
Saldo do ano anterior	<u>150\$690</u>	<u>22\$400</u>
TOTAL DA RECEITA	1:849\$111	105\$600

DESPESA

Encargos pios	40\$800	
Foros e pensões	48\$275	19\$800
Festas	18\$010	
Ordenados a empregados	528\$200	
Dívidas passivas	104\$290	
Contas do Fiel	308\$410	
Carne fresca	169\$440	
Botica	220\$810	
Procurador de Lisboa	30\$480	
Conduções de géneros para o celeiro	14\$635	
Dinheiro capitalizado	72\$000	
Papel moeda rebatido		17\$400
Décimas e sisa	19\$636	
Demandas e custas	63\$887	
Obras	75\$190	
Roupas	61\$375	
Expediente	13\$240	
Despesas diversas	20\$330	
Saldo positivo	<u>40\$103</u>	<u>68\$400</u>
TOTAL	1:849\$111	105\$600

Era então a Misericórdia governada por uma Comissão Administrativa nomeada pelo Administrador Geral do Distrito em Alvará de 31 de Outubro de 1839 e composta de cinco membros: António Lourenço de Matos Azambuja, presidente, João da Costa e Oliveira, Manuel Diogo da Silveira Menezes, Manuel José da Nóbrega Camisão e o Padre António Vieira de Carvalho. Houve alguns substitutos até ao ano de 1844 em que a Irmandade tornou a administrar a Casa. Depois, por Alvará de 18 de Agosto de 1850, foi nomeada outra Comissão de três membros, sendo Tomé de Sousa Menezes presidente, o Padre José Vaz Touro tesoureiro, e o Padre Manuel Correia secretário.

Esta comissão durou até 1865 em que foi dissolvida a 8 de Julho por Alvará do Governo Civil do Distrito. Fizeram-se entretanto alguns melhoramentos na casa, como frasquiarem-se os tectos das enfermarias modernas que eram de tabuado e acrescentar-se a das mulheres (isto af por 1852). E, tanto por estas causas como por se introduzirem leitos de ferro em vez de barras de madeira e mesas à cabeceira de cada uma para uso dos enfermos, etc. como por ser faminto o ano de 1856, etc., a Casa empenhou-se num conto de réis ou mais e foi nesta situação que a Irmandade, já recomposta, se reuniu para verificar a eleição dos Mesários gerentes.

Já se tinham tirado as rações em cru para doentes de fora e rareado a concessão de subsídios para aleitação de crianças em circunstâncias de esmola. A Irmandade continuou na trilha das economias, embora contra o espírito do instituto, mas por efeito da necessidade financeira. Alguma coisa se adiantou com estas medidas. Quem trouxe porém o principal socorro foi a Divina Providência que sugerira a Manuel dos Santos Rosa o deixar à Misericórdia uma boa herança por morte das suas sobrinhas freiras: a Madre Isabel e a Madre Aquileia que, falecendo última em 1868, devolveu à Casa a quinta da Mercandela, a horta de Mures e outros prédios rústicos, os quais, sendo vendidos pela Irmandade como dispusera o testador em 1825, renderam sete contos conforme correu então. Deviam estes dinheiros ser capitalizados a juro entre pessoas particulares como indicara Manuel dos Santos. Porém, a mesa gerente, receando as solicitações de muitos pretendentes havidos por maus paguilhas, preferiu trocar o dinheiro por inscrições da Junta de Crédito Público que então corriam a menos de 40%. Se fez bem ou mal, o tempo o dirá. Até agora tem-se tirado bom resultado, mas eu sou um dos que pouco se fiam em garantias de Governos, contra os quais não resistem ordinariamente as pessoas colectivas e mormente as religiosas.

É certo que a receita da Misericórdia elevou-se de dois contos não redon

dos a três fortes e passou a Casa a ficar livre de dívidas e habilitada para fazer obras de melhoramento.

X

Chegou a vez de exarar aqui algumas breves reflexões sobre a administração da Casa.

Em presença do cadastro de bens encapelados ou livres que têm vindo à Santa Casa é de pasmar que ela não tenha antes 15 ou 20 contos de rendimento anual em vez de 3. Podemos assinar por causas disso: 1ª - os transtornos do tempo natural que tudo estraga e principalmente prédios de casas; - 2ª - a pouca prudência da maior parte das Mesas em não preferirem os aforamentos a géneros que se não depreciam; e 3ª - a nenhuma atenção dos Governos Centrais para estas coisas.

Em tempo de El-Rei D. José mandou-se proceder ao sequestro das capelas erectas depois de 1640 e à venda dos bens livres para se reduzirem a capitais de juro. E reinando a Rainha sua filha e o Príncipe Regente modificou-se a última medida, impondo o aforamento dentro ano e dia. Ficou portanto a Misericórdia possuindo só o edificio da Casa e as moradias anexas para Capelão, procurador, etc.

Agora, depois das leis de 22 de Junho de 1866 e 28 de Agosto de 1869, só restará o edificio da Casa com os anexos comunicados para dentro. Quinhões, pensões, foros, etc. tudo em breve estará reduzido a inscrições. Quanto aos ónus reais vendidos sem abate, ficou bem a Casa. Na maior parte dos casos, porém, sendo os foros ou quinhões vendidos com 40, 50% e mais de abate, em vez de subrogar-se o capital perde-se 1/4, 1/3, metade e 3/4.

Os governos antigos em vez de imporem o aforamento, deveriam ou preceituá-lo a géneros ou mandarem vender os prédios deterioráveis substituindo-os por dinheiro capitalizado. Nesta segunda hipótese escapavam agora às leis desamortizadoras que não incluem os capitais em dinheiro e, tendo esses capitais as competentes hipotecas, não os perdia a Casa como perde os foros dos edificios caídos em ruína.

Outrossim, podiam e deviam os Governos Centrais declarar privilegiadas as dívidas activas das Misericórdias com juros de mora como são as do Estado, mas nunca o fizeram.

Notícia dos empregados que havia em 1840 e anos seguintes e seus honorários ou pagas conforme os documentos que tenho à vista:

- Capelão ⁽¹⁾	48\$000
- Médico, 90 alqueires de trigo e	40\$000
- Cirurgião, 60 alqueires de trigo e	28\$800
- Boticário, 60 alqueires de trigo, 15 de azeite e	96\$000
- Procurador, trigo, idem, e	60\$000
- Escriurário	38\$400
- Fiel, ⁽²⁾ 60 alqueires de trigo e	72\$000
- Sangrador	10\$000
- Enfermeiro, 60 alqueires de trigo e	57\$600
- Enfermeira, 36 alqueires de trigo e	21\$000
- Moço de recados, 48 alqueires de trigo e	19\$200
- Cozinheira (como a enfermeira)	
- Lavadeira	19\$200

De então para cá têm subido muito os ordenados por não haver quem sirva os lugares por menores quantias e visto a Casa não receber géneros alguns dentro em pouco, terá de ser tudo pago em numerário. O cargo de enfermeiro está já em 12\$000 réis mensais e o do boticário em 300\$000 réis com mais 10% dos interesses da botica e 14\$400 réis para um criado da botica. Há mais um servo do hospital.

Ocupemo-nos agora das obras de misericórdia que a Casa tem realizado.

No presente: 1^o - trata doentes pobres no hospital; 2^o - dá-lhes sepul

(1) Era o Pároco de S. Bartolomeu, sem pensão de missa, mas só pelos outros actos do espirital.

(2) Foi posto pela Comissão para substituir os Irmãos do Mês.

tura, acompanhando-os o Capelão, indo adiante um servo com a bandeira e quatro assalariados com a tumba; 3º - faz o mesmo a pobres falecidos no seu domicilio ou abandonados; 4º - fornece facultativo e botica a enfermos pobres da vila e termo que se curam em suas casas; 5º - paga operações difíceis chamando facultativos de fora da terra; 6º - dá cartas de guia para outros hospitais; 7º - transporta doentes que chegam de passagem para outros, tendo para isso um condutor certo; 8º - paga aleitamentos de crianças sem mãe, gémeos, etc.; 9º - dá um jantar aos presos na Quinta - Feira Santa; 10º - sustenta alguns aposentados ou inválidos; 11º - dá rações aos pobres na Quinta-Feira Santa.

Ainda nos meus dias fazia mais: dava rações cruas a doentes curados fora do hospital; tinha maior número de aposentados; franqueava um albergue do pátio a peregrinos e passageiros e mandava aplicar duas missas por cada falecido na Casa.

Os officios divinos que celebra a Irmandade são os seguintes: exposição em Quinta-Feira de Endoenças e procissão de bandeiras à tarde visitando as Igrejas onde há Lausperene, levando o Capelão o Crucifixo da Casa do Despacho e cantando-se a Ladaíinha de todos os santos; recebe as procissões do Enterro do Senhor e da Ressurreição; celebra a festa de Nossa Senhora da Misericórdia (orago) a 2 de Julho; e faz em Novembro um officio solene pelos irmãos da Casa e outro pelos fiéis nela falecidos.

Quando a Paróquia de S. Bartolomeu saíu da sua Igreja em 1865, teve a Casa de estabelecer ali missa quotidiana dita pelo Capelão e criar um lugar de sacristão.

Posto que a Irmandade votasse em 11 de Abril de 1880 um novo compromisso que foi impresso e distribuído com profusão pelos associados, a sua forma administrativa é a mesma dos antigos tempos, salva a introdução do lugar de Vice-Provedor e da eleição directa em vez da indirecta, isto é, consta a mesa administrativa de Provedor, Vice-Provedor, Escrivão, Tesoureiro e nove Mesários, os quais fiscalizam o hospital, cada um seu mês, exceptuando - se o Provedor.

Agora vamos à parte descritiva. A Igreja da Misericórdia é da invocação do Divino Espírito Santo e tem a porta para o noroeste onde era o antigo Adro de S. Bartolomeu, hoje parte baixa da Praça Nova. A dita porta, que sobressai do edifício geral, é adornada exteriormente com duas colunas de caneluras sobre pedestais onde assenta uma arquitrave também de cantaria com o seu entablamento e cimalha piramidal como se vê no pórtico da Igreja da Santa Cruz, o que revela serem obras contemporâneas. Na arquitrave lê-se: *Esta Igreja he da Misericordia*. E parece ter este letreiro sido aberto posteriormente à edificação do mesmo pórtico a fim de constar que a Igreja não era pertença da Freguesia de S. Bartolomeu ali estabelecida por tão largos anos. Por cima do pórtico fornece luz ao coro e ao templo uma comprida janela envidraçada e um elegante campanário no ângulo central do frontispício dá-lhe bonito aspecto.

O coro, sustentado por duas grandes colunas lisas e pelas paredes laterais, ocupa o pequeno espaço do guardavento de madeira com alguns vidros e tem lá o órgão do Convento da Esperança.

A abóbada é pintada e reforçada com elegantes laçarias desde a cimalha e daí para baixo têm as paredes revestimento de azulejos.

Na boca da tribuna da capela-mor está um quadro muito antigo do Espírito Santo e uma escultura do Apóstolo S. Pedro que ali deixou a Paróquia de S. Bartolomeu. Nas paredes laterais estavam antigamente quadros antigos que a Misericórdia retirou por estragados já, revestindo as paredes com papéis pintados. O retábulo é de talha dourada e em frente pende um bonito lustre moderno. O retábulo da capela do Loreto foi ajustado em 24 de Maio de 1727 com Manuel de Oliveira Leal e Francisco Freire, entalhadores, por 72\$000 réis, sendo juiz Manuel Lobo da Silva. Devia ser só a talha.

No corpo da Igreja (que não tem cruzeiro) vê-se da parte do Evangelho o altar de Nossa Senhora do Loreto que teve outrora a sua confraria. E do outro lado o de Nossa Senhora do Rosário: ambos de talha dourada e do tempo da fundação do templo. A capela do Loreto foi edificada em 1727 com licença da Misericórdia, tirando-se para baixo o púlpito que estava ali. Antes disso havia na mesma Igreja o altar dos Fieis de Deus que parece ser a confraria de negros de que fala Cadornega. A capela do Rosário já ali estava em 1588, segundo o testamento de João Martins Batrago, que mandou dizer duas

missas à Senhora do Rosário do Espírito Santo. Era confraria do povo, mas não obstante acho menção de figurarem lá os nobres, e de mais consta do arquivo da sua Irmandade que foi cedida à Irmandade do Sacramento e é hoje a de Nossa Senhora das Dores. A confraria dos Fiéis de Deus ainda existia em 1630, pois nesse ano, por morte de Beatriz Mizurada, recebeu um legado que lhe deixara seu marido Gaspar Frz. falecido em 1600.

Em 1637 os Irmãos do Sacramento mandaram lavrar um retábulo com sacrário no meio para a capela-mor, segundo o risco de Francisco Gonçalves. E fez-lho Francisco Correia, "imaginário" (sic), de Estremoz por 70\$000 réis só da talha, sendo juiz João Rebelo. E dois anos depois, sendo juiz Teodósio de Almeida Cabral, ajustou a confraria com António Cardoso, imaginário de Estremoz, fazer-lhe um "sepulcro" para a capela-mor segundo o risco de Jerónimo Roiz que devia ser o fiscal da mesma obra, arrematada em 40\$000 réis. Parece ser este ainda o túmulo actual do Senhor Jesus do Descendimento e talvez que já esta imagem estivesse fabricada. Devia a dita obra estar pronta até 15 de Janeiro de 1640 (escritura de 28 de Setembro).

A effigie de Nossa Senhora do Rosário, minha madrinha de baptismo, é uma bela escultura de tamanho quase natural e moderna, pois a antiga do século XVI era de roca porquanto D. Maria, filha do Duque D. João I, lhe deixou em testamento um bom vestido,⁽¹⁾ e outrora, segundo Cadornega, a sua Irmandade era de gente preta, isto é, de escravos que no dia da sua festa gozavam de alforria e celebravam danças curiosas. Mas isto acabou com a extinção da escravatura no Continente em tempo de El-Rei D. José e formou-se nova confraria em 1784.⁽²⁾ Possui esta alguns rendimentos e faz a sua festa anual no primeiro domingo de Outubro e administra a capela de Angela Ferreira com o encargo de 25 missas anuais, etc. Angela Ferreira foi casada com Francisco Gonçalves, trapeiro e morador no Adro de S. Bartolomeu. Não tendo filhos, instituiu a dita capela de que seu marido seria primeiro administrador e por morte dela passaria à Irmandade do Rosário de S. Bartolomeu. Falecendo ela ao que parece em 1665, seu marido fez lavrar em 9 de Janeiro de 1666 uma es

(1) *Provas da História Genealógica, Tomo 4.*

(2) *A prova de que a confraria do Rosário do Espírito Santo não era de gente de côr, como diz Cadornega, está no seguinte: em 1601 era juiz Belchior Roiz, Escrivão da Fazenda do Duque e Comendador; Nicolau da Veiga, copeiro do mesmo Duque e Comendador; e António de Saiar, cavaleiro fidalgo do Duque e mordomo. Assim consta da escritura de 12 de Dezembro em que aforaram a Pedro Ginés e sua mulher duas courelas de vinha no Paúl. E o mesmo se vê em escrituras posteriores.*

critura de confirmação da capela de onde consta ser dotada com os bens seguintes:

- um prédio de casas em que viviam no Adro de S. Bartolomeu;
- outras terras no mesmo Adro;
- uma vinha a Vale de Bispos;
- outra à Portela de Évora;
- outra ao Paúl;
- um olival à Portela;
- um foro de 2:500 réis de umas casas em Borba que pagava Margarida Gomes;
- outro de 6 alqueires de azeite que pagava a viúva de Manuel Gomes, recoveiro. Ainda hoje se cumpre.

Por baixo deste altar está a capela do Santíssimo Sacramento, que é fundada, com uma pequena janela para a rua de Três e bom engradamento de madeira dourada feito no princípio deste século por Inácio da Rosa, coronheiro do Regimento de Cavalaria nº 2 e meu contemporâneo. Nisto lucrou a Misericórdia porque foi a Irmandade do Santíssimo da Paróquia de S. Bartolomeu quem fundou a capela e a embelezou. E outrora a Casa tinha no altar-mor o depósito da Santíssima Eucaristia.

Segue-se depois o altar das Almas, já perto do guardavento, com um painel do purgatório e um arcanjo S. Miguel de escultura que é o melhor de todos por ser de mármore azuis e brancos polidos. Tem uma Irmandade que possui alguns capitais a juro provenientes de bens livres que lhe foram vendidos em tempo do Marquês de Pombal quando lhe sequestraram algumas capelas de origem moderna. E em frente possui uma boa sacristia com caixões de paramentos, mesa de mármore no centro e uma casa de arrecadação: tudo adquirido por compra feita à Misericórdia. Esta Irmandade, que se instalou ali por estar lá a Paróquia urbana, celebra a festa de S. Miguel a 29 de Setembro, um officio em Novembro feito com muita solenidade pelas almas em geral e outros sufrágios de encargos por doações.

Acima desta sacristia está um púlpito bem singular que mais parece uma grande janela de sacada de mármore apoiada em três dentes. Estava na casa das Bandeiras e hoje entra-se para ele por um pequeno corredor. Nos pés ou dentes de pedra que sustentam a bacia do púlpito está distribuída uma Saudação Angélica e na dita bacia do lado da porta da Igreja lê-se o ano de 1568 como disse noutro lugar.

Detrás da capela-mor fica a sacristia própria da Igreja e que serviu à

Irmandade do Santíssimo de S. Bartolomeu até 1865, entrando-se para ela por duas portinhas que estão de cada parte do altar.

Do lado da epístola, na mesma capela-mor, está uma porta com escada para a tribuna e em frente outra que conduz a um corredor e escadas largas que ligam o templo com o hospital. No corredor da parte do pátio está uma casa que, apesar de ter pouca luz, serviu de sacristia à Paróquia de S. Bartolomeu e continuou a servir ao capelão da casa; e no outro extremo, com porta para a Igreja, estava a pia baptismal onde eu fui regenerado para Cristo. Estava a pia sobre um poial, mas na ocasião de a transferirem para o Colégio puseram-lhe pé de mármore.

Na via central da Igreja encontra-se logo à entrada a campa do Padre João da Cruz e seus herdeiros e mais adiante a de Lucas Pereira Pestana, a sua mulher e herdeiros.

De uma escritura de 1683 sobre venda de casas partindo com o pátio da Misericórdia, vejo que ainda a esta não pertenciam as casas que hoje servem de residência ao boticário.

Em 19 de Junho de 1666 contratou a Misericórdia com o mestre Diogo Frz. Velho lajear-lhe de mármore branco o pavimento da Igreja, ficando este dividido em quarenta e nove sepulturas de duas pedras em cada uma e divididas com listas de mármore preto, conforme estava já feito na Igreja Matriz do Castelo. Havia de lhe dar 180\$000 réis e ter a obra acabada até Janeiro de 1667. Deviam as sepulturas ter os lados de ladrilho e quatro palmos de fundura.

Na descrição do hospital pouco tenho a acrescentar ao que fica dito. A porta principal é na rua de Três, tendo agora por baixo a da botica. Por ela se entra para o pátio. Neste, que hoje tem as paredes revestidas com limoeiros, estão celeiros, albergues de homens e mulheres e a capelinha dos defuntos nos lados do norte e nascente que são os que têm por cima varanda coberta para a qual se sobe por largas escadas descobertas de cantaria postas em ambos os extremos. Na faceira do sul fica o quintal, o pequeno cemitério (que já não serve) com lanterna acesa em honra das benditas almas, à custa de vários devotos, e o poço cuja água não é potável. Tem por cima uma varanda e algumas casas da residência do boticário da casa.

Entre a cozinha e a enfermaria das mulheres, no lado oriental, está uma bela casa que dantes servia para doentes pensionistas.

A enfermaria de medicina para homens fica sobre a entrada da botica e sacristia e tem hoje três janelas para a rua de Três, sendo antigamente só

duas. No ângulo, ao norte, é a de cirurgia de homens até ao corredor. Segue-se um quarto reservado para pensionistas e uma casa de operações.

Quando estas enfermarias modernas estão repletas de doentes, armam-se camas nas antigas para a parte da rua do Espírito Santo. Destas, a das ban-deiras está hoje arranjada para casa de banhos.

No ângulo da Praça Nova, à esquina da rua do Espírito Santo, está a entrada primitiva chamada modernamente "Porta do Consistório". Tem fora um terraço ou tabuleiro quadrado e pequeno com dois degraus, o qual servia para se dar audiência às Justiças seculares que não podiam penetrar, como tais, na Santa Casa por ser asilo imune por direito civil e onde somente se podiam levantar autos de corpo de delicto antes que os feridos ou contusos subissem para as enfermarias. Ainda neste século, pretendendo o Corregedor Manuel de Magalhães conferir com os Mesários sobre certo negócio, achou ali posta a mesa redonda e espaldares com o Provedor e os Irmãos gerentes quando esperava que lhe dessem audiência na sala do Consistório, o que lhe causou bastante surpresa por supor que já se tinham esquecido dos seus antigos foros e imunidades. Por aquela escada se entra na antiga enfermaria de homens, se passa ao coro, ao consistório, e se vai até às varandas. Tem duas janelas de peito para a rua do Espírito Santo.

O consistório ou casa das reuniões da Irmandade tem esta letra do Evangelho na verga transversal da porta: *Pulsate, et aperietur vobis* (Batei e ser-vos-á aberta a porta). O seu tecto é de fasquiado pintado com relevos de estuque e no fundo, atrás da cadeira do Provedor, está uma capela arranjada já no primeiro quartel deste século com um grande crucifixo e outras imagens em dois nichos laterais onde outrora estavam Nossa Senhora da Soledade e S. João Evangelista da Irmandade do Santíssimo de S. Bartolomeu. Quem promoveu a construção desta capela ou santuário foi o Padre Manuel António de Sá Boamorte, falecido em 1816, e desde então fazia ali a Casa o Lausperg ne de Quinta-feira de Endoenças, mas sem exposição do Santíssimo visto a Igreja ter o da Paróquia.

Depois do consistório está a casa do Despacho ou do Arquivo com armários para livros e papéis.

Ambas ficam ao longo da rua do Espírito Santo e têm por baixo casas que a Misericórdia aluga por não lhe serem precisas na sua actualidade.

NOTAS DIVERSAS

Ano de 1569-70

Receita	353\$263
Despesa	384\$831
Saldo negativo ...	31\$568

Doentes curados no hospital	- 45
Doentes curados na vila	- <u>182</u>
Total	- 227
Faleceram na Casa	- 16

Enjeitados criados pela Casa	2
Pobres socorridos com pão aos domingos	39
Pobres socorridos com pão às quartas-feiras	13
Pobres socorridos mensalmente com um alqueire de trigo (e alguns com dois)	33
Pobres socorridos com esmola diária de 20, 10 e 5 réis em que entravam alguns do trigo	13
Presos socorridos com sustento e alguns com as despesas do livramento	57

Em 1570-71 foi a despesa total de 452\$346 réis. Curou 363 doentes ao to do. Pagou 49 apelações de presos pobres durante a alçada que veio a esta vila. Vestiu 137 pobres, etc.

Em 1579-80 (ano de peste) curou 1:023 doentes, sepultou 417 pessoas entre pobres e ricos, sustentou 55 presos, criou um enjeitado, deu aos inválidos 31 alqueires de trigo por mês e 1:070 réis por semana, dava 31 pães aos domingos e 9 às quartas-feiras, etc.

Em 1588-89 foi a despesa total de 505:805 réis e a receita de 505:547rs. ficando um saldo negativo de 258 réis.

CAPITULO XIV

Colégio dos Meninos Órfãos

Deus dos cristãos, quantas coisas vós tendes feito! Por toda a parte onde se volvam os olhos somente se vêem monumentos de teus benefícios... Fala-se de filantropia!... É a religião cristã a única filantropia por excelência.

(Chateaubriand - *Génio do Cristianismo*)

I

Já outrora estive a cargo da Santa Casa da Misericórdia um colégio de Meninos Órfãos e desse colégio não têm notícia os contemporâneos, nem sequer pela tradição oral; mas por fortuna encontrei dele memória pela primeira vez na *História Genealógica da Casa Real Portuguesa* que nos diz tê-lo fundado o Duque D. Teodósio I sob a direcção do Capelão-mor da Santa Casa, deixando à mesma um capital para sustentação de quatro meninos. (1)

Mas o que principalmente me esclareceu nesta matéria foram umas folhas soltas, relíquias de dois livros de receita e despesa do colégio mencionado e respectivas aos anos de 1609, 1611, 1623 e 1636.

Por ali me inteirei bem de tudo e reconheci quanto são imprudentes os estragadores de livros e papéis velhos de associações religiosas e civis.

Aquelas folhas achei eu no espólio do Padre Manuel Correia que fôra secretário de ambas as Comissões Administrativas da Misericórdia.

II

Os fundadores deste colégio foram os Duques de Bragança D. Teodósio I e

(1) Tomo 6, pág. 97.

sua mulher D. Isabel de Lencastre. Ela principiou a dotá-lo em 1558, ano da sua morte, deixando um legado para o sustento de dois e ele, falecendo em 1563 ou cinco anos depois, aperfeiçou-o deixando outro legado para o sustento de mais quatro, vindo assim a constar logo o colégio de seis meninos órfãos.

Entretanto falecia a 6 de Abril de 1560 o Dr. João Mendes de Vasconcelos de Elvas e deixava aos meninos o que tinha na herdade do Freixo, freguesia da Terrugem e termo de Elvas, e se concertou em 1598 serem 90 alqueires de trigo e a pitanga correspondente a um oitavo e meio do rendimento do Freixo, mas depois variou este rendimento. Tinha este legado o encargo de dez missas rezadas.

O legado da Duquesa constava de onze mil réis em dinheiro pagos pelo Executor da folha do Almojarifado de Estremoz e de oitenta alqueires de trigo pagos no celeiro da Casa de Bragança. Estes rendimentos não chegavam bem para o sustento de dois meninos ao tempo das contas que tenho à vista, mas do legado que deixara o Duque - e eram cem mil réis de juro pagos pela Casa de Bragança - havia sobejos do sustento de quatro e assim se equilibravam as receitas com as despesas havendo ainda um grande saldo positivo.

Estes cem mil réis de D. Teodósio I foram colocados por seu filho D. João I nas Sisas de Vila Viçosa por efeito de encontro de pagamentos que devia o Estado Real à Casa de Bragança.

Mas o Duque instituidor deixou ainda outros cem mil réis, por uma só vez, para se comprar um prédio de casas, privativo do Colégio, ou fazer-se um edificio de novo junto da Santa Casa, o que seu filho não pôde executar e por isso limitou-se a transmitir em 1583 a mesma obrigação ao immediato successor lembrando-lhe que era melhor fazerem-se as ditas casas no Hospital. Tudo isto consta dos seus testamentos.⁽¹⁾ Mas nem se fizeram no Hospital casas para o Colégio dos Meninos, nem se compraram fora dele, porquanto nas contas do ano de 1636 vê-se que o Reitor e Capelão da Casa continuava a receber em dinheiro a prestação da moradia que eram 4\$000 réis.

Suponho que a causa principal de D. Teodósio II não comprar casas já feitas nem edificá-las de novo seria não chegar para isso o legado de cem mil réis. Pode também ser que os Reitores Capelães gostassem mais de terem os meninos na sua própria residência e receberem anualmente a prestação da moradia.

(1) *Provas da História Genealógica, Tomo 4, nº 175.*

É certo que entretanto o Dr. João Mendes de Vasconcelos favoreceu o novo instituto legando-lhe uma pensão ou quinhão de trinta alqueires de trigo, quinze de cevada e uma pitança na herdade do Freixo, então do nosso termo e hoje de Elvas, com o encargo de dez missas por sua alma, legado que só começou a ser embolsado em 1598.

Parece, pois, que o orfanotrófio devia continuar a prosperar. Porém a sua anexação ao hospital e as imensas despesas deste atrofiaram-lhe a existência, extinguindo-se por fim aquele para poder subsistir o último.

Até ao ano de 1575 foi o colégio administrado pela Casa de Bragança.

III

D. Teodósio I, de cuja caridade para com o próximo temos tão exuberantes provas, inaugurou o Colégio com dois meninos órfãos logo pouco depois da morte de sua primeira mulher D. Isabel de Lencastre como ela dispusera em testamento, isto é, af por 1559. Foram os dois meninos varões entregues ao Padre Manuel Cavaleiro, Capelão da Misericórdia.

Quatro anos depois falecia o Duque referido e aperfeiçoava o instituto de sua primeira mulher elevando a seis o número de meninos, como dito é, mas disto não passou.

Parece que o colégio em questão funcionou por muitos anos na mesma casa e rua de Frei Manuel, pois até em 1623 servia de Reitor e Capelão o Padre João Cavaleiro, a quem reputo sobrinho e talvez herdeiro do primeiro Reitor posto que antes dele fosse Reitor o Padre Duarte Pereira, morador na rua do Chafariz (em 1609 e anos próximos).

Alguém, morador que foi na dita rua, me indicou a casa nº 14 como a de Frei Manuel Cavaleiro.

IV

Recebia o Capelão-mor cada mês três alqueires de trigo e 430 réis em dinheiro por sustentar cada um dos meninos e dar-lhes roupa lavada.

Pela direcção e ensino dos colegiais tinha um moio de trigo e 4\$000 réis

de moradia, visto fornecer-lhes a sua própria casa de habitação.

O vestuário, papel e livros de estudo eram subministrados pela Misericórdia, lançando-se essas despesas à conta dos rendimentos do Colégio.

Cadornega afirma que saíram dali muitos meninos habilitados para exercerem cargos importantes na sociedade eclesiástica e civil e melhor faria se nos tivesse apontado ao menos alguns nomes para exemplo.

Nas contas de 1623-24 encontro esta verba de despesa:

Guastarão trezentos e vinte rs. em hũ sicero e hũ Ouvidio e tres cartapacios 320

que mostra evidentemente aprenderem pelo menos gramática e língua latina.

Mais se vê das sobreditas contas que os meninos tinham vestes seculares para uso interno e talares para quando saíam a público, pondo correia na cintura e chapéu de cordões na cabeça. Item: que o colegial mais velho tinha o seu distintivo nos hábitos.

A receita e despesa está apartada em relação aos dois meninos da Duquesa D. Isabel e aos quatro do Duque D. Teodósio I, sendo reputado o alqueire de trigo em 100 réis e o de cevada em 60.

Somou a receita dos primeiros em réis	19\$000
e a despesa em	<u>20\$854</u> $\frac{4}{c}$
acusando assim um saldo negativo de	1\$854 $\frac{4}{c}$

Somou a receita dos segundos incluindo o legado de João

Mendes em	104\$200
e a despesa em	<u>41\$262</u> $\frac{1}{2}$
havendo assim um saldo positivo de	62\$937 $\frac{1}{2}$

Este saldo ficava a beneficio da Misericórdia e não passava para o ano seguinte como receita do Colégio. Liquidou-se para a Casa em 61\$082 $\frac{5}{c}$.

Em 1625 foi a receita total de	119\$000
e a despesa, idem, de	<u>75\$219</u>
ficando à Misericórdia o saldo de	43\$781

De tudo isto resulta que o Colégio era mais bem dotado do que o Hospital do Espirito Santo, e que não só podia sustentar dez meninos, mas ir capitalizando alguns dinheiros e adquirir edificio próprio, estando assim melhor

acondicionado e poupando os 4\$000 réis de moradia.

Se tivera uma administração independente, ainda hoje subsistiria com forças para sustentar os órfãos do nosso termo. Como porém os rendimentos do hospital não lhe chegavam para curar todos os doentes pobres, mandaram os Duques arrecadar para ele os sobejos anuais do Colégio dos Meninos Órfãos, e ainda tinham eles de pôr muito do seu bolsinho.

V

Os requerimentos para admissão dos meninos eram dirigidos ao Duque de Bragança a quem os instituidores haviam cometido essa preeminência e todos os anos se lavrava termo dos existentes que se mandava por cópia ao mesmo Duque para este prover.

Aí vão dois que encontro nas mesmas folhas soltas dos livros de receita e despesa e que desejo arquivar por isso mesmo que não subsiste já o Colégio de que tratamos:

"nomes dos meninos órfãos

"Aos seis dias de Março de seiscentos e onze estando o provedor e irmãos em mesa veio a ela um escrito de Rodrigo Roiz, secretário de Sua Excelência, em que dizia que Sua Excelência avia por bem aseytar que no logar que esta va vago nos quatro meninos órfãos da conta desta Casa a Belchior, moço órfão, filho que foi de Vasco Roiz e de Maria Dias. E para constar dos meninos que são da conta desta Casa mandarão fazer declaração delles. E são o dito Belchior e João filho de António Lourenço e António filho de Domingas Dias e Francisco seu irmão, filho da dita Domingas Dias. E os que correm por conta da Senhora Duquesa D. Isabel são Manuel filho de Domingos de Mace do e Domingos filho de Bertolameu Pays arocheiro de que mandarão fazer este termo. Estevão Ribeiro, escrivão da Casa o escrevi. Provedor Rodrigo de Melo. - Estevão Ribeiro".

"Aos 8 de Julho de 1623 estando ã meza o Provedor e Irmãos veio a ela o Padre João Cavaleiro, Reitor dos meninos órfãos, e pedindo lhe declarasse o nome dos que hoje tinha e os que eram por conta do Duque D.Theodósio e os que por conta da Duquesa D. Isabel, disse que Jerónimo, filho do Sarça e Francisco Coelho eram da Duquesa e do Duque eram João, Domingos, Francisco e Paulo. De tudo fiz este termo eu, Manuel de Lemos, que cirvo de Escrivao da Misericórdia no dito dia assim "

"Declaro que Francisco Coelho, colegial assim, falece e entrou em seu lugar Manuel, filho de Manuel Francisco e de Ierónima Gnomes, e este e o Jerónimo Sarça são da Duquesa "

Como o rendimento dos dois meninos da Duquesa não chegava para o seu sustento e vestuário, davam-lhes os Duques o vestuário até D. João IV mandou dar 10\$000 réis anuais à Casa para que esta os vestisse por sua conta.

No ano de 1667 a Mesa que findou no mesmo ano resolveu destinar ao Colégio uma casa própria e essa casa foi a de Gregório de Souto na rua do Poço à esquina sul da travessa da Esperança - casa que tem um bom quintal com um poço e que pertencia à capela instituída pelo dito Gregório de Souto. E aquela Mesa fez mais: deu estatutos ao Colégio designando-lhe por seu titular e orago Nossa Senhora da Visitação. Daquela ano em diante pois tem já o Colégio uma casa própria e ali residiam também os seus Reitores.

VI

Este Colégio ainda subsistia em 1726, mas somente com dois meninos, sendo seu Reitor o Padre João Dias Delicado que foi o último reitor e faleceu em 1743, mas não verifiquei ainda o ano certo da extinção do Colégio.

As causas de tal extinção não podem ser outras além da falta de meios para acudir ao curativo dos enfermos e não por escassearem as rendas próprias do Colégio porquanto a pensão da herdade do Freixo subsistiu até há pouco e

subsiste ainda em inscrições e os 100\$000 réis de juro, assentados nas Sisas da nossa vila, passaram ultimamente a ser pagos pelo Almojarifado da Casa de Bragança.

Acabou portanto o Colégio dos Órfãos reinando já D. João V (pelo menos). Parece ter acabado em 1727, pois achei que a Misericórdia arrendara a casa do Colégio por três anos a começar do 1º de Janeiro de 1731 com as cláusulas do arrendamento dos anos passados, de onde se vê não ser este o primeiro arrendamento do mesmo Colégio.

As esmolas dos Duques de Bragança faziam muita falta à Misericórdia desde 1640 e havia já cargos administrativos remunerados quando no princípio tudo se fazia de graça.

Nos livros dos Meninos Órfãos era a escrituração feita por homens fidalgos ou nobres como João Mexia, Gaspar da Nóbrega, Luís de Matos e outros que eram igualmente ricos; e ainda em 1661 trabalhavam na Misericórdia os primeiros figurões da nossa terra como Cristóvão de Brito Pereira, Estêvão Mendes da Silveira e Jerónimo Rogado do Carvalhal.

CAPITULO XV

Colégio ou Seminário dos Santos Reis

A Capela Ducal, por os muitos Capelães ... e por muitos músicos... e por o Colégio dos Moços do Coro, riquíssimos ornamentose aparato, leva grandes vantagens a muitas Sés de Portugal.

(Frei Manuel Calado - Valeroso Lucideno)

I

Falei da Capela Ducal e Real e não sei como resisti a tratar logo do Colégio dos Reis que era um seu anexo. Foi causa disso o não historiá-lo primeiro do que o dos Meninos Órfãos, mais velho alguns lustros, mas nada se perdeu em ficar este capítulo um pouco mais adiante.

E há-de ficar bom como espero porque, ao que refere sobre o dito Colégio a *História Genealógica* e sabem os versados na história dos Braganças, posso juntar algumas notícias dos manuscritos de Moraes e Cadornega desconhecidos comumente e sobretudo o fruto da leitura dos livros do cartório do mesmo Colégio que um dia, por fortuna minha, sem os procurar directamente fui deparar no Paço Real de envolta com as relíquias da livraria que ali se conserva do Colégio em questão e foi depositada no Paço quando em 1848 passou o seu edificio a servir de hospital de convalescença ao Regimento de Cavalaria nº 3. Aquilo foi o mesmo para mim que descobrir um filão de minério de ouro!

II

Querendo o Duque D. Teodósio II ter um viveiro permanente de ministros para a sua Capela e facilitar aos pais de família um meio de darem aos seus filhos educação moral, religiosa, literária e musical, criou em sua vida um

colégio que atingisse aqueles fins e dotou-o por sua morte em testamento feito a 22 de Janeiro de 1628 assinando-lhe bens de raiz para que tivesse uma farta dotação, como já viram os leitores no capítulo 117 da Primeira Parte destas *Memórias de Vila Viçosa*.⁽¹⁾

Consignarei já que esses bens eram: sete hortas no ribeiro do Orelhal, metidas por D. João V para dentro da Tapada Real; as herdades dos Pereiros e do Lobo, no termo de Borba; um moio de trigo de foro comprado a Pedro Mendes de Matos; um olival à Porta do Nú, hoje anexo ao Reguengo, mas com muro em separado; um quinhão de 6\$000 réis comprados numa herdade de João da Mota; e finalmente as terras todas que de dez anos antes do falecimento do fundador constasse haver ele comprado ou adquirido por qualquer título nos termos de Vila Viçosa e Borba,⁽²⁾ de onde resulta ser o Colégio dos Reis fundado e dotado por D. Teodósio II em ordem a não depender de mais ninguém.

Iludem-se alguns escritores de fora e patrícios da terra crendo fundado este colégio em 1628, quando fez testamento o Duque fundador, ou em 1630, quando ele morreu e teve efeito o seu testamento último. Não é assim. Diz ele nesse testamento: *Mando ao Collégio dos Reis, que INSTITUI para serviço da minha Cappella, as hortas do Orelhal*,⁽³⁾ etc., o que logo manifesta não o criar por sua morte, pois já estava funcionando em sua vida à sua custa, mas tratar agora somente de o dotar com bens suficientes para assegurar-lhe a conservação para o futuro. Calado e Cadornega fazem menção dele como existente em vida de D. Teodósio II; e com mais clareza se vê isto no *Parnaso de Vila Viçosa* escrito por Moraes em 1618, pois não só menciona o *Colégio dos Moços do Coro*, que era então o seu título vulgar, mas até lhe dedica um capítulo em especial.⁽⁴⁾

Finalmente, ao revolver as notas do tabelião André Luís da Cerveira encontrei ali passada em 9 de Dezembro de 1609 uma procuração ao Licenciado Gaspar Simões em nome do Reitor e Licenciado Padre Bartolomeu Couraça e de cinco alunos colegiais para se cobrar uma pensão de 40\$000 réis aos frutos da Igreja de S. Pedro de Covelos, Diocese de Braga, de que o Papa lhes fizera mercê para sustentação do Colégio. Os colegiais aludidos chamavam-se: Simão Pereira, Manuel Correia, Afonso Vaz, Manuel Dias e António Fernandes

(1) No Tomo 3.

(2) *Testamento nas Provas da História Genealógica nº 267.*

(3) *Ibid.*

(4) O 24 do livro 2.

e todos assinaram o instrumento da procuração.

Em 1631 já era Reitor o Licenciado Padre Manuel Homem Pessoa. Este assinou em 12 de Julho uma obrigação de 59:500 réis que o Duque emprestara para o Colégio pagar à Câmara Apostólica o que lhe devia da pensão que recebia da cõgrua do Mestre-escola de Barcelos e que o Colégio não podia satisfazer. Daqui se vê que havia outras receitas além dos bens doados por D. Teodósio II. Ao Reitor Padre Manuel Pessoa, falecendo aí por 1644, seguiu-se o Reitor Padre Frei Pedro da Fonseca Luzio. Em 1664 era Reitor o Padre Frei Francisco de Arruda, Capelão da Real capela.

Deu o fundador ao Colégio por seu Drago os três Santos Reis Magos que eram festejados pela Casa no dia da Epifania ou 6 de Janeiro, mas por brevidade chamava-se-lhe *Colégio dos Reis*. E depois da reforma que ali introduziu El-Rei D. João V ficou sendo mais comum o título de *Seminário dos Reis* ou simplesmente *Seminário*.

III

O Duque D. João II, respeitando a disposição testamentária de seu pai e satisfazendo igualmente à sua paixão pela música, procurou dar ao Colégio dos Reis os justos e possíveis melhoramentos.

Apropriou-se dos bens da sua dotação como seu pai facultava e estabeleceu as seguintes consignações em géneros e dinheiro: 960 alqueires de trigo pagos pelas folhas dos Almojarifados Brigantinos de Vila Viçosa e Estremoz, 210 de cevada, 140 de azeite, um conto e sessenta e quatro mil réis em dinheiro e mais 120\$000 réis de ordenado para o Reitor e 60 alqueires de trigo do honorário ao Mestre de Latim. Estas consignações foram pagas pontualmente até ao ano de 1832 e, por chegarem bem ao sustento do Colégio, ninguém contestou se eram iguais ou inferiores ao rendimento dos bens legados por D. Teodósio II.

O edificio próprio da casa era na Ilha e, segundo parece, aquele mesmo onde veio a acabar. Mas Cadornega, contemporâneo de D. João II e do Reitor Padre Manuel Homem Pessoa, refere que este Duque *mandou fabricar outro colégio de maior grandeza ao tanque grande entre os jardins,*⁽¹⁾ o que diz pas-

(1) *Descrição de Vila Viçosa, ms.*

sar a funcionar dentro do Paço Ducal onde hoje são as modernas casa de jantar e da copa e as outras do poente até à varanda sobre o tanque grande.

Neste meio tempo creio não ter o Colégio estatutos próprios porque os Duques estavam presentes e com eles se entendia o Padre Reitor, mas depois que D. João II se retirou para Lisboa a empunhar o ceptro de Rei, julgou prudente dar-lhos para ser regular andamento em 18 de Março de 1645. Podem ler-se em letra redonda nas *Provas da História Genealógica* ⁽¹⁾ e talvez que eu os archive em apêndice a estas *Memórias*, não o fazendo já neste capítulo para não o tornar demasiadamente longo.

O ensino do Colégio era de primeiras letras, visto que os alunos internos, entrados de 7 a 8 anos, ordinariamente não sabiam ler, escrever e contar com perfeições; latim, canto de música e canto-chão, e toque de órgão e instrumentos singelos de vento e corda.

O número dos alunos internos era de doze e admitiam-se externos da vila. Ordinariamente os filhos de pais ricos ou bem remediados preferiam a frequência externa da aula de música porque tinham outras escolas de português e latim na vila.

IV

Nesta situação se conservou o Colégio dos Reis até ao tempo de El-Rei D. João V. Este, por ocasião de reformar o Paço, Tapada e Capela Real, quis que o Colégio tivesse também os devidos melhoramentos no material e no moral. Para isso entregou-o no 1º de Abril de 1735 à direcção dos Jesuítas que se encarregaram de tudo menos do ensino de solfa. Mandou livros para se criar nele uma pequena biblioteca e fez transferir os Colegiaes para o Paço visto que o Colégio velho da Ilha, onde estavam outra vez, carecia de ser reedificado.

A escrituração do Colégio foi executada então com uma pontualidade e miudeza como nunca antes e depois e por isso mesmo vou dar cópia de alguns documentos para que fiquem aqui arquivados.

(1) Tomo 4, nº 268.

No Livro em que se lançam os Assentos das entradas dos Collegiais do novo Seminário dos Reis lê-se a folhas 2:

"Ao 1º de Abril de 1735 em sexta-feira pelas 6 horas depois de jantar, entraram no novo Seminário que se preparou no andar último ou inferior do Paço dezasseis Collegiaes com o seu Padre Mestre de Solfa, o Reverendo Padre Innocêncio de Sousa Mialha, dos quaes sette se mudaram do Seminário Velho onde já assistiam com o dicto Reverendo Padre seu Mestre e Reitor. Os outros entraram de novo, tendo estado algum tempo antes, desde que vieram das suas terras, em casa de alguns Reverendos Cappellães d' esta Real Cappella.

No dia seguinte, 2 do dicto mez de Abril, entrou já de noite o Collegial Dionysio Joseph por ter chegado n'essa hora de Lisbôa onde primeiro tinha estado no Seminario dos Meninos do Côro da Sancta Egreja Patriarcal.

Antes de entrarem os Collegiaes, assistiam já no dicto novo seminario (para onde se tinham mudado em 27 de Março de 1735 depois de jantar) quatro Religiosos da Companhia de Jesus, scilicet: o Padre Joseph Velloso para Reytor o Padre António de Barros para Mestre de Latim, o Irmão Lourenço Patrício para Mestre de ler e escrever, e o Irmão Manuel Lopes, Coadjutor Temporal, para Superintendente das officinas".

Deste documento resulta que o Colégio ficou na sua primitiva condição, salva a educação moral, religiosa e literária que melhorou notavelmente como resulta do exame de livros velhos e muito manuseados que se encontram nos restos da livraria. 1º - Da Introdução à Vida Devota de S. Francisco de Sales e outros livros espirituais vê-se que no Colégio se ficaram praticando muitas devoções e exercícius ascéticos. 2º - De um livro moderno de princípios de leitura e caligrafia, muito estragado, consta que se ensaiou ali a adopção de um novo método de escrever que produziu essa letra graúda e bem legível do tempo de El-Rei D. José. 3º - Dos muitos livros clássicos da idade áurea da língua latina, alguns comentados e anotados, dicionários, etc. se evidencia quanto melhorou então o ensino da Latinidade. 4º - Das bíblias e tratados teológicos se vê que o Reitor ou algum outro Jesuíta ensinava a teologia moral aos alunos que se propunham seguir a vida eclesiástica. 5º - Dos volumes de história portuguesa, crónicas de Ordens Religiosas, etc. resulta que a instrução profana e sagrada aumentou ali muito. Mas não mudou a natureza do instituto e portanto errou Inácio Vilhena Barbosa quando nas suas Cidades e vilas que têm brasão escreveu de Vila Viçosa que teve

dois colégios de Jesuítas, sendo o segundo o dos Santos Reis fundado em 1735. (1)

Noutro livro em 4º que se intitula *De algumas ordens e direcções particulares do Colégio*, lê-se um *Breve Directório* que modifica os antigos Estatutos de El-Rei D. João IV, mas não preceitua o ensino de novas disciplinas. Os Colegiaes, dispensados de frequentarem diariamente o coro da Capela Real, passaram a ter missa na sua Capelinha, ficando obrigados somente a rezarem nela o Offício de Nossa Senhora. O mais diz respeito a fâmulos internos que ficaram reduzidos a quatro: Porteiro, Refeitoreiro, Sacristão e Moço da Limpeza de Quartos, com obrigação de trazerem batinas pretas, afora os externos que trajavam à secular e eram: cozinheiro, seu ajudante, moço de recados, azemel, barbeiro e lavadeira. Este directório foi redigido pelo Provincial dos Jesuítas em Lisboa e aprovado verbalmente por D. João V. Depois fizeram-se-lhe alguns aditamentos, mas ainda assim não é um código perfeito de Estatutos, ficando por isso em vigor os antigos na parte não derrogada, segundo creio.

Consta do mesmo livro que em 15 de Novembro do dito ano de 1735, a requisição do Reitor Padre José Veloso, veio ordem de El-Rei ao Almojarife do Paço para os Colegiaes poderem passar o inverno mais comodamente no andar alto ou nobre do mesmo Paço.

Parece que a reedificação do Colégio da Ilha não pôde ser executada em tempo de D. João V por causa das muitas obras que então ordenara El-Rei e que somente se efectuou reinando já D. José I. Assim o diz um manuscrito antigo que possuo (2) narrando que este último o fez quase de novo e o acrescentou.

Com a expulsão geral dos Jesuítas neste Reino em 1759 voltou o Colégio à sua condição primitiva, ficando-lhe todavia o título de Seminário.

(1) Volume 3, art. Vila Viçosa.

(2) Memória de algumas obras e palácios que fizeram os Duques de Bragança, especialmente dos Paços de Vila Viçosa.

Continuava este instituto nos reinados seguintes e, se bem que a instrução literária não fosse tão esmerada, nem a educação moral e religiosa tão perfeita, o ensino de música desenvolveu-se com bastante crédito do Seminário que nesta parte se tornou numa das melhores, se não a melhor escola do Reino pois não era criado ainda o Conservatório de Lisboa.

No tempo de D. Maria I passaram os Seminaristas a usar de batinas, mantos e barretes de cor roxa, fornecidos pela casa e nas funções religiosas em que acompanhavam o Cabido da Capela vestiam sobre as batinas cotas crespadas. Logo que entravam no Colégio mandava o Reitor fazer-lhes batinas roxas, toda a roupa e vestidos necessários inclusivamente a roupa branca do uso interno, de sorte que ao cabo de poucos dias os pais ou tutores dos alunos recebiam todo o fato que haviam levado no corpo, e não dispendiam cinco réis com eles durante os oito anos de internato.

O regulamento em vigor era assim. Tinha sempre a Reitoria um Capelão da Capela Real que vivia dentro do Seminário.

O professor de música era sempre um dos organistas da mesma Capela. Residia fora, mas tinha vencimento de moradia na Ilha e os professores de Latim e Instrução Primária viviam na vila nas suas casas.

A escolha dos alunos era feita ordinariamente chamando-se ao Seminário os rapazes da escola pública e sondando-lhes aí o professor de música o timbre de voz e o bom ouvido para a afinar.

Viviam em comunidade com refeitório abundante de almoço, jantar, merenda e ceia. Havia casa particular de estudo à vista do Reitor e celas individuais para cada um dormir e ter o seu manicórdio. Na aula de música estava um cravo em que o professor acompanhava as lições e ouvia os alunos de toque, e o órgão, agora depositado no Colégio da Companhia, para exercício dos mais adiantados que por fim praticavam no da Capela Real substituindo os organistas efectivos de cada semana.

De dias a dias saía o Seminário à tarde acompanhado pelo Reitor a espaiar pelos subúrbios da vila em hábitos talares, dirigindo-se com mais frequência à Tapada Real. E lá aparecia depois o azemel conduzindo a merenda numa das mulas da parelha da casa.

Confessavam-se todos os meses tomando um quarto de hora por dia nos precedentes ao da confissão para examinarem a sua consciência na Capelinha. E

ainda na véspera lhes perguntava o Reitor se necessitavam de mais tempo (o que me foi contado pelo aluno M.M. Matroco).

Oito anos se demoravam os alunos dentro do Seminário e saíam trazendo uma propina em dinheiro de 24\$000 réis e uma vestimenta completa, a saber: casa ca, colete e calça de pano preto, chapéu fino, capa de baetão, dois pares de sapatos e dois de meias - um branco e outro preto, dois pares de ceroulas e duas camisas: tudo novo. E se não queriam receber a vestimenta, entregava-lhes o Reitor outros 24\$000 réis por ela. Esta propina safa de certos emolumentos que a Capela Real pagava ao Colégio por novenas e festas a que assistiam os Colegiaes e que o seu Reitor arrecadava no cofre respectivo.

Os que não eram logo empregados em acólitos, cantores ou organistas ficavam com direito a sê-lo nas primeiras vagas. Muitos seguiam a vida eclesiástica e outros eram logo requeridos pelas Ordens Religiosas para os admitirem pela prenda ou sem dote. Outros finalmente destinavam-se a funcionários civis, conforme a sua vocação. Ainda hoje temos por Escrivão da Câmara Manuel Maria Matroco e vive no Redondo Manuel Rodrigues Reixa, Escrivão do Juízo de Direito, ambos alunos do tempo da extinção do Seminário.

Essa extinção teve lugar a 15 de Outubro de 1834, não porque o Regente D. Pedro, Ex-imperador do Brasil, ou alguém por sua autoridade mandasse fechar o Colégio: fechou-se porque o Cónego António José Leandro, Reitor actual dele, não pôde continuar a tê-lo aberto por lhe faltar a Casa de Bragança com as consignações estipuladas havia já dois anos. Eram então professores: Francisco Peres, de música; o Padre António Correia, de latim; e Manuel Joaquim da Encarnação Sisudo, de Instrução Primária.

Em 1843 e 1850 a Câmara e muitos particulares dirigiram representações à Rainha D. Maria II para se restaurar o Colégio dos Reis, como fica dito na Primeira Parte, abonando os requerimentos com boas razões visto o Colégio não ser extinto por lei alguma do Reino e possuir uma dotação própria e suficiente em poder da Casa de Bragança, mas, como o Colégio em questão era um apêndice da Capela Real e esta fôra condenada a morrer, tinha de participar o anexo da sua mesma sorte.

VI

Conquanto a nossa vila fosse a mais interessada nos frutos deste Colégio, todavia eram de fora a maior parte dos alunos internos porque os da terra, como já observei, podiam frequentar as suas aulas como externos e seus pais ordinariamente preferiam isto.

Quis eu, à vista dos dois livros de matrícula dos internos, formar um mapa de todos os admitidos desde a regularização do Colégio em 1631 e anos seguintes para se poder ajuizar assim rectamente dos frutos que ele produziu. Topando, porém, com muitas omissões do tempo de alguns Reitores meos dignos que descuravam lavrar os assentos de entrada nos livros respectivos, vi-me obrigado a desistir do intento. Até encontrei exemplos de muitos alunos pedirem, depois de estarem já fora, que se lhes abrisse termo de matrícula a fim de constar haverem sido educados naquela casa.

Não podendo, pois, dar uma estatística exacta do número dos alunos admitidos no Seminário em todo o tempo da sua duração, resolvi-me a extractar os nomes dos matriculados que depois de saírem passaram a ocupar honrosos empregos. Posso fazê-lo porque a maior parte dos Reitores tiveram a boa lembrança de porem notas marginaes nos assentos de entrada indicando o destino que tomaram. Veja-se:

1 - Manuel Pinheiro, das Galveias, admitido a 10 de Julho de 1669, foi Capelão da Real Capela.

2 - João Gomes Vaqueiro, entrado a 15 de Agosto do mesmo ano, teve igual dignidade e foi também Reitor do Colégio. Faleceu em 13 de Dezembro de 1707.

3 - António da Rocha, da Sertã, filho de Domingos da Rocha e de Isabel da Silva, admitido em 11 de Junho de 1676, foi Frade Franciscano e missionou na India.

4 - Francisco Coutinho, das Galveias, entrado em 12 de Junho de 1679, foi contra-mestre no Colégio.

5 - João da Silva, natural de Mação, matriculado em 19 de Abril de 1687, passou a ser Capelão da Real Capela.

6 - Domingos Martins, natural de Santo Aleixo de Moura, entrado a 22 de Outubro de 1688, professou depois a regra dos Paulistas.

7 - João Dias Delicado, de Alpalhão, admitido a 28 de Março de 1692, foi

Capelão-mor da nossa Misericórdia e Reitor do Colégio dos Meninos Órfãos, falecido na Matriz em 21 de Janeiro de 1741 sendo Capelão da Real Capela.

8 - Félix Fernandes, da Sertã, entrado a 26 de Setembro do mesmo ano, foi Subchante na Sé de Coimbra e Mestre de Capela na da Guarda.

9 - João Pereira de Araújo, da Amieira, matriculado em 18 de Dezembro de 1694, foi Mestre da Sé da Guarda e Quartanário ali.

10 - Gaspar Pereira de Araújo, irmão do precedente, admitido em 2 de Janeiro de 1699, teve primeiramente o lugar de cantor da Sé de Coimbra e depois foi Cónego Regular de S. Vicente de Fora em Lisboa.

11 - De José Simões (daquele tempo em que as matrículas foram descuradas e faltam esclarecimentos) só consta que foi Religioso Trinitário ou de S. João da Mata.

12 - José Gomes Piteira, de Évora, entrado no 1º de Dezembro de 1716, foi chamado por El-Rei D. João V para cantor da Patriarcal.

13 - Manuel de Sousa Saial, filho de João Pedro de Sousa, alferes de infantaria, e de Francisca Roiz Saial, entrado a 17 de Maio de 1698 passou a Capelão da Real Capela (era-o em 1773).

14 - Francisco da Costa, de Estremoz, que acabou os oito anos e saíu a 29 de Setembro de 1740, tem esta nota: "*He religioso Domínico pela prenda de órgão, chamando-se agora Frei Francisco de S. Jerónimo*".

15 - José de Sousa Carrão, de Tomar, admitido no 1º de Abril de 1735 (época da reformação do Colégio), passou a Freire do Convento de Avis.

16 - João da Costa Valejo, de Castelo de Vide, admitido ao mesmo tempo, foi Frade Jerónimo.

17 - António Pereira, natural de Mação, entrado na mesma época, professor depois no Convento da Santa Cruz de Coimbra, tão antigo e tão honroso que os seus Padres tinham Dom.

18 - Dionísio José, de Belém no termo de Lisboa, admitido na mesma época, foi para Frade Jerónimo.

19 - José António, natural de Santiago de Rio de Moinhos, no concelho de Borba, admitido em 16 de Maio de 1639, saíu por doente a 6 de Agosto de 1740. Assim mesmo tem esta nota: "*He Religioso Domínico pela prenda de cantor. Chama-se agora Frei José de Sancta Therêsa*".

20 - Manuel Gago, de Évora, entrado em 6 de Julho de 1742, foi Freire de Cristo no Convento de Tomar.

21 - Vicente Raimundo, baptizado na Freguesia de S. Bartolomeu desta vila e filho de José da Silva e de Mariana Inácia, entrado em 21 de Maio de

1743, foi Tabelião de Notas na sua pátria.

22 - Gonçalo Ribeiro, de Évora, matriculado no 1º de Junho do mesmo ano e despedido por "justas causas" em 21 de Junho de 1747, tem mais esta nota: "*Foi para Frade da Cartuxa d' Évora onde se chama Dom Hugo.*"

23 - Lourenço Bernardo, filho de João Martins e Ana Dias, baptizado a 19 de Agosto de 1736, admitido a 10 de Janeiro de 1746 e saído a 12 de Fevereiro de 1752, tem a nota de ter passado a Portalegre "*porque o Bispo lhe deu uma cappellania na mesma*" e de ter servido bem e com bom procedimento. Não diz o termo qual era a sua naturalidade, o que me faz acreditar que seria nosso patricio.

24 - Dâmaso de Sousa, do Vimieiro, entrado a 24 de Janeiro de 1746, professou a Regra de Santo Inácio de Loyola: único exemplo desta espécie e que bem prova nunca o Seminário ser Colégio de Jesuítas como sonhou Vilhena Barbosa.

Todos os precedentes são do tempo em que eles dirigiram o Colégio e, já se vê, com bastante fruto.

25 - Manuel de Almeida, natural de Campo Maior, admitido em 15 de Dezembro de 1753, saíu em Junho de 1759 para Beneficiado da Sé de Elvas.

Expulsos os Jesuítas no mesmo ano, o Reitor subsequente não foi diligente em lavar as matrículas e anotá-las. Veja-se:

26 - Francisco José do Carmo, de Lisboa, entrado a 15 de Dezembro de 1770, não tem observação marginal. Alcançam-no, porém, as notícias da tradição e aqui lha ponho. Ordenou-se. Foi Capelão da Real Capela, bom organista e compositor e ultimamente foi promovido a Deão da Sé de Elvas em tempo do Bispo Atafde. Era rival do Padre Mestre Galão, seu condiscípulo, na profissão da música. Dele se tem cantado entre nós um *O' Salutaris* e um *Regina Coeli* a quatro vozes e órgão. Faleceu em Elvas já depois do ano de 1820.

27 - João Rijo de Oliveira, entrado em 18 de Dezembro de 1784 e natural de Veiros, ordenou-se, foi Capelão Fidalgo até 1816 e Cónego depois disso com os hábitos de Cristo e da Conceição. Sendo expulso por miguelista em 1834, viveu como clérigo secular até 1841.

28 - António José Soares, natural de Lisboa, filho de Joaquim José Soares e de Joana Nepomucena, entrado a 12 de Fevereiro de 1796, é um dos mais belos ornamentos deste Colégio. Lá estava em 1792 o Padre João Nepomuceno Soares como Capelão da Real Capela. Seria tio? Talvez. Não tem notas marginais o seu assento sobre o destino que tomou ao saír dele, mas todos sabe

mos que passou a organista e Mestre da Patriarcal de Lisboa. As suas Vésperas de Nossa Senhora foram compostas e provadas nesta vila em 1806 estando cá o Príncipe Regente. Mais conheço dele uma missa e um grande *Te Deum* a órgão ou orquestra e outras composições, das quais todas muito gosto e gostam os amadores de um estilo grave com os devidos floreados. Foi companheiro de Frei José Marques, Francisco Peres e outros bem notáveis, todos discípulos do Padre Mestre Joaquim Cordeiro Galão. Não morreu adiantado em anos, segundo me informam.

29 - António Xavier Nisa, filho natural de um cantor da Capela Real, entrado a 28 de Outubro de 1810, ordenou-se de missa e foi Beneficiado da mesma Capela.

30 - Francisco Felizardo Porto, natural de Sousel, admitido em 29 de Março de 1805 e saído a 28 de Junho de 1813, é já do meu tempo. Foi excelente organista e pianista. Saiu para Messejana e daí para Beja onde lhe chamavam o Porto de Messejana e vivia do ensino de música. Ouvi gabá-lo muito a Francisco Peres que foi seu mestre, como substituto do Padre Galão ou contra-mestre do Colégio.

31 - José Tibúrcio, natural de Queluz, entrado em 20 de Março de 1806, foi reclamado para o Rio de Janeiro pelo Príncipe Regente quando acabou ou estava para acabar o tempo.

Este e os outros de Lisboa eram filhos de criados da Família Real.

32 - Domingos Tomás Falé e Silva, natural de Lagos, porém morador nesta vila e entrado a 25 de Outubro de 1801, foi Beneficiado da Capela. Era bom tenor e liturgista. Faleceu em Junho de 1868.

33 - Cândido José Coutinho, de Vila Viçosa, filho de António José Coutinho e de Antónia Joaquina (lavadeira de roupas, dizia ele), entrado a 28 de Abril de 1804, ordenou-se de missa; foi acólito e Beneficiado da Capela por mercê de D. Miguel I e, não obstante isso, conservou-se na última dignidade por ter um génio de pomba e ser portanto um homem incapaz de ofender a ninguém. Cantava tenor e contralto. Faleceu em sábado de Ramos de 1867.

34 - António Maria Ribeiro, de Borba, entrado a 10 de Janeiro de 1808 e saído em 1815, passou dez anos depois a segundo organista da Capela em cujo lugar se conservou até à sua morte (aí por 1864). Residia na sua pátria e vinha a Vila Viçosa quando estava de semana. Foi óptimo cantor em rapaz e depois excelente organista e pianista. Compôs algumas obras, mas não era fecho e muito feliz. A melhor que lhe conheço é um dueto *Suscipiat te Christus*, composto para as exéquias de D. Pedro V.

35 - Manuel Joaquim Ferreira Sisudo, filho do Mestre de português do Colégio e de Maria José, nosso patrício, admitido a 27 de Setembro de 1809, seguiu a vida eclesiástica e teve diversos empregos. Era bom contralto. Faleceu a 17 de Junho de 1877, sendo Confessor das Freiras das Chagas.

36 - Duarte dos Santos, natural de Olivença mas criado entre nós, foi depois contratado para a Sé do Funchal. Nesta cidade viveu do ensino da música e deixou descendentes. Era bom organista e compôs algumas obras.

37 - Diogo António Palmeiro Pinto, de Estremoz, filho de Manuel Vitorino Pinto e de Rita Bárbara Benedita, admitido em 8 de Julho de 1813 e saído em 7 de Julho de 1821, tem a nota de *Servir bem* posta pelo Reitor José da Costa Calado. Passando a frequentar a Universidade Conimbricense, formou-se (não sei se em Matemática). Depois ocupou diversos cargos honrosos como o de Governador Civil do Distrito de Portalegre, Presidente da Câmara de Deputados, empregado superior nas alfândegas de Lisboa e Porto. Faleceu em 1892 em Lisboa.

De Manuel Rodrigues Reixa e Manuel Maria Matroco já fiz menção. Não acabaram o seu tempo em razão de se fechar o Colégio e ambos são naturais da nossa vila.

Outros muitos deixo reservados para a secção das *Pessoas Notáveis*, ou por serem naturais da nossa vila com alguma celebridade, ou porque, apesar de o não serem, merecem mais amplos esboços da sua biografia por terem vivido e morrido entre nós, naturalizando-se por adopção. Podem ali procurar-se alfabeticamente por estes nomes:

João de Torres Ferreira Homem
 Braz Nunes Ribeiro
 Francisco de Saial
 Rafael Pereira
 José Mascarenhas Pereira
 Francisco Gil Barregão
 Francisco António
 João Mendes Miguéns
 António Gomes Piteira
 José Lopes
 José Falcão da Gama e Sousa
 Luís Jorge da Costa Amado
 Joaquim Cordeiro Galão
 José Marques de Santa Rita e Silva

Joaquim dos Reis
Francisco Peres Ailon de Lara
João Fradesso Belo
Francisco Ant3nio Franco
Francisco de Paula Tarana
In3cio Ant3nio dos Santos.

VII

Resta-me definir o edificio pr3prio deste Col3gio t3o 3til e glorioso, n3o seja caso que dentro em pouco se ignore onde era.

Ao entrar na Ilha pela verdadeira porta dos N3s, depois da moradia que hoje serve ao guarda-port3o, est3 o edificio do Col3gio dos Reis 3 m3o direita, recebendo pela frente o sol do meio-dia.

Quem olha para ele e o v3 t3o s3lido e formoso ainda que n3o de vastas pro porç3es, reconhece logo que foi reedificado h3 pouco mais de um s3culo.

Sobre a porta principal que 3 no meio da fachada est3 uma janela grande com sacada e grades de ferro e duas janelas pequenas e quadradas de cada lado, as quais servem somente para ministrar luz. Todas as mais dos quartos ou celas dos collegiais s3o de peitoril com cantarias e vidraças encaixilhadas.

Parece antes um pequeno pal3cio do que uma casa de comunidade porque n3o tem claustro nem Igreja, mas simplesmente a capela dos Santos Reis Magos que s3 constava de quadros a 3leo e hoje est3 desorganizada inteiramente. Na rec taguarda que diz para o Picadeiro Real, onde est3o as grandes cavaleriças, ha via um quintal, n3o muito espaçoso, mas arborizado com figueiras e outras frutiferas que a gença de Cavalaria 3 desmanchou para alargar mais o dito picadeiro.

Depois da extinç3o do Col3gio, tomou a Casa de Bragança conta do edificio e conservou-o na sua posse at3 1848 em que foi cedido ao Regimento de Cavalaria 3 para hospital de convalescença e sempre at3 agora tem feito parte dos quart3is militares.

Ultimamente o seu estado tem sido lastimoso porque, nem a Casa de Bragança que o possui, nem o Estado a quem serve, o trazem reparado como 3 de justiça e o merece.

CAPITULO XVI

Reflexões acerca da utilidade social dos conventos e institutos pios. Contrariedades opostas ao seu estabelecimento e conservação pelo Regime Liberal.

Conceptum sermonem tenere quis poterit?

(Job, IV, 2)

No confundaris dicere verum.

(Ecles., IV, 24)

I

Façamos aqui uma pequena pausa na descrição dos nossos monumentos religiosos enquanto nos entretemos com algumas breves reflexões acerca da utilidade social dos Conventos e mais institutos pios e da impossibilidade em que nos achamos de lhes darmos desenvolvimento.

Deixando intacta a questão do inviolável direito que cada um tem de abraçar uma profissão inofensiva como é a da vida religiosa nos claustros, occupar-nos-emos somente de averiguar quanta vantagem oferece a vida em comunidade ou de associação sobre a individual com respeito à economia doméstica, sem que por isso todavia defendamos as impossíveis teorias do comunismo universal. Quando a família se governa bem, proveito igual auferem a sociedade.

Um cento de frades, freiras ou congreganistas vivem com decência no seu mosteiro dispendendo anualmente 7.200\$000 réis com a sustentação dele, sendo assim a média por cabeça de 72\$000 réis porque têm menos criados, gastam menos luzes, menos combustível, compram as mercadorias e géneros de consumo por menores preços visto fazerem-no a grosso ou por grandes quantidades, poupam rendas de casa, etc. E, passando a viver no século esses com congregados, habitando cada um de per si em diversas moradas, é-lhes mister para sua decente sustentação a quantia de 28.800\$00 réis ou a média de 288\$000 réis por cabeça porque têm de sustentar um criado e uma criada, receber visitas e pagar visitas, andar vestido conforme a sua categoria, etc., isto é, o quádruplo da despesa feita na comunidade religiosa. Ora, à vista desta comparação

que não é desproporcionada, quem não há-de lamentar a extinção dos conventos que eram um tão poderoso elemento de economia social?...

Mais. Os conventos de freiras sempre admitiram *seculares* com faculdade Pontifícia e, posto que estas não ficassem pertencendo à comunidade religiosa, economizavam ainda assim muita despesa na sua sustentação porque pouparam renda de casas, luxuosos vestuários, etc. e podiam prescindir de criadas porque tinham as da comunidade que também as serviam: fora, obrigatoriamente, e dentro mediante parca remuneração convencionada, sendo-lhes necessário. Estas *seculares* iam buscar ali um asilo sagrado que muitas vezes lhes obstava a um ímpio suicídio quando por seus desregramentos se não julgavam dignas de aparecer diante de gente honesta e de vida irrepreensível.

Prossigamos. Nos mesmos conventos se admitiram sempre meninas educandas ou pupilas e os pais de família encontravam nisso um meio comezinho de dar esmerada educação a suas filhas com módica despesa. Aí está hoje bem casada uma senhora que, sendo órfã e de condição não nobre, foi admitida no convento da Esperança a cargo da Madre Ana Peregrina Rijo mediante a prestação de 1\$200 réis mensais para seu sustento porque nessa época já não havia ali refeitório comum... Outrora os grandes da nossa terra tinham como regra geral mandarem as suas jovens filhas para os conventos de freiras a passarem ali os anos da puerícia e adolescência, saindo somente na idade própria de abraçarem o estado matrimonial, se assim o queriam. E ultimamente estavam-se aproveitando para o mesmo efeito do Recolhimento das Beatas. Muitas vezes a circunstância de terem nos conventos uma parenta Religiosa ou Secular facilitava-lhes uma educação inteiramente gratuita.

Assim, pois, as casas religiosas obstavam muito à relaxação dos costumes, e à prostituição que só serve para enervar a mocidade estragando-lhe a saúde, para povoar as prisões de criminosos por delitos ou crimes a que ela dá ocasião, e os hospitais com inúmeros doentes de moléstias sifilíticas e outras. Um velho pai, viúvo com filha sem dote, descia ao túmulo em santa paz quando a via recolhida num convento, ainda que fosse como serva comum ou particular.

Ainda mais. Os bens dos conventos eram um património social porque todos ali tinham o seu quinhão: desde o príncipe até ao plebeu da mais ínfima classe, ninguém era excluído, levando um dote seu ou dado por outrém. E porque algumas comunidades possuíam já muitos bens próprios, recebiam-se nelas noviças pelas prendas que tinham, como atrás se viu, e com as quais se faziam até rogadas muitas vezes: de onde resulta não serem os seus bens de

logradouro exclusivo de uma raça ou de uma família como nos morgados, mas antes de todas as classes e de todas as famílias.

Os seus capitais em dinheiro formavam uma espécie de bancos rurais que em prestavam com módico interesse ou usura, sem juro composto nas moras do pagamento dos mesmos interesses quando os devedores não podiam satisfazê-los por alguns meses e ainda por alguns anos como vemos suceder presentemente com os capitais das irmandades. O estado nada perdia com estes bens, chamados de *mão morta* por não serem transmissíveis para fora da comunidade, porque, além de servirem de uma valiosa hipoteca ou caução para grandes empréstimos nas suas urgências, estavam em 1834 pagando três décimas ou o triplo do que pagavam os prédios de *mão viva*. Finalmente, os pobres tinham ali também o seu quinhão, de sorte que entre nós era desconhecido o pauperismo em que apenas há poucos anos se principiou a falar. As condições da pobreza até 1834 entre os Calipolenses eram estas: a Santa Casa tinha uma dúzia de aposentados de ambos os sexos a quem dava casa, cama, luz e sustento e estes apenas sol citavam entre os ricos o seu vestuário e calçado quando lhes não bastavam as vestimentas dos enfermos que vinham a falecer, e o seu tabaco se o gastavam; e os outros pobres inválidos e desamparados encontravam na sopa da portaria dos conventos a alimentação necessária, de sorte que não se viam pela vila nas sextas-feiras e sábados e nas freguesias rurais todos os dias essas chumas de mendigos que andam estendendo a mão à caridade pública. Em Santo Agostinho havia cinco ou seis alcofas de pobres recomendados, cujas panelas ou marmitas eram aviadas na cozinha com sopa de pão e sobejos de carne ou peixe e a dez ou doze fazia o cozinheiro no pátio distribuição de caldo, ao menos. Ora, isto praticava-se em todos os sete conventos e no Colégio dos Reis, sem exceptuar os Capuchinhos que nesta parte muitas vezes levavam excesso às ordens monacais, ainda que pobres, em razão de terem maior número de frades e serem portanto maiores os sobejos. Tínhamos assim oito casas de caridade ou beneficência onde em certas festas se avultava de propósito a refeição para alívio da pobreza. E querendo tomar por base o modesto algarismo de oito pobres diariamente alimentados por cada uma dessas casas, achamo-nos com sessenta e quatro pobres remediados no seu estado faminto, isto é, com os que poderia haver mendigando numa pequena povoação de três mil almas. Aqui não há exagero: antes haverá diminuição da realidade. Eu sou testemunha do que se passou no Seminário de Évora enquanto ali fui aluno interno e recordo-me bem de que no ano de 1856-57, que foi bastante calamitoso, vi aviarem-se na cozinha não menos de seis ou sete alcofas diárias a pobres recomendados e dis

tribuir-se caldo a três renques de panelas em que cheguei a contar 25!

Sem pretender exarar aqui uma apologia completa das ordens religiosas por que bastava para isso o ver que só os Portuguezes lhes desconhecem a utilidade, quero ainda responder em breves palavras a duas mesquinhas objecções.

Uma é que os frades e freiras entravam ali empurrados à força ou violenta dos pelos seus pais. Resposta: Assim se verificou em muitos casos. Mas então o vício não é intrínseco ou da natureza dos institutos, é um mal extrínseco e portanto sanável. Curem-no aqueles a quem incumbe velar por isso conforme o espírito da Igreja que é de inteira liberdade na matéria sujeita. Abusos sempre os houve e há-de havê-los onde estiverem homens.

Outra objecção fizeram os Liberais de 1820 e era que as ordens religiosas obstavam ao aumento da população do Reino, concluindo até por pedirem a abolição do celibato nos clérigos seculares.⁽¹⁾ Mas que aconteceu com a experiência de quase meio século?... O nosso continente a que asseguravam para breve uma população de 5 ou 6 milhões de habitantes, pouco excede a três e meio porque a emigração obriga os descontentes a buscar melhor fortuna em país estrangeiro.

A população é num Estado como o enxame de abelhas no seu alvivo. Se este se vê apertado, fracciona-se e vai demandar novo território em que melhor possa exercer a sua indústria. Portugal é pequeno e em quadros pequenos é impossível pintar gigantes. Para haver muita gente na miséria, melhor é ter pouca mas remediada.

II

Resta examinar como ainda os institutos religiosos e pios, tolerados ou autorizados pelos Governos Liberais, não podem nunca desenvolver-se nem conservar-se num estado próspero.

Em todos os municípios deviam existir não menos de três institutos de caridade: um orfanotrófio ou casa de meninos órfãos e desvalidos onde recebessem a criação e educação até à idade robusta em que já pudessem prover às suas necessidades;⁽²⁾ um hospital para tratamento de enfermos pobres e desampara-

(1) Oliva e outros.

(2) Lisboa tem um asilo municipal e a Junta Geral de Évora obteve em 1880 a Igreja de S. Pedro para construir ali um semelhante. Mas para mim é certo que a caridade legal não basta para preencher tais fins.

dos; e uma casa de Inválidos para aqueles que, por velhice ou doença, não podem trabalhar e manter-se assim.

Evora tem tudo isto, mas são raríssimos os concelhos que possuem as três mencionadas e tão necessárias casas de piedade. E, posto que o iniciador das Misericórdias se propusesse por meio delas preencher todos aqueles fins, mostra a experiência que lhes é impossível porque só o tratamento dos enfermos lhes absorve muito capital e actividade. A de Lisboa, Estremoz e algumas outras lá têm tomado à sua conta a criação dos expostos, mas a nossa apenas tem podido pagar algumas criações de filhos legítimos de parto duplo ou triplo ou de mãe falecida antes de se completar o tempo da aleitação.

Quanto a enfermos pobres, é tolerável e boa até a nossa condição porque ou se curam no hospital da Santa Casa ou em suas próprias moradas, não recebendo porém já senão os remédios da botica e as visitas do facultativo.

A pior condição é a dos expostos já criados ou maiores de sete anos, a dos órfãos em iguais circunstâncias e a dos inválidos por doença ou velhice.

Os primeiros e segundos receberam em 1872 do Graciano leigo Frei João Nepomunceno o direito a seis lugares efectivos na Casa Pia de Evora, como disse no capítulo 135 da Primeira Parte. Ainda porém se não chegou a preencher o dito número e como a Casa é em terra distante nunca eles gozarão plenamente de tal benefício como gozariam se estivesse funcionando entre nós como o nosso antigo Colégio dos Meninos Órfãos, de forma que as crianças desvalidas andam encarregadas obrigativamente a este e àquele cidadão por espaço de três anos sendo muitas vezes tratadas sem compaixão e procurando-se na maior parte dos casos empurrá-las a outrém mediante empenhos até que enfim os jovens, se possuem algum tino, cuidam em concertar-se com a quem sirvam para obstar a que os lancem por justiça e à força e portanto os recebam de mau grado.

Os terceiros, isto é, os impossibilitados de trabalhar por velhice ou doença, tinham outrora seis ou oito lugares de aposentado na Misericórdia e a sopa dos conventos, o que tudo lhes falta hoje, sendo por isso que tanto se há acrescentado agora o número dos mendigos. E é bem certo que a maior parte dos homens do povo precisam de um abrigo no último quartel da vida pois que, sendo industriais ou agricultores jornaleiros quase todos, adquirem ordinariamente apenas o indispensável para a sua subsistência enquanto exercem as suas indústrias ou misteres e logo que se impossibilitem

já não têm pão em que pôr boca.

De tudo isto se conclui que era de uma necessidade palpitante para o nosso povo o desenvolvimento dos institutos pios a fim de se prover com regularidade: 1º - à sustentação e educação das crianças desvalidas; 2º - ao amparo dos pobres velhos e pessoas enfermiças.

Mas como?... Sob o Regime Liberal nada se pôde fazer que seja estável e duradouro. Nós vemos, sim, autorizados em muita parte Asilos de infância desvalida e Hospitais de Lázaros, tudo efeito do bom coração dos Católicos, mas, sendo esses estabelecimentos sustentados com subscrições de esmolas e donativos mensais e alguns fundos em títulos da dívida pública, não passam de institutos instáveis e efémeros, hoje vivos e amanhã mortos porque lhes faltou a beneficência dos subscritores ou porque o Estado pelas suas urgências não pôde pagar os juros das inscrições!

Desde que o Governo Liberal negando às associações religiosas e pias o direito de possuírem dotações em prédios e ónus reais começou a vender-lhes os bens livres e autorizou a remissão dos seus foros com abates permissíveis até à décima parte do seu valor perdeu o povo o gosto de legar ou doar bens a essas casas.

Houve tempo em que os estadistas, discípulos do Marquês de Pombal, não permitiam às ditas associações possuir prédios que disfrutassem por meio de arrendamento porque (alegavam) não faziam benfeitorias nesses prédios e obrigavam-nas a aforá-los por um cânon anual a fim de que o possuidor do domínio útil pudesse melhorá-los em seu proveito; e agora, vendendo-se até à décima parte o domínio directo, ficam os estabelecimentos pios recebendo apenas um quinto, um sexto ou um décimo em juros de subscrições do que outrora percebiam em dinheiro ou géneros. Isto mais se chama um roubo descarado e sacrílego que não uma simples desamortização ou subrogação de um capital por outro.⁽¹⁾ É o que se está vendo desde 1862 até hoje.

São portanto raras as pessoas abastadas e sem herdeiros próximos que se resolvem a legar os seus bens a institutos pios visto não poderem eles pos-

(1) Segundo as estatísticas oficiais, até 30 de Junho de 1877 já tinham sido desamortizados bens eclesiásticos no valor de 7 480 contos que foram substituídos por 15 154 contos e 168\$000 réis nominais em inscrições. Nesta desamortização contribuíram as Misericórdias e Hospitais com 2 353 contos; os Conventos de Freiras com 1 487; os Seminários com 180; as Juntas de Paróquia com 167; diversas Igrejas com 156; as Casas Pias com 112; os passais dos Párocos com 793, etc. Veja-se a "Esperança" de 8 de Abril de 1878.

suir bens de raiz, foros, censos ou quinhões sem que a mão do fisco lhes caia em cima para os vender, muitas vezes por dez réis de mel coado, e dar apenas esse mesquinho preço trocado por papéis de Crédito Público, de cujo pagamento ninguém pode estar seguro porque o Estado, à conta de urgências verdadeiras ou não, achará sempre meios de se descartar de tais credores.

E desgraçadamente há Mesários de Irmandades tão pouco discretos que têm deliberado até voluntariamente converter alguns dos seus capitais a juro (únicos ainda permitidos pelo Estado) nos ditos papéis de Crédito Público, não distinguindo a diferença que há entre possuí-los um cidadão particular e uma associação de duração perpétua. É certo que o particular pode fazer bom negócio com as inscrições da dívida nacional porque tem neste mundo uma existência passageira e sempre as dívidas aos particulares hão-de merecer mais contemplação do que as dos estabelecimentos públicos, mas uma casa de Misericórdia, um Asilo. etc. que possui, v.gr. 40 contos de réis nominais pode estar seguro de receber os seus juros no fim de 100, 200, 300 e mais anos? E sem interrupção? *Credat Judaeus Apella; non ego.* (1)

A dívida pública desde 1834 até 1882 cresceu 400 mil contos (2) sobre 50 mil de que já era, apesar da desamortização de tantos bens nacionais e da imposição quase anual de tributos novos ou reforma de antigos.

E carga já tão grande que a nau do Estado ou há-de naufragar ou alijá-la.

Se eu fôra senhor de bens capazes de sustentarem um hospital de inválidos, teria gosto imenso em vê-los assim tão bem empregados por minha morte. Com a lembrança, porém, de virem a ser trocados por papéis de crédito de pouco crédito e deixarem de existir um dia não longe na aplicação a que eu os consagrara, abster-me-ia de fazer uma obra aliás tão caridosa.

O comum dos católicos abastados é do mesmo sentir.

(1) Horácio, L. 1, Sátira V.

(2) Nação, nº de 26 de Julho de 1882.

CAPITULO XVII

Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Conceição do Castelo ou Matriz.

Esta santa Imagem (segundo a comum tradição) trouxe para Vila Viçosa o Conde D. Nuno Álvares Pereira; e obra de Deus por ela tantos e tão extraordinários milagres, que rara é a semana que não ressuscite morto ou dê vista a cego ou fala a mudo ou pés ou mãos a aleijado ou cure endemoïnados; e isto deixo aqui sem ir mais por diante porquanto andam livros e tratados impressos de seus qualificados milagres.

(Calado - Valeroso Lucideno)

I

Vamos entrar na história da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição do Castelo, de quem os Calipolenses devotos são desde antiquíssimos tempos, cujo santuário é frequentado por fiéis de muitas léguas em redor e cujo nome voa com glória por todo o Portugal e até pelo orbe inteiro, mormente depois que o Rei D. João VI instituiu em 1818 uma Ordem Militar em seu obséquio.

Infelizmente, porém, não se encontra ainda uma história deste santuário tão célebre escrita com desenvolvimento nem com a devida crítica, vindo-me por isso obrigado a maçar os leitores com extensos discursos a ver se podemos restabelecer a verdade dos factos, o que sempre acontece a quem tem de abrir um novo caminho por meio das trevas do passado ainda não esclarecido.

A mais antiga notícia desta Igreja que tem vindo ao meu conhecimento em guisa de história ou descrição dela é a do Paulista Frei Manuel Calado e que acima transcrevi por epígrafe. Pouco diz e esse pouco é apoiado unicamente na tradição.

Frei Agostinho de Santa Maria no *Santuário Mariano*⁽¹⁾ alargou-se mais. Porém todos sabem que o Grilo Estremocense não é de muita confiança porque or-

(1) Tomo 6, Tit. 60, pág. 197.

dinariamente escreveu baseado em meras informações destituídas de boa crítica.

Em Vila Viçosa encontra-se um manuscrito anónimo, reduzido a uma folha de papel almaço, e que reputo ser do tempo do mencionado Grilo ou princípios do século XVIII, no qual se lêem três capítulos com estas epígrafes: *Memórias da Imagem e Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa; Memória d' algumas Igrejas que fez o Conde D. Nuno Álvares Pereira à sua custa; Igreja de S. Bartolomeu.* Parece-me que vale tanto a sua narrativa como a do precedente.

Na biblioteca de Évora encontra-se também este manuscrito: *Notícia da antiguidade da Igreja Matriz de Villa Viçosa*, original constante de duas folhas de papel almaço escritas em boa caligrafia do tempo de El-Rei D. José por amanuense e assinado pelo Vigário (da Vara) Frei Pedro Vicente da Rosa, a quem muito bem conheço. Pouco diz e nesse pouco parece ter em vista principalmente o negar ou pôr em dúvida o padroado da Ordem de Avis - coisa aliás certa e indubitável como sabem os leitores destas *Memórias*, pois lho conce- deu El-Rei D. Dinis estendendo-o logo às Igrejas filiais que houvessem de erigir-se na nossa vila. ⁽¹⁾

Num dos volumes do 1º decénio das *Leituras Populares* safu também uma breve notícia da Veneranda Imagem de que tratamos devida à minha pena e com que já hoje me não conformo.

As mais notícias a este respeito são incidentais e encontram-se nos corógrafos e biografias do segundo Condestável ou dos Duques de Bragança.

Tentando elucidar de algum modo esta matéria, discursarei primeiro acerca da fundação da primitiva Igreja do Castelo e segundo sobre a reedificação da mesma que é a que subsiste hoje.

II

É tradição comum em Vila Viçosa que a sua primeira Igreja Paroquial ou Matriz foi a de S. Tiago, hoje Ermida no subúrbio do Outeiro do Ficalho. E ainda que Frei Pedro da Rosa suscita dúvidas a este respeito alegando não se encontrarem ruínas em torno dela, eu estou por essa tradição porque para a

(1) *Monarquia Lusitana, Tomo V, pág. 251.*

Igreja de S. Tiago ser Paróquia no século da repovoação da nossa vila não carecia de ter habitadores em torno de si: ainda hoje a Igreja das Ciladas só tem ao pé as residências do Pároco e do Sacristão e a de Santa Catarina em Pardais só a do último. De mais: a ogiva do pórtico está deixando ler nele Século XIII ou pelo menos XIV e um carácter assim de templo tão vetusto não o tem Igreja nenhuma da nossa terra, além de que deixei provado que ali mesmo fôra o templo gentílico de Proserpina.⁽¹⁾

A questão, porém, que aqui cumpre debater é: quando foi transferida a Paróquia de S. Tiago para dentro da Cerca de El-Rei D. Diniz ou almedina?

O dito Frei Pedro quer que funcionasse ali sempre desde o principio da vila a Matriz de Santa Maria sem ter estado por algum tempo na Igreja de S. Tiago, mas não exhibe provas disso e o comum dos autores considera o Condestável D. Nuno Álvares Pereira como fundador dessa Igreja do Castelo. Ora o meu sentir a este respeito é que o primeiro colocou-a lá muito cedo e os segundos muito tarde.

Frei Manuel Calado, que era Calipolense e nascido ainda no último quartel do século XVI, parece fazer distincção entre o templo e a imagem considerando somente a este como obra de D. Nuno, mas eu penso que a imagem não é mais nova do que a Matriz do Castelo.

Vejamos como se contradizem os que reputam a dita Igreja fabricada pelo Condestável.

Frei Agostinho de Santa Maria escreve: *"Pelos annos de 1415, fundando D. Nuno aquelle templo que dedicava ao Mystério da Conceição, dizem uns que lhe apparecera a imagem da Senhora nas praias do mar acompanhada de dois anjos obrados da mesma pedra ou massa de que a imagem Senhora he formada (porque até agora se não sabe nem se averiguou certamente qual seja a sua matéria). Outros dizem que esta imagem sahira das praias de Villa de Peniche, num caixão, e que trazia umas letras em cima que diziam: Imagem de Nossa Senhora da Conceição para o Castello de Villa Viçosa. E que procurando saber-se do Condestável se havia mandado fazer esta sancta imagem, que affirmara que não..."*

A fundação da primeira Matriz do Castelo no anno de 1415, observo já, tem contra si o ser aquelle o da conquista de Ceuta em Africa à qual assistiu D. Nuno.

No manuscrito anónimo atrás mencianado lê-se: *"O Conde D. Nuno Álvares, servindo nas guerras d'estes Reinos, achou na praya do mar a Imagem da Virgem*

(1) Primeira Parte, capítulo V.

da Conceição acompanhada de dois anjos, os quaes são da altura de três palmos e são da mesma pedra ou massa de que a Senhora he composta, pelo peso que tem; e como a Senhora trazia nas costas um letreiro que dizia: Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, o Conde a trouxe e a collocou no castello de Villa Viçosa com os anjos; donde lhe mandou fazer uma Igreja pequena antes do anno de 1415, reinando em Portugal El-Rei Dom João o Primeiro.

.....
 Estando o Conde em Villa Viçosa e mandando fazer a Igreja de Santa Maria lhe veio recado que a Condessa sua filha (que estava em Chaves) era morta pelos annos de 1442".

Ora, este ano é evidentemente da Era de César e não da nossa Vulgar, pois em 1442 nem D. Nuno tinha ainda nascido e portanto achamo-nos com o ano de 1404 do Nascimento de Cristo.

Pelo contrário, António Rodrigues da Costa, biógrafo do Condestável, ainda que serôdio, afirma que D. Nuno recebeu a noticia da morte de sua filha estando em Evora...⁽¹⁾

O autor da *História Genealógica* diz que é desconhecido o ano do óbito de D. Beatriz Pereira⁽²⁾ e parece pouco provável ter falecido em 1404 visto que casando nos fins de 1401 deixou três filhos que chegaram à maioridade e bem poderiam ter-lhe morrido outros em pequenos. E seu marido passou a segundas núpcias em 1420, não sendo crível que estivesse viúvo tantos anos.

O contemporâneo Padre José António da Conceição Vieira, recopilando autores antigos na sua *Fase Religiosa do Condestável*, refere ter sido a nossa Igreja edificada por ele em satisfação de um voto feito no acto de se ferir uma batalha.⁽³⁾ Assim o escreveu porque assim o leu.

Exemplo. Frei Domingos Teixeira, biógrafo de D. Nuno mas do meio do século passado, deixou no seu livro estas locais: "*Fechadas as portas de Marte... passou a Villa Viçosa onde mandou lavrar um sumptuoso templo à Rainha dos Anjos com o título da Conceição, venerada até então Oráculo n'aquelle lugar, hõje Protectora em todo o Reino*".

(Este alude já a uma reedificação da Igreja primitiva e não à fundação desta. Continuemos.)

"Achava-se o Condestável entretido na fábrica d'aquelle edificio quando che

(1) De vita et rebus gestis, etc., pág. 177.

(2) Tomo V, pág. 95. Também diz: "Recebeu esta fatal noticia (da morte da filha) estando em Vila Viçosa edificando uma Igreja a Nossa Senhora "

(3) É um pequeno folheto.

you aviso de Chaves que a Condessa D. Brites Pereira passara annos verdes annos a gozar de melhor vida, etc". (1)

E noutra parte diz: "A Villa Viçosa ennobreceu com um sumptuoso Templo dedicado à Immaculada Conceição de Maria Sanctíssima, etc" sem distinguir se o fundara de novo ou se apenas o reedificara ou reparara. (2)

Se fossemos, pois, a avaliar as opiniões pelo número daqueles que as seguem, teríamos por certo que o templo antigo pequeno ou sumptuoso da Matriz era obra de D. Nuno. (3)

Eu creio saír desta dificuldade professando a opinião de que o Condestável reedificou ou consertou, mas não fez a primeira Igreja no Castelo, embora coincidissem a morte da sua filha com essa reedificação mas não fundação primeira. (4) O que me fez abraçar este parecer foi a *Crónica de El-Rei D. João I* por Fernão Lopes, o mais velho dos nossos historiadores e único habilitado verdadeiramente para dar notícias de D. Nuno de quem ainda foi contemporâneo. Li nela que fabricara de novo o Condestável somente as Igrejas do Carmo em Lisboa e das Mártens em Estremoz, acrescentando: "e refez e corregeo outras Igrejas muito melhor do que estavam", (5) mas não as nomeia.

Por conseguinte, D. Nuno melhorou ou consertou a Igreja Matriz do Castelo, mas não a fundou de novo.

Quem acreditará que Vila Viçosa, já tão populosa e próspera no tempo de El-Rei D. Fernando, feita quartel-general do Alentejo, com uma cerca de muros torreados com cinco portas e uma torre de Menagem, não tivesse ainda uma paróquia dentro dos seus muros no princípio do século XV?

Em Borba sucedia isso, mas bem perto lhe ficava e já estava o seu templo na altura de uma vila populosa, ao contrário de Vila Viçosa na suposição de ter ainda por freguesia a Igreja de S. Tiago, pequena e distante meio quilómetro para o oriente.

A esse tempo já existiam as ermidas de S. Bartolomeu, ao poente da vila, de S. Marcos em Pardais, e de S. Pedro em Bencatel: e não haviam de ter os Calipolenses uma Igreja no Castelo onde ouvissem missa e recebessem os sacramentos com comodidade na paz e na guerra?

Não é crível, pois não careciam de fazê-la de esmoas visto que os dizimos davam para isso e para muito mais.

(1) *Vida de D. Nuno*, pág. 665.

(2) *Ibid*, pág. 720.

(3) Além dos autores citados, encontram-se muitos mais que seguem a mesma rotina.

(4) Assim fica já dito no capítulo 28 da Primeira Parte.

(5) Parte 2ª, capítulo 201.

A imagem devotíssima da Padroeira do Reino, em meu parecer, é de pedra como a Senhora da Graça de Nisa, desbastada pelas costas em 1823 para não ser tão pesada.⁽¹⁾ Nenhuma dúvida tenho em acreditar que desembarcara na praia de Peniche por ter sido fabricada em Inglaterra com quem os Portuguezes tinham já muitas relações em tempo de D. Fernando I e ali prosperava então muito o Catholicismo, florescendo até no mesmo país durante o século XIII aquele Escoto que foi o primeiro a trazer para as escolas de teologia a questão da Imaculada Conceição da Virgem Santíssima defendendo-a com todas as suas forças. E conquanto os títulos antigos designem a nossa matriz por *Igreja de Sancta Maria* sem mais qualificativo, não obsta isso a que já representasse o mistério da sua Puríssima Conceição porque a festa do dito Mistério fôra introduzida em Portugal desde o ano de 1320 pelo Bispo do Porto D. Raimundo.⁽²⁾

Do exposto conclui-se que é desconhecido o ano em que se levantou no Castelo a Igreja Matriz, supondo-se com fundamento que ela existia já pelo menos em tempo de El-Rei D. Fernando e que o Condestável D. Nuno a reedificou ou melhorou, mas não a fundou de novo porque já existia em seu tempo.

Quanto a ser mandada por ele a estátua da Virgem, nada contradiz o precedente, pois poderia ele substituir o antigo orago por outro de melhor escultura ou estatuário: mas disso também não há provas certas.

Disse que julgo ser de pedra a estátua da Senhora pois tem colada a si uma capa de lona e nunca ainda a encarnaram de novo nos modernos tempos. Os Anjos, que tem fora do camarim, cada um do seu lado, e de que atrás se falou, são da mesma pedra e parecem fabricados ao mesmo tempo.

III

Passemos à segunda questão. Quem reedificou o templo melhorado por D. Nuno e que subsistiu no Castelo até ao século XVI, substituindo-o por outro maior e melhor que é o actual?

Ouçamos o quem têm escrito vários autores.

Frei Agostinho de Santa Maria refere o seguinte: "*O Duque D. Theodósio II*

(1) Dr. Graça na "*Memória Histórica de Nisa*", Parte 1ª, pág. 95.

(2) *Monarquia Lusitana*, Tomo 6, pág. 389.

pela grande veneração que tinha a esta Senhora lhe edificou outro novo Templo que chegou até a galgar as paredes e a levantar as colunas para se fecharem as abóbadas para as quaes tinha consignado 25 mil cruzados. Mas como a morte lhe impediu os seus desejos de o ver acabado, seu filho D. João IV o acabou e pôz em toda a perfeição".

O primeiro inconveniente que acho nesta narrativa é não dizer nada a tal respeito a *História Genealógica*.

Prossigamos. O manuscrito anónimo, que parece composto para informar o Grilo Estremocense e lido por ele, diz: "D. João, 8º Duque de Bragança como era muito devoto de Nossa Senhora da Conceição, lhe quiz acabar a sua Igreja nova que estava principiada sobre a que havia feito o Conde D. Nuno Álvares e lhe faltavam as abóbadas e o mais ornato (mas não consta quem foi o que principiou esta segunda Igreja); e assim este Senhor Rei D. João quarto nome mandou continuar esta obra no anno de 1643 para o quê mudaram a Imagem da Senhora para a Igreja de Santo António, aonde o mesmo Rei D. João a veio visitar em Novembro de 1643: no mesmo anno voltou logo para Lisboa; e estas obras se acabaram no anno de 1646. ⁽¹⁾ Em Agosto foi outra vez levada a Senhora para a sua Igreja do Castello quando estava acabada com a perfeição que está mostrando".

Noutra parte diz que "os Duques de Bragança he que principiaram a segunda Igreja, que acabou o último Duque Dom João, 8º e 4º no nome, sendo acclamado Rei ordenou que se acabassem as obras; e para as de alvenaria lhe deu 22 V cruzados, ⁽²⁾ não fallando no mais ornato".

Já se vê que não afirma ser o templo actual principiado por D. Teodósio II e acabado por seu filho sendo apenas Duque, mas já depois de coroado Rei. Mas como é que em 1640 funcionava a Paróquia na Igreja do Castelo e lá foi a Câmara no dia da aclamação de D. João IV para sair com o clero em procissão para a Capela Real?... Assim o vimos na Primeira Parte, publicando o acto official que está no Livro das Vereações. ⁽³⁾ Em 1643 fizeram-se ali algumas obras de que há noticia no cartório municipal, mas foram de ampliação da sacristia e da Capela do Santíssimo, pois que a Igreja em si já servia por estar coberta e ornada como fiz ver noutro lugar. ⁽⁴⁾

O Padre António Vieira no Sermão das Exéquias de D. João IV attribui-lhe a

(1) Numa cópia leio assim e noutra 1645.

(2) 22 mil cruzados.

(3) Capitulo 56 no Tomo 1.

(4) Ibid, capítulo 59 no Tomo 2.

reedificação da Igreja.

Cadornega escreveu no mesmo sentido: "E acabou de dar o fim à sua fábrica a *christandade do nosso invicto Restaurador El-Rei D. João IV*" ⁽¹⁾

Acho digno de reparo que Inácia Soares, mulher de António de Vilalobos, fizesse um testamento público em 1595 mandando rezar uma missa no altar-mor da Senhora da Conceição, o que não podia ser já senão na Igreja nova, e não em Santo António onde o altar é único.

A verdade, porém, é que a Igreja Matriz foi reedificada pela Padroeira Ordem de Avis, dispendendo-se ali anualmente cem ou duzentos mil réis que se tiravam da comenda de Vila Viçosa, isto é, de sobras dos dízimos como era de justiça. Mas dizendo isto não pretendo negar que D. Teodósio II gastasse ali algum dinheiro seu, nem que D. João IV realizasse alguns melhoramentos já de pois de estar completa a reedificação como fora planeado.

Quem me deu a certeza de ser feito o principal da obra com o dinheiro dos dízimos foi o cartório municipal, onde encontrei registados vários Alvarás Régios que passo a apresentar:

"Eu ElRey como governador e perpetuo administrador que sou da hordem e cavalaria do mestrado de são bento de avis, etc. faço saber a vos Rd^o Padre Dom prior do convento de avis que eu tenho aplicado das rendas de villa viçosa cento e sincoenta mil rs. cada ano para mais numero de freires e mosos do coro. E asi todo o mais sobejo que das ditas Rendas de Villa Viçosa. E do logar do Ervedal despois de pagas as temsas que algũas pesoas nellas tem por minhas provysões para se gastar na fabriqa do dito convêto e porque a principal obrigação he acudir a custa das ditas remdas ao que for nesessario para a Igreja matris da dita villa viçosa. Ei por bem e me praz que dos sobejos das ditas Rendas se deposite cada ano sem mil rs. de dia de São João baptista que ora vem do ano presente em deante para dahi se vir fasendo a obra da dita Igreja e as mais cousas que por visitação nella forem mãdadas fazer: pelo que vos mãdo que cada ano do dito sobejo fassais depositar os ditos sem mil rs. na mão de hũa pessoa segura e abonada que para isso escolher para se despenderem na obra da dita Igreja E nas mais cousas que para ella se mandare fazer o qual depositario so mesmo reseberá o dinheiro ordenado cada ano para a fabriqa da dita Igreja. E asi todo o que para a obra della se tiver depositado dos anos pasados e se lhe carregará em reseita em hũ livro que para iso se fará pelo escrivão da camera da dita villa que ei pôr bem que sirva de

(1) Descrição de Vila Viçosa acabada em 1683.

escrivão dos ditos dinheiros Dos quaes lhe será tomado comta por vos ou por quem lha mandar e não a dará a nenhũa outra pessoa. E vos encomendo que tenhais cuidado de se fazer a dita obra. E primeiro que se comese vereis com os ofisiais a trasa... Gonsalo dias de carvalho paulo afonso que della he feitor. E o que poderá a obra custar ou se deve fazer de outro modo. E depois que se for fasendo tomareis comta cada ano ao dito depositario pois confio que o fareis como convẽ a serviço de D^S. E bem da dita Egreja. E sesando a obra dela os ditos sem mil rs. se despenderão nas cousas que eu ordenar. Este alvará não pasara pella chancellaria. Ant^o Frz o fez em Lisboa a vinte e tres de junho de mil e quinhentos e sesenta e nove. Fr^{co}. Coelho o fez escrever. Rei "(1)

Do teor deste alvará resulta: que no ano de 1569, reinando em Portugal D. Sebastião, se decidiu que a Matriz fosse reedificada à custa do celeiro dos dízimos, gastando-se na obra cada ano 100\$000 réis; que a forma da nova Igreja estava traçada já pelos architectos Gonçalo Dias de Carvalho e Paulo Afonso que era o engenheiro encarregado de a dirigir, etc.

Conjectura-se, pois, com fundamento que a obra da reedificação fosse iniciada no ano de 1570 porque já tudo estava preparado e já havia dinheiro.

E com efeito a architectura da Matriz mostra ser do meio do século XVI e antes de se adoptar para as Igrejas a forma de cruz com braços pequenos como em S. Paulo, no Colégio e em Santo Agostinho: aquella forma é a mesma que se destinara à Igreja de S. Bartolomeu e que não veio a executar-se.

O alvará mencionado foi passado com salva mais de uma vez com a alegação de ser extraviado, isto é, em 1574, 1586 e 1635.⁽²⁾

Em 1579, reinando o Cardeal D. Henrique, mandou este que, além dos cem mil réis anuais já consignados em cada ano, se dispendessem mais cem, isto é, 200\$000 réis no prazo de quatro anos visto durarem já as obras há muito e não se darem acabadas. Veja-se o seguinte:

"Terlado de hũa provysão d'elrey noso sor sobre as obras da Igreja de sãta Maria.

Eu elRey como guovernador e perpetuo adminystrador que som da ordem e cavalaria do mestrado daviz, etc. faço saber aos que este alvara vyrem que avendo respeyto ao mujto tempo que haa que se começou ha obra da Igreja de San

(1) L. 1 dos Registos, f. 148.

(2) Ibid.

ta Marya de Villa Viçosa e a necesydade que tem de se acabar hey por bem e me praz que alem dos cem mill rs. que já são apeyrados para a obra della dos sobejos do rendimêto das rendas que ha dyta ordem tem em Villa Viçosa que se entregão ao Recebedor da fabryca do convêto de Aviz apeyrar mais para dita obra cem mill rs. e cada hũ anno por tempo de quatro annos que começarão de dia de são João Baptista deste presente anno de mill e quinhentos e setemta e nove em deante que serão pagos a custa de minha fazemda do rendimêto das mesmas rendas, e que asy estes cem mill rs. como os outros que se dão dos sobejos dellas se entreguê da mão do Almozarife ou recebedor das mesmas rendas ao depositario ou recebedor do dinheyro da dita obra para se despenderê nella por ordê do Juiz e Vreadores da mesma villa e do pryor da dita Igreja sem mais irê a mão do recebedor da fabryca do convêto nê elle entender mais nisto e os carregarão em receyta sobre o dito depositario ou recebedor pello escrivão da camara da mesma villa que por outra minha provisãõ tenho mãdado que sirva de escrivão da receyta e despesa da dita obra no tempo para isso ordenado; aos quaes Juiz e Vreadores e pryor mãdo tenham especyall cuidado della e que a farão cõforme a traça que para isso he dada e de ver como o dinheyro que para isso he apeyrado se despêde e porque sou informado que do dito dinheyro se daa cadano quatro mill rs. a hũa pessoa que sirva de Vedor da obra que se podê escusar cõ o pryor que ho mais do tempo resyde na Igreja olhar por ella e asy os mesmos ofycyaes da camara repartidos entre sy os tempos em que cada hũ delles o posa fazer por servyço de Ds. Hei por bem e mãdo que daqui em deante não aja a tall pessoa os ditos quatro mill rs. e lhes encomêdo e mãdo que elles entre sy ordenê isto de maneyra que a obra seja visitada e se veja como se procede nella e se escusem estas e outras despesas (des)necessaryas e tenham cuydado de no fym de cadano ver o lyvro da receyta e despesa do dito Recebedor ou depositario e lhe recorrerão sua comta para saber o que recebeo e despemdeo na obra e devêdo algũa cousa o fazerê gastar nella. E o dom pryor do convêto daviz lhe tomara comta de tudo asy dos cem mill rs. que se dão dos sobejos como destes que ora mais acrecento cõforme a provysãõ que sobre iso he pasada ao quall dom pryor emcomêdo muito tenha disto partycular cuydado de ver e saber como se procede na dita obra e se despêde o dynheyro della e mãdo ao almozarife ou Recebedor das ditas remdas que lhe entregue os ditos dozentos mill rs. em cada hũ anno pela maneyra declarada neste alvara e os vedores de minha fazêda os farão asêtar no lyvro da fazêda da ordem e levar cadano no caderno do asentamêto das Rêdas de Villa Viçosa e os cem mill rs. que lhe ora aqui comto por têpo de quatro annos

e os outros cem mill rs. que se jaa dão dos sobejos com a declaração conteu-
da neste alvara que quero que valha i tenha força e vygor como se fosse carta
feyta em meu nome por mi asynada e pasada pela chancelarya da dita ordem e
posto que este não pase pela dyta chancelarya sê ãbargo de quallquer provi-
são ou Regimêto em contraryo. amtonio machado o fez ã Lx^a aos oyto dias do
mes de júnho de mill e quinhentos setêta e nove e eu bertolomeu Frz o fiz es
crever. Rey ".

Alvara dos cem mill rs. que V.A. mãda, etc. (1)

"Cõfirmação da provisão atras.

Eu elRey como governador e perpetuo admystrador que sou da ordem e cava
larya do mestrado de sam bemto hey por bê e mãdo que ho alvara acyma e atras
escryto do sôr Rey dom amrique meu tio que Deus tem por que mãdou apeyrar
mais cem mill rs. em cada hũ ano por tempo de quatro anos para se poder aca-
bar a obra da Igreja de Samta Marya de Villa Viçosa se cûpra e guarde como
nelle se contem e esta apostilla não pasara pela chancelarya. antonio frz
de seyxa o fez em Badajoz a vymte e tres dagosto de mill e quinhentos e oy-
tenta anos e eu Nuno All Pereira a fiz escrever. Rey", etc.

Esta certidão foi registada no livro da Câmara pelo Escrivão Francisco da
Nóbrega e concertada com o Tabelião Manuel Bispo. (2)

Vila Viçosa estava já submetida a Filipe II por surpresa, mas ele não ti-
nha ainda entrado em Portugal.

Por aqui vêem os leitores como a obra da Matriz se foi fazendo pouco a pou-
co à custa do rendimento dos dízimos, devendo achar-se já muito adiantada
quando o Duque D. João I faleceu em 1583. Que seu filho e sucessor D. Teodó-
sio II ajudasse a reedificação, não tenho dúvida em acreditá-lo, mas não fez
toda a despesa dela, nem sequer a maior parte e é impossível que em 1630 -
- ano da sua morte - faltassem ainda as abóbadas.

Em 1635, a 16 de Janeiro, passou-se em Lisboa com salva o alvará da con-
cessão dos cem mil réis anuais a requerimento do Prior e Beneficiados, mas
quem o apresentou ao Escrivão da Câmara para o registar foi um Jerónimo Pin-
to que escrevia na Secretaria do Duque D. João II e tornou a levar o próprio
assinando-se por isso no fim do registo, o que prova não serem os Duques

(1) *Ibid.* f. 34 v.

(2) *Ibid.* f. 35 v.

alheios a esta obra e diligenciando aliás a expedição dos alvarás sobreditos.

Mas ao tempo já eram solicitados os cem mil réis para ornatos do templo; aliás tornar-se-iam as suas obras ainda mais célebres do que as de Santa Engrácia de Lisboa.

Perguntar-me-á porventura alguém: - Onde funcionava a Paróquia Matriz durante a reedificação da sua Igreja? Não duvido afirmar que em Santo António porque esta estava acabada antes de 1570 visto ser contemporânea da Igreja do Espírito Santo. Demais: sempre teve sacrário, o que mostra que desde o seu princípio esteve ali uma paróquia.

Deveria fazer-se a transladação para a nova Matriz em tempo de D. Teodósio II e fazer-se com muita pompa, mas nem Moraes, nem Cadornega quiseram deixar-nos memórias disso.

Eu penso que a nova Igreja Matriz foi inaugurada ainda no século XVI. Parece-me impossível que as obras durassem mais de 20 anos quanto à forma geral do templo ou que não estivessem prontas em 1590, embora depois se fizessem ainda por dentro os bonitos funcionando já lá a Paróquia. Acho notável que fosse omitido o registo de óbitos da Matriz entre os anos de 1572 a 1606 parecendo-me que neste meio tempo tiveram lugar as obras principais. É certo, porém, que nos assentos de 1614 e anos seguintes se menciona já serem feitos alguns enterramentos na Igreja Nova - sinal certo de estar acabado o templo no seu conjunto. Mais: no Livro Diário da Misericórdia no ano de 1609-10 está uma nomeação de pedidores de esmolas nas igrejas e aparecem nomeados tanto para Santo António como para Santa Maria, o que prova irrefragavelmente funcionar já a paroquial nova.

IV

Quando o Duque D. João II foi aclamado Rei, a Matriz só tinha a diferença de não ser a Capela do Sacramento senão com a fundura que tem a sua correspondente do Santo Nome de Jesus e a sacristia geral não passar de metade ou menos do que é hoje: e a isto se reduziram as obras de acrescentamento que lhe fez El-Rei D. João IV no ano de 1643. Mas já se trabalhava ali em 1642, pois achei nas Notas de António de Oliveira uma procuração de Álvaro Frz., mestre e administrador da obra de Nossa Senhora da Conceição. Continuavam ainda as obras em 1644, segundo uma procuração do dito Álvaro Fernandes.

Remeto os leitores para o capítulo 59 da Primeira Parte,⁽¹⁾ onde publiquei o termo do embargo que a Câmara fez às obras por ficar interceptada com o acrescentamento da Capela do Sacramento e da sacristia a rua que passava por baixo da Capela-mor e se dirigia ao postigo da Porta do Sol.

Ora isto foi apenas um melhoramento da Igreja e não há razão para Cadornega dizer que El-Rei D. João IV "acabou a fábrica" da mesma Igreja que já estava concluída há muitos anos e servia muito bem no seu estado actual anterior a 1643.

António Cabide, antigo mantieiro de El-Rei, foi o superintendente destas obras e porventura de algum reparo geral de telhados, portas e janelas, pois não se tocando na Capela-mor não valia a pena conduzir a imagem de Nossa Senhora para a Igreja de Santo António em Agosto do referido ano de 1643 e demorar-se ali dois anos a Paróquia, como refere o manuscrito anónimo e eu acredito.

V

Começava então o templo da Matriz a ter nome augusto na história eclesiástica e civil de Portugal.

D. João IV, que sempre fôra devotíssimo da Virgem da Conceição da sua terra, manda propor nas Cortes de 1645 a eleição da mesma Santa Virgem para Padroeira do Reino e suas conquistas de Além-mar. E as Cortes aprovam-na, autorizando além disso o pagamento de cinquenta cruzados de ouro anuais à nossa Matriz. Então El-Rei expediu a 25 de Março de 1646 a Provisão em que sanciona e manda executar o voto das Cortes e que eu deixei arquivada já no capítulo 61 da Primeira Parte.

A que era somente Padroeira de Vila Viçosa passou a ser Padroeira de Portugal e seus domínios e até os marinheiros começaram a invocá-la em perigos de naufrágio como nos mostrava aquele navio que conhecemos posto em cima de um confessionário.

As Cortes Gerais juraram defender a então pia crença da Imaculada Conceição da Santíssima Virgem na Capela Real de Lisboa no mesmo dia 25 de Março, sendo o Rei o primeiro a fazê-lo.

(1) No Tomo 2.

Depois ordenou este que a Universidade de Coimbra deferisse igual juramento e que de futuro nenhum estudante recebesse ali graus sem primeiro jurar defender este mistério glorioso da Mãe de Deus. Na dita Universidade, com efeito, se fez o juramento geral a 28 de Julho do mesmo ano, sendo Reitor de la Manuel de Saldanha, Bispo Eleito de Coimbra.

Chegado finalmente o ano de 1654 lembrou António de Sousa Macedo a El-Rei a conveniência de se collocarem padrões pelas cidades e vilas com a decisão das Cortes para melhor se eternizar a mesma decisão. E, gostando El-Rei desta lembrança, encarregou ao mesmo António de Sousa de redigir a inscrição latina. Logo que esta lhe foi apresentada, analisou-a ele mesmo que sabia bem o latim e mandou remeter cópias dela a todas as Câmaras do Reino para a mandarem gravar em padrões de mármore. Entre nós foi posta por cima do arco da porta do Nô e por isso darei o seu teor quando fizer a descrição da mesma em capítulo apartado. Em Evora foi collocada na praça principal ou de Giraldo junto aos Paços Municipais. Em Lisboa lê-se a dita declaração em mais de um sítio, etc. ⁽¹⁾

Desde então e com justiça a Senhora da Conceição de Vila Viçosa ficou sendo objecto da particular devoção dos Reis de Portugal e tornou-se regra indclinável o dever de a visitarem quando chegam a esta vila primeiro que vão descansar no Paço.

Logo em 1653, adoecendo o Príncipe Real D. Teodósio, foi a veneranda imagem da Matriz levada para a Capela Real para se fazerem preces pela sua saúde e em 1792 praticou-se outro tanto quando se disse que a Rainha D. Maria I padecia uma alienação mental.

A filha de D. João IV, D. Catarina, Rainha de Inglaterra, sendo já viúva de El-Rei D. Carlos II e residente em Lisboa, veio pagar-lhe uma promessa no ano de 1699 e em 1716 praticou outro tanto El-Rei D. João V.

A Rainha D. Maria I visitou-a muitas vezes por devoção; alistou-se na Confraria dos seus Escravos em 1751 e em 1769 fez alistar igualmente o Príncipe D. João que veio a reinar. Quando casou com seu tio D. Pedro logo que se concluiu o acto do recebimento nupcial, mandou arrecadar o vestido de pedrarias e diamantes que usara no mesmo acto para ser remetido à Padroeira do Reino que ainda o possui.

Seu filho D. João VI, depositando na mesma augustíssima Padroeira a confiança de que Portugal seria salvo das garras de Napoleão assim como El-Rei

(1) Santuário Mariano, cit. - Eva e Ave do mesmo Sousa Macedo, etc.

D. João IV confiara na restauração da Monarquia Portuguesa mediante a protecção da mesma Virgem Santíssima, quis dar-lhe uma prova - e prova soleníssima - da sua terna devoção e inalterável agradecimento decretando em 6 de Fevereiro de 1818, dia da sua Coroação, a instituição da Ordem Militar da mesma Senhora, declarando-a juntamente Orago da Real Capela desta vila, etc., etc., o que já fica dito atrás e bem explicado.

Este feito do Rei Clemente veio dar muita honra à Virgem do Castelo e também muita glória à nossa terra porque é causa de se repetir a cada passo o seu nome no Reino e fora dele.

Resta-me acrescentar que se os Reis Brigantinos ficaram sendo muito devotos desta Santa Virgem, os seus súbditos não têm que invejá-los nesta parte, o que podia provar com infinitas alfaias de ouro e diamantes que lhe têm ofertado e com imensos quadros votivos de milagres operados em seu beneficio.

Uma só coisa me basta registar a tal respeito e é coisa que pertence à história geral deste Reino e contada pelos seus historiadores.⁽¹⁾ Quando no memorável dia 17 de Junho de 1665 marchava de Estremoz para Montes Claros o exército que devia libertar Vila Viçosa do cerco do Marquês de Caracena, a invocação distribuída para grito de guerra foi: - *Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa!* Por Ela, cuja casa estava até já em poder dos Castelhanos, bradaram os Portugueses constantemente no ardor da peleja e depois de ganha a vitória completa das hostes inimigas avançou o nosso exército sobre a praça libertada. O General em chefe Marquês de Marialva subiu à cidadela com o seu estado maior a agradecer ao Governador e nosso patrício Cristóvão de Brito e aos Mestres de Campo a sua brilhante defesa e seguidamente desceram à Matriz para assistirem a um *Te Deum* e fazerem à Padroeira do Reino entrega das bandeiras tomadas na batalha. Mais de vinte mil pessoas ajoelharam naquele acto diante da Virgem Imaculada, ocupando não só o templo, mas todo o recinto da almedina até à Estacada ou Praça Velha. Devia ser um espectáculo imponente!

As bandeiras castelhanas foram enfeixadas em troféus na capela-mor e pelos dois renques de colunas e ali se foram esfacelando com o tempo destruído de sorte que em 1716, quando ali foi o autor do *Santuário Mariano*, não encontrou mais que trinta hastes já sem panos.⁽²⁾

Porém, o General da Cavalaria Dinis de Melo e Castro, que veio a ser o 1º

(1) *Portugal Restaurado*, Tomo 4, pág. 311, etc.

(2) *Lugar cit.*

Conde das Galveias, cumpriu depois um voto especial que fizera à veneranda imagem e foi o de ofertar-lhe uma coroa de ouro com diamantes e outra pequena para o menino que tem nos braços.

VI

Em consequência do abalo que causou na Igreja Matriz o laborar da artilharia do nosso castelo moderno, que fica apenas distante uns cinquenta metros, durante o cerco referido e também os pelouros inimigos que foram disparados contra a torre do relógio, arruinou-se muito o templo ficando rachada a abóbada pelo centro da nave do meio. Já se vê, pois, que devia ser logo reedificada a dita abóbada à custa do Estado e isto por todos os respeitos. Não o foi. E, sobrevindo o fatalíssimo terramoto do 1º de Novembro de 1755 quando se estava à missa, ali sucumbiram 30 ou 31 pessoas do sexo feminino debaixo dos escombros ficando feridas ou mutiladas outras em número talvez superior, o que deixei miudamente narrado no capítulo 81 da Primeira Parte.

Mudou-se então a Freguesia pela terceira vez para a Igreja de Santo António, mas a imagem da Padroeira foi recolhida na Capela Real até se reedificar a sua casa.

E só no tocante a este reparo da Matriz que acho merecimento à Notícia do Padre Frei Vicente Pedro da Rosa. Conta ele que o Prior cansou-se em pedir ajuda e providências a El-Rei D. José, mas debalde. Recorreu depois ao Dom Prior da Ordem de Avis. Convocou as confrarias erectas na Igreja e solici- tou esmolas de particulares e só desta maneira pôde reedificar a abóbada que desabara. No fim de tudo mandou pintar no centro as Armas da Ordem Padroeira. Mas, havendo um camisinha que tal denunciasse ao primeiro Ministro Marquês de Pombal, mandou este déspota que o Prior riscasse as ditas Armas e pu ssesse as Reais... quando o Estado não tinha concorrido com um seitel para a reedificação.

De então para cá o geral do templo conserva-se no mesmo estado salvo o me lhoramento das capelas do Sacramento e do Carmo.

Façamos já a descrição dele.

Tem a fachada para o poente com três elegantes portas. Sobre estas ficam em simetria outras tantas janelas compridas e estreitas como são igualmente as laterais das naves e no centro há outra mais pequena perto da abóbada. O todo é de alvenaria, mas com cunhais, pórticos, janelas e pilares divisórios das três portas e suas janelas correspondentes, de mármore branco. O frontispício remata em ângulo com o símbolo da Redenção. Ao norte ou direita fica uma torre, também de alvenaria, com cunhais e sineiras de mármore e alta cúpula ou pirâmide quadrangular de pedra e cal coroada por um catavento. No baixo da mesma torre vê-se uma grande lápide emoldurada com cercadura de azulejos onde os confrades da Santíssima Trindade exararam a suma das indulgências concedidas à sua irmandade a fim de atraír grande número de sócios e de votos. Não dou o letreiro por cópia visto ser demasiadamente extenso.

Até 1870 era o frontispício de estuque branco e então passou a ser de cal preta da terra com mistura da hidráulica, imitando o granito por meio de juntas fictícias de estuque branco. Em seguida a esta obra, que foi realizada pela Junta de Paróquia com um subsídio da Junta da Bula da Cruzada, procedeu a Régia Confraria dos Três ao nivelamento do adro que foi assoalhado com xadrezes azuis e brancos do claustro de S. Paulo. Da parte do norte puseram-lhe escadas com três acessos num trapézio isósceles, empregando aí grande parte dos degraus da escada principal do mencionado convento, e à beira da quadratura assentaram uma gradaria de ferro. Ao contrário, da parte do sul ou da cidadela, tiveram de fabricar outra escada ampla para se subir para a porta do cemitério paroquial que está contíguo à Matriz pelo meio-dia. Este cemitério, que a Junta de Paróquia devia mandar construir, foi formado em 1839 por uma comissão de fregueses na qual figuraram principalmente os irmãos Cravos (Francisco e Barnabé), protestando não erigir nunca a fábrica ou Junta emolumentos de sepultura nos enterramentos de paroquianos da Matriz e por isso mesmo colocaram fora no muro uma pedra inscricionária mandando-lhe escrever: *Esta lápide transmitirá à posteridade que este cemitério foi edificado pelos habitantes da Freguesia e o jus in perpetuum de sepultura gratis para si e todos os seus descendentes. Ano de 1839.*

O adro é cercado pelo poente com casas de particulares e pelo sul com outras de arrecadação das confrarias de Nossa Senhora.

Dentro do templo não se vêem belezas de arquitectura dignas de admiração. Aquela forma, quase quadrada e sem cruzeiro, com janelas oblongas é uma transição da arquitectura manuelina para a compósita dos tempos modernos. Tudo ali é singelo, posto que decente e com vastidão bastante. O corpo da Igreja está repartido em três naves, divididas por dois renques de colunas dóricas, altas e elegantes, de mármore alvo, a que ornaram de princípio com arabescos dourados, já hoje pouco perceptíveis. São três as colunas exuladas em cada renque, afora uma outra unida já ao coro; e nas extremidades e lados há meias colunas aderentes aos muros para sua maior firmeza. Os ditos muros são interiormente revestidos com azulejos até à cimalha ou avançamento das abóbadas que são caiados de branco. O pavimento está dividido todo em lousas sepulcrais e era ali que até 1838 se efectuavam a maior parte dos enterramentos por causa da muita devoção dos fiéis em dormirem os seus restos mortais à sombra da Virgem Imaculada, havendo nisto já excesso em prejuízo da saúde pública.

Está repartido o corpo da Igreja em três partes a fim de se poder manter a ordem e decência das assembleias cristãs. A nave do centro e parte das laterais em frente das capelas menores é destinada ao sexo feminino; as naves laterais e a travessia debaixo do coro que toma toda a largura do templo junto às portas é para o sexo masculino; e a travessia junto à capela-mor e parte das naves laterais ao pé das menores serve ao clero e às irmandades em exercício das suas funções.

Entre as colunas do centro estão caixões das duas confrarias de Nossa Senhora e da Irmandade do Santíssimo. São três. Têm assentos ao redor e servem tanto para celebrarem ali mesmo as suas sessões como para assistirem às festividades religiosas. Podiam ser seis e pena é que a Irmandade do Santo Nome de Jesus tenha um caixão seu com espaldar na nave de S. Pedro e não entre os renques de colunas uniformizado com os mais. Esses caixões e uma teia de madeira separam inteiramente a nave central.

O púlpito, de grades de pedra e forma redonda, está numa coluna da parte do Evangelho. É airoso e bem situado, mas a grande largura do templo faz que não se ouçam bem os pregadores de voz medíocre ou pequeno timbre.

No coro há um órgão do século passado e suficiente para a Igreja.

A porta principal está um guardavento de madeira com vidraças que dantes não era tapado por cima nem tinha vidros. Isto se fez depois das obras do adro.

A sacristia geral é espaçosa e clara. Tem bons caixões de paramentos com

retábulo por cima de madeira lavrada e envernizada e um belo quadro a óleo sobre tela, do descendimento da cruz, no centro do mesmo retábulo. E no meio da casa está a melhor mesa ou aparador de mármore de todas as sacristias de Vila Viçosa. E a de S. Paulo de que já tenho falado. Uma grande janela com ferros para o cemitério, de onde se avista o Outeiro do Ficalho e os horizontes de Vila Boim, dá-lhe muita luz e animação. O tecto é pintado, mas as paredes são caiadas simplesmente. Há ali caixões de espaldar para o Pároco e clérigos da Matriz terem os seus livros e sobrepelizes como também acontece na Paróquia de S. Bartolomeu.

A primeira capela que se encontra depois do baptistério (que é no vão da torre), subindo pela nave do Evangelho, é a de S. José que tem porta para uma sacristia sua e meieira com a Irmandade do Santíssimo. Esta capela é de talha dourada. No meio em nicho esta uma escultura do Casto Esposo da Santa Virgem e aos lados o S. Jorge das procissões de *Corpus Christi* e S. Bento. S. José tem uma confraria de doze irmãos que costumam ser oficiais de carpinteiro em grande parte. Cada um deles sustenta a lâmpada acesa um mês à sua custa; fazem a festa anual do Santo Patriarca em 19 de Março com exposição do Santíssimo e sermão e um officio aniversário pelos sócios defuntos. Ora, como a irmandade apenas possui um capital a juro de 50\$000 réis, têm os irmãos de suprir o mais do seu bolso particular.

A segunda capela é a da Santíssima Trindade, ficando entre uma e outra a Conta Adriana de que adiante falarei. Também tem a sua confraria com alguns rendimentos que são bastantes para o custeio da festa do orago e officio anniversário dos sócios falecidos. O seu retábulo foi fabricado em 1751 pelos canteiros B. Lopes Cordeiro e Bernado de Sousa que o ajustaram por 93\$000 rs. e é de mármore polido com um quadro a óleo.

A Conta Adriana, chamada entre nós *milenária* por se dizer que cada uma das tocadadas nela fica valendo por mil, está metida entre duas escáculas de ferro que seguram o estilete onde ela está enfiada. A conta é de madeira escura e marchetada de prata dourada. Muitas pessoas da vila vão ali rezar pegando nela com dois dedos e muitas pessoas de fora mandam rosários e coroas para o Pároco ou outro sacerdote lhas tocar. Ao pé dela está pendente um quadro de clarativo das suas indulgências que também constam da *Palestra da Penitência* escrita por Frei Jerónimo de Belém.⁽¹⁾ Chama-se-lhe *Conta Adriana* porque foi autorizada primeiramente pelo Papa Adriano VI em 1523. Gregório XIII,

(1) Pág. 172.

Paulo V e Urbano VIII continuaram a benzer estas contas confirmando as indulgências já concedidas e que constam da tabela junta, da qual tenho cópia e daria se não temesse o chamarem-me difuso em excesso. Esta foi benzida em Roma a 15 de Janeiro de 1607 por Paulo V e é uma raridade preciosa porque não se acha outra em todo o Alentejo e poucas são as que existem no Reino. Mas adverte a tabela que, para se lucrarem as indulgências plenárias e parciais aos que rezam por ela, é mister que se tenha a Bula da Cruzada.

No topo da mesma nave está a terceira capela que é a do Santíssimo Sacramento, fechada com gradaria de ferro e cortinas de damasco encarnado por dentro desde o ano de 1738. Espaçosa por ter sido reformada em 1643 e bastante alumiada por uma janela à mão esquerda, figura como um pequeno templo e mormente desde que em 1877 se colocaram ali os cancelos e credências de mármore polido tirados à capela do Rosário de S. Paulo. As paredes são azulejadas como a Igreja e o retábulo é de finos mármore azuis e brancos, bem lavrados: obra já do ano de 1802 executada pelo mestre António Franco Painho, de Borba, pelo preço de 700\$000 réis, mas acabada no ano de 1808. O quadro da Ceia que se mostra por detrás do sacrário achava-se muito deteriorado e por isso pintou Caetano Alves o que lá se vê e que não é mau. Porém, com a colocação aí do sacrário de S. Paulo em vez do antigo, pequeno e redondo, fica muito encoberto. Debaxo do pavimento fica um espaçoso jazigo feito para António Cabide e seus descendentes; e, como estes faltassem, fez a Irmandade cédência dele aos Condes das Galveias em 21 de Dezembro de 1735. A Irmandade do Santíssimo possui alguns rendimentos em foros e capitais suficientes para sustentar o culto a seu cargo, contribuindo todavia os Mesários com quantias não pequenas. Celebra a festa anual do Santíssimo, as completas das quintas-feiras de quaresma com exposição e sermões e a procissão da Páscoa.

Em frente da nave principal está a capela-mor com a imagem da Padroeira no centro em camarim fechado por grades ou antes-rótulas de prata que se abrem afastando as meias portas para os lados por uns escaninhos, o que se faz somente durante as festas e a missa dos domingos, havendo para este fim duas chaves: uma na mão do Pároco e outra na do Capelão dos sábados. É provável que estas grades fossem dadas pelo Duque D. Teodósio II e a propósito delas mencionarei que se apregoa no Reino e fora dele (em Espanha) uma singular preeminência de Vila Viçosa e é haver nela um "ferrolho de prata". Muitos da própria terra ignoram onde existe o apregoado ferrolho porque os estranhos indicam o Palácio ou a Tapada como lugar dele, mas eu, consultando pessoas velhas a tal respeito, averigui que a lenda era alusiva a uma retranca destas

grades posta na parte inferior das mesmas e que as une e fecha por meio de chave, como dito é, salvo se nalgum tempo houve ali ferrolho e que fosse roubado, por exemplo no cerco de 1665 em que os Castelhanos chegaram a assenhorear-se da Matriz.

O retábulo da capela-mor é dividido em galerias de quadros a óleo já muito estragados por causa das muitas luzes nas exposições do Santíssimo, ordinárias e extraordinárias; e a ornamentação de talha dourada que divide os quadros acha-se em iguais condições, de onde resulta não estar esta Capela-mor na sua devida magnificência como casa particular da Padroeira do Reino e que devia levar muita vantagem às capelas menores, já reformadas algumas em templos modernos. Vê-se claramente que é mister substituir aquele retábulo por outro de mármore azuis e brancos, distribuído em três galerias bem ornamentadas de colunas, cimalthas, frisos e florões. As confrarias têm diligenciado que esta restauração seja feita pelo Ministério das Obras Públicas. Já vieram engenheiros tirar plantas, mas por ora de balde.

Por cima do camarim de Nossa Senhora da Conceição está a tribuna para as exposições do Santíssimo, havendo para ela subida à mão direita por uma bela e espaçosa escada de mármore. As paredes laterais têm um rodapé de painéis de azulejo alusivos a mistérios da Virgem Santíssima e daí para cima são douraduras sobre estuque até à cimaltha. O tecto é de laçarias com alguma pintura. Acha-se um pouco fendido por causa do tremor de terra de 1858. Por baixo estão casas de arrecadação, ocupando a antiga rua do Postigo desde 1643. Até então passava-se por baixo dela. Por isto se vê que a moderna Matriz foi ampliada sobre a antiga, tanto em largura como em comprimento.

O retábulo actual foi fabricado em 1716 e anos seguintes como consta de uma escritura de 2 de Fevereiro daquele ano à custa das duas confrarias régias e sendo protector dessa obra o 2º Conde das Galveias Pedro de Melo de Castro. Deveria executar-se dentro de seis anos e fazerem-se embutidos de pedra branca, preta e vermelha, mas desta última não há vestígios e parece não ter sido empregada. O dito retábulo ficou só com o rodapé de rombos azuis ou pretos embutidos em bordilho branco e daí para cima são quadros a óleo emoldurados e ornamentos com calha dourada. A planta desta obra foi riscada em Lisboa pelo Padre Manuel Pereira da Congregação do Oratório.

Esta capela-mor pertence hoje a diversas jurisdições. Pertence à Paróquia em primeiro lugar, em segundo às Confrarias dela e em terceiro à Capela Real e neste caso é que figura como cabeça da Ordem Militar da Conceição. A Capela Real continua celebrando as primeiras vésperas matinas e missa da festa de

8 de Dezembro.

As confrarias de Nossa Senhora são duas e ambas com o título de Régias e a preeminência de Cavaleiros natos da Ordem Militar para os Mesários Perpétuos, assim como para o Pároco e Beneficiados. Ambas são muito antigas, mas têm compromissos reformados posteriormente. A dos três membros, chamada por D. João VI *Confraria dos Officiaes* no Alvará dos Estatutos da Ordem, renovou o seu compromisso em 1693 por convite que lhe fez El-Rei D. Pedro II em Carta de 27 de Julho do mesmo ano dirigida ao Ouvidor da comarca e foi-lhe aprovado por Alvará do mesmo Rei passado a 20 de Junho de 1694. Compõe-se unicamente de Juiz, Escrivão e Tesoureiro, todos vitalícios e de nomeação Régia; possui não poucos bens e administra algumas capelas, sendo a do Padre Correia de missa quotidiana; paga a um capelão que canta as missas dos sábados, exceptuando o de aleluia, e reza-as nos mais dias de festa de Nossa Senhora; paga também a dois padres ministrantes, a quatro cantores e um organista para servirem nas ditas missas dos sábados, no fim das quais se canta sempre a Ladaíña Lauretana. A armação da Igreja em 8 de Dezembro, os sermões, a novena e a festa de tarde são à custa de ambas as confrarias, assim como eram até há pouco as Quarentas Horas do Carnaval.

A Confraria segunda chama-se *dos Escravos*. Não tem juiz, mas somente escrivão e mais onze Mesários, todos perpétuos ou vitalícios. Admite, porém, muitos escravos não mesários, cujo distintivo é uma cadeiazinha de arame posta no pulso esquerdo. Pagam todos cem réis anuais. O distintivo dos Escravos Mesários é uma grande medalha de prata dourada pertencente à confraria, a qual põem ao pescoço pendente de fita branca, assim como os três officiaes põem outra maior ainda e que da mesma sorte pertencem à confraria respectiva. A confraria dos Escravos renovou o seu compromisso em 1689, sendo-lhe aprovado em 6 de Setembro do mesmo ano pelo Arcebispo de Évora D. Domingos de Gusmão. Os compromissos de ambas têm pastas de veludo com ferramenta de prata e são dignos de ver-se pelos desenhos que contêm. A festa principal dos Escravos é a da Assunção em 15 de Agosto e celebram-na com primeiras vésperas, feita de manhã e de tarde, com exposição e dois sermões. Os rendimentos desta confraria são menores do que os da outra: constam de foros, capitais de bens livres vendidos no tempo do Marquês de Pombal e subsídios e esmolas, o que sobre apenas a uns 170\$000 réis anuais.

Escusado me parece acrescentar que nestas confrarias tem sempre entrado a nobreza da terra.

Não acho memória da Confraria dos Escravos senão muito depois de 1640, de

onde se vê que é moderna. Só em 1704 começou a prosperar dando capitais a juro. Até então pouco ou nada possuía de bens próprios.

Em 1791 ajustaram os Escravos com Francisco Xavier Calado e Miguel Lopes Calado, ourives calipolenses mas residentes em Évora, fazerem uma banquetta de castiçais de prata para a capela-mor conforme o desenho da banquetta mandada por D. João V para a capela-mor de Santo Agostinho, pagando cada marco de peso por 6:300 réis e mais 2:100 réis de feitiço: total 8:400 réis. Cada castiçal devia pesar 20 marcos e o da cruz 40. Receberam à conta uma banquetta velha que havia com o peso de 51 marcos reputados a 6\$300 réis.

No topo da nave da Epístola está a capela do Santo Nome de Jesus que tem confraria com alguns rendimentos próprios e lhe faz a sua festa no 1º dia do ano. É representado o Santo Nome por um Cristo crucificado, por baixo do qual está um túmulo com outro morto. Nas paredes laterais vêem-se painéis de azulejo alusivos ao Redentor e a boca da capela é fechada por um bom cancelo de mármore branco emoldurado de azul e rodízios de madeira no centro. Sempre os Párocos têm costumado ouvir ali homens de confissão.

Descendo por esta nave está em primeiro lugar a capela de Nossa Senhora do Carmo onde fica a porta da sacristia geral. É a mais sumptuosa de todas desta Igreja e reconstruída nos fins do século passado. Toda ela, sem exceptuar a mesa do altar, consta de mármore branco e azuis polidos e de bom desenho formando em cima uma tribuna com o seu trono de madeira onde está posta a Virgem do Carmo e para esta tribuna há escada por dentro da sacristia. Tem confraria que teve em princípio na Igreja de Santo António, aí por 1746 ou pouco antes, e depois de reunir alguns capitães quis edificar capela própria e como não tinha lugar ali deram-lhe uma na Matriz e reconstruiu-a de forma que hoje é a mais sumptuosa da Matriz. Esta confraria tem rendimentos suficientes para se fazer a festa do dia 16 de Julho e o officio aniversário pelos confrades falecidos, cujo distintivo é um escapulário. Num provimento de visita feita à Matriz pelo Dr. Manuel Coelho de Moura em 27 de Setembro de 1770 encontro um capítulo do qual consta que esta confraria estava erecta na Igreja de Santo António, ainda então filial da dita Matriz, tendo o seu compromisso feito em 21 de Julho de 1744; que andava então mal administrada e quase abandonada pelos irmãos apesar de possuir alguns bens e rendimentos e haver até um saldo de 108\$820 réis nas mãos do tesoureiro; que tinha capitais a juro com hipoteca e escritura pública e outros sem estas seguranças, etc. O Visitador fez eleger nova mesa mandando que a sua gerência fosse de três anos e não de um somente, que comprassem ornamentos, etc., visto que a

confraria só tinha um frontal e metade de uma casula e uma alva compradas de meias com os devotos de Santo António. Pouco depois transferiu-se a confraria para a Igreja Matriz onde lhe foi cedida aquela capela e, como tinham meios ornaram-na devidamente.

Abaixo dela está a do meu Padre S. Pedro com irmandade exclusivamente composta de Clérigos que lhe fazem vésperas solenes em 28 de Junho e festa no dia 29 de manhã. O seu compromisso foi reformado no ano de 1686 e este mesmo acha-se já alterado por acórdãos do ano de 1829 aprovados pelo Bispo D. N. Nevés, Governador do Isento. Além do officio aniversário em Novembro, celebra a Irmandade um especial por cada sócio que falece, dizendo também uma missa rezada por sua alma os irmãos sobreviventes. Esta Irmandade somente possuía um foro de 2\$500 réis imposto numas casas rasteiras da rua de Frei Manuel que Diogo de Castro meteu para dentro da sua lagareta de azeite. Posto em arrematação para ser desamortizado, veio a ser vendido com muitos abates em 1879. Para a Irmandade receber, pois, em subrogação um certificado nominal de 50\$000 réis, foi necessário dar ainda em 1882 a quantia de 1\$500 réis em metal. O dito certificado render-lhe-á 1\$500 réis de juro pago aos semestres, de sorte que com a dedução do imposto de rendimento, legalização de recibos e paga do cobrador, pouco mais de 1\$200 réis líquidos perceberá por ano quando o foro de 2\$500 era forro de contribuições. Daqui se vê o que tem sido e é a desamortização dos bens eclesiásticos... Já se manifesta, pois, que os irmãos, além do seu préstimo pessoal, têm de suprir o "déficit" anual porquanto sendo a sua anualidade, segundo o compromisso, de 200 réis, vêem-se obrigados a dar 500 e mais em razão de serem já muito poucos os irmãos.

A capela é de talha dourada, ainda em boa conservação; no centro venera-se o Príncipe dos Apóstolos em escultura e à direita está o Apóstolo Santo André, seu irmão, com uma cruz de aspa designativa do seu martírio. É aquele mesmo que recebia culto na Ermida de Santo André, situada ao poente da villa, nas abas da serra da Barradas sobre a estrada de Montes Claros. Foi ali bem colocado o Apóstolo desvalido, pois justo era que um irmão desse agasalho a outro irmão.

Do exposto resulta que na Matriz todas as capelas têm a sua confraria possuindo aliás duas a maior.

Concluirei dando um catálogo dos Priores desta Freguesia como foi possível arranjar-la em face do registo paroquial que era a via quase única por onde se podia executar esta empresa. Mas, esse registo que revolvi na secretaria dos livros findos em Evora, não remonta mais do que ao ano de 1567 quanto a baptismos e a 1568 quanto a matrimónios e óbitos. Portanto vou exhibir o catálogo como posso presentemente, esperando que venha a ser melhorado por novas pesquisas.

E porque em relação às outras paróquias procederei semelhantemente, excuso repetir como os tenho elaborado. É unicamente salvar os nomes dos Priores que ainda não estão perdidos de todo e que por terem trabalhado no progresso da educação moral e religiosa do nosso povo bem merecem tal galardão.

1 - João Dias (da Silveira?) (1529-1560) - Este sacerdote instituiu uma capela que ardeu na casa dos Silveiras; e de muitos documentos do cartório da mesma casa consta que era Prior em 1529 e anos seguintes sem a determinação de Prior da Matriz porque, segundo parece, ainda não estava erigida a Paróquia de S. Bartolomeu. Era nosso patricio, filho de Diogo Lopes e Maria Nunes, e irmão de Maria Dias, casada com Jorge Vaz Bandeira, de que precedeu o Dr. André Jorge de Abreu, tronco dos Menezes da nossa terra.

2 - Frei Francisco Varela da Fonseca (1567-71) - Faleceu em 16 de Novembro de 1571. Jaz na Igreja das Chagas em sepultura própria. Era filho de Jorge Varela, Alcaide-mor de Avis.

Nesta época escreviam no registo paroquial todos os Beneficiados e mais Padres que administravam os sacramentos e por isso encontram-se termos assinados por Domingos Coelho, André Fernandes, António de Sande, Jor

ge Garcês, Manuel da Rosa, António Moreno, Francisco Romano, João Vaz, Manuel Gonçalves, Manuel Pavão, Manuel Pedro Cardeira, Luís Pinto, Brás da Azambuja, Afonso Lopes, Diogo Montoso, António Jorge, Manuel Amado e Manuel Catela da Cunha.

3 - Frei Francisco Romano, Licenciado (1571-1614) - Acho confuso o registo, intitulado-se Piores mais de um indivíduo e não se qualificando a maior parte dos escreventes dos termos e assinando até muitos só com os nomes próprios. Assim apa rece-me outro Prior quando este Francisco Romano continua a figurar como tal até Agos to de 1614.

3 - Frei Francisco Cubelos de Florença (1600) - Está assinado com este no me no ano de 1600 e seguintes, mas entendo que é o mesmo Francisco Romano atrás mencionado.

Serviam nesta época a Igreja Matriz os Clérigos Diogo Vieira, João Franco (que veio a ser Prior de Bencatel) e Brás Simões.

4 - Frei Manuel Reimondo (1615, Fevereiro, a 1637) - Começava o registo a ser escrito quase sempre pelos Piores. Ser via, como Beneficiado, Frei André Girão e ou tros.

5 - Frei Pedro da Fonseca Luzio - Toma posse a 5 de Março de 1638 e serve até ao fim de 1644.

6 - Frei André Girão - Era de Vila Viçosa e licenciado pela Univer sidade de Evora. Toma posse em 31 de Março de 1645 e serve até falecer em 30 de Dezembro de 1659. No assento do seu óbito lê-se esta proposição que resume um grande elogio

fúnebre: *o qual morreu com grande opinião de santo.*

- 7 - Frei António Calado da Pedra - Era doutor. Tomou posse em 30 de Maio de 1660 e serviu até Março de 1662, pelo me nos.
- 8 - Frei Vicente da Cunha de Carvalho - Foi Prior desde Dezembro de 1644 até 2 de Setembro de 1684, dia em que faleceu. Morava no Castelo.
- 9 - Frei Francisco Ferreira de Andrade - Era Licenciado. Serviu de Prior desde Dezembro de 1684 até Novembro de 1693. Faleceu em Borba a 5 de Janeiro de 1694.
- 10 - Frei João Ferreira de Figueiroa Castelo Branco - Tomou posse do Prio rado no 1º de Abril de 1694 e serviu até 1714. Depois deste ano até 1718 serviu o Beneficiado Frei João Pereira de Leão. Faleceu Frei João de Figueiroa a 18 de Novembro de 1720.
A 5 de Maio do mesmo ano de 1718 toma posse Frei António Vieira Teles como coadjutor e futuro sucessor do Figueiroa, que parece es tar impossibilitado (1694-1720).
- 11 - Frei António de Gouveia Teixeira - Toma posse do Priorado em 4 de Agosto de 1720 e serve até Setembro de 1725.
Desde Dezembro desse ano até ao fim do ano seguinte é Prior Encomendado Frei João Rebocho Pilicão. Este é substituído então por Frei António Velho de Góis.
- 12 - Frei Custódio de Azevedo Magalhães - Toma posse em 3 de Julho de 1728 e é Prior efectivo até igual mês de 1733, sucedendo-lhe como Encomendado Frei Francis

co Gomes Correia. Em 1734 contratou a fundição de sinos pequenos, um de 48 arrobas e 15 arráteis e outro de 41 arrobas e 9 arráteis por 86\$400 réis com João António Solame de Badajoz.

- 13 - Frei António Gonçalves Chanquinho - Começa a paroquiar em Fevereiro de 1734 e dura até 17 de Setembro de 1742, sucedendo-lhe como Encomendado o mesmo Gomes Correia.
- 14 - Frei Francisco António Lameira Miguéns - Toma posse em 19 de Outubro de 1743 e paroquia três anos, sucedendo-lhe o sobredito Encomendado.
- 15 - Frei André Lopes de Andrade - É Prior desde Julho de 1747 até 26 de Junho de 1763 em que faleceu nas Caldas da Rainha, sucedendo-lhe como Encomendado Frei António Vaz de Macedo.
- 16 - Frei António Vaz de Macedo - Era da Beira e servia já a Matriz há muitos anos como Beneficiado. Trouxe para cá o seu sobrinho Frei Manuel António Vaz de Macedo, Beneficiado de S. Bartolomeu, e ambos com fama de exemplares sacerdotes. Serviu de Prior vinte anos ou até 1784, sucedendo-lhe como Encomendado Frei José Pancrácio de Oliveira e Azevedo. Frei António faleceu a 16 de Julho e o Pancrácio em Julho de 1812.
- 17 - Frei Sebastião José de Faro e Andrade - Começou a paroquiar em Março de 1785 e serve sete anos sucedendo-lhe por encomendação Frei Manuel António de Oliveira Robalo. Era de Benavente e faleceu a 27 de Março de 1792 com 56 anos de idade.

- 18 - Frei Luís Xavier de Morais Sarmento - Foi Prior desde Julho de 1792 até Fevereiro de 1801 no qual passou para uma Abadia da Beira de onde era natural. Sucedeu-lhe como Encomendado Frei Francisco Xavier Carrasco. Este faleceu em Outubro de 1815.
- 19 - Frei José Lourenço da Rocha - Meu parente, natural desta vila e Bacharel em Canones, faleceu em 11 de Março de 1816, sucedendo-lhe como Encomendado o Padre D. Fernando de Lucena e Noronha. Tomara posse em 1801.
- 20 - Frei José Vaz Touro - Era natural de Castelo Branco e Pároco de Juromenha. Tomou posse em Junho de 1816 porque já tinha a futura sucessão por outorga do Padroeiro da Ordem de Avis (o Príncipe Regente). Serviu até à sua morte sucedida em 8 de Setembro de 1868, isto é, mais de 52 anos.
Foi Vigário Geral do Isento e Tesoureiro da Régia Confraria de Nossa Senhora, etc.
- 21 - Padre Angelo Maria Manhoso - Extinguido o Padroado de Avis passou a Matriz a ter Piores do clero secular de confirmção do Arcebispo de Évora. Até ao Touro eram Freires professos no Convento de Avis tanto os Piores como os Beneficiados. Angelo tomou posse em 14 de Agosto de 1868 depois de ter paroquiado em Mora. É natu-
ral de Borba e nascido em 1839.
Antes da sua posse estiveram como Encomendados os Padres Manuel Joaquim Ferreira Sisudo e Francisco José Lopes.

INDICE

DAS

MATERIAS CONTIDAS NESTE VIGESIMO QUARTO FASCICULO

CAPITULO XIII - Santa Casa da Misericórdia, Hospital e Igreja do Espírito Santo	7
CAPITULO XIV - Colégio dos Meninos Órfãos	40
CAPITULO XV - Colégio ou Seminário dos Santos Reis	47
CAPITULO XVI - Reflexões acerca da utilidade social dos conventos e institutos pios, contrariedades opostas ao seu estabelecimento e conservação pelo regime liberal	61
CAPITULO XVII - Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Conceição do Castelo ou Matriz	68

IMPRESSO POR GRÁFICA CALIPOLENSE
VILA VIÇOSA
TIRAGEM 1 500 EXEMPLARES

OUTUBRO 1985

MEMÓRIAS

de

VILA VIÇOSA

É uma extensa monografia e laborada no século XIX pelo Padre Joaquim José da Rocha Espanca cujo manuscrito se encontra arquivado na Biblioteca da Câmara Municipal de Vila Viçosa.

Investigação duma profundidade pouco comum, representa hoje um contributo importante para a divulgação principalmente da História e Etnografia da região.

Dada a extensão da obra cujo original é composto por cinco Tomos de quase mil páginas manuscritas cada, dividir-se-á cada Tomo em cinco volumes. Prevê-se ainda a publicação de outro trabalho do mesmo autor editado em 1894 sob o título "Estudo sobre as Antas e seus congéneres" de que foram impressos somente 200 exemplares.

